

**LUIZA AMALIA SOARES FRANKLIN**

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA MOBILIDADE  
SOCIAL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Marco Aurélio Marques  
Ferreira

Coorientador: Wesley de Almeida Mendes

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

F831a  
2024

Franklin, Luíza Amalia Soares, 1991-  
Análise da atuação do Estado na promoção da mobilidade  
social / Luíza Amalia Soares Franklin. – Viçosa, MG, 2024.  
1 tese eletrônica (187 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Marco Aurélio Marques Ferreira.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Administração e Contabilidade, 2024.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.084>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mobilidade social. 2. Política pública. 3. Problemas  
sociais. I. Ferreira, Marco Aurélio Marques, 1976-.  
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de  
Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em  
Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 305.513

Bibliotecário(a) responsável: Alice Regina Pinto Pires CRB-6/2523

**LUIZA AMALIA SOARES FRANKLIN**

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SOCIAL**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 23 de fevereiro de 2024.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUIZA AMALIA SOARES FRANKLIN  
Data: 26/02/2024 20:27:03-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

---

**Luiza Amalia Soares Franklin**  
Autora

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MARCO AURELIO MARQUES FERREIRA  
Data: 26/02/2024 14:10:23-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

---

**Marcó Aurélio Marques Ferreira**  
Orientador

## AGRADECIMENTOS

Dizem que o doutorado é uma jornada solitária. Eu já não seria doutora sem as pessoas ao meu redor. Por isso, preciso preparar o leitor: aqui vai um longo (e pessoal) texto de agradecimento.

Ela começa com meus pais, pois eles me ensinaram TUDO nessa vida, inclusive o amor pela educação. Eles leram todos os meus trabalhos acadêmicos, desde o TCC, e sempre me incentivaram a ir atrás dos meus sonhos. Juntamente com meus irmãos (que são meu alicerce, mesmo eu sendo a mais velha), a família FatAl é uma fonte de amor e alento. Destaco que minha irmã (Eliza) e minha comadre (Leticia) sempre me ajudaram com as referências bibliográficas, e que meu pai (Aluizio) sempre foi a primeira pessoa a ler todo e qualquer trabalho meu antes de uma submissão.

Meu marido está sempre comigo. Ele até (tenta) fica(r) acordado de madrugada só pra me fazer companhia e me lembrar de comer. Não haveria tese sem o colo, a escuta e o amor que eu recebo.

A paciência e o apoio do meu orientador, Prof. Marco Aurélio Ferreira Marques, foram marcantes durante esses anos. Ele que me enviou o relatório com o Índice Global de Mobilidade Social e sugeriu que eu estudasse o tema. Não haveria melhor tópico para minha tese. Quando eu fui aprovada no concurso, seu suporte e seus conselhos foram divisores de águas. A tudo isso eu serei sempre grata.

Não haveria efetividade nos procedimentos metodológicos quantitativos desta tese se não fosse pelo acompanhamento do meu amigo e coorientador Wesley de Almeida Mendes. Ele sempre esteve disponível para me socorrer até nos momentos mais desafiadores da vida dele. Meu coração nunca esquecerá disso.

Aos professores que avaliaram e contribuíram com esse trabalho – no seminário, na defesa do projeto, na qualificação e na defesa – meus sinceros agradecimentos pela dedicação, pelas ideias e pela gentileza como lidaram com meus erros. São eles: Fernanda Almeida, Daiane Roque, Nathalia Moreira, Ambrozina Pereira, Lucas Maia, Denis de Oliveira e Odemir Baêta. Adicionalmente, serei eternamente grata aos professores Wescley Xavier e Alan de Freitas por todo o suporte durante o doutorado.

Dois professores foram especiais para o desenvolvimento da tese em si. No segundo semestre de 2021, o Prof. Carlos Ribeiro, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), me permitiu assistir à sua disciplina de “Tópicos Especiais em Estratificação Social” como ouvinte. Fazer a disciplina com ele foi uma oportunidade ímpar de entrar em contato com a literatura e de expor minha ideia e, a partir daí, foi possível diferenciar mobilidade social de potencial de mobilidade social (PMS).

No mesmo período, a Prof.<sup>a</sup> Celina Souza, também da UERJ, aceitou minha participação na disciplina de “Instituições Políticas e Políticas Públicas”, na qual ouvi falar pela primeira vez em “construção de conceito”. A partir disso, foi possível desenvolver um desenho de pesquisa que culminasse na sistematização do conceito de PMS.

O doutorado sanduíche foi uma etapa crucial para o meu amadurecimento como doutoranda, e foi um privilégio ser agraciada com essa oportunidade. Agradeço imensamente à Prof.<sup>a</sup> Débora Zuin e ao Prof. Ricardo Gomes pela indicação da Prof.<sup>a</sup> Claudia Avellaneda, que confiou em mim e foi sempre muito solícita. A *Indiana University*, principalmente a *O’Neill*, sempre terão minha admiração e meu carinho, e os diversos amigos que lá fiz sempre terão o meu amor e minha saudade.

Não haveria possibilidade de sobreviver à pós, como um todo, sem que Luiza Amélia e Weliton Rodrigues me salvassem das rotinas administrativas e burocráticas. Espero que Deus os abençoe imensamente pela dedicação que vocês têm conosco. Aproveito para agradecer à Universidade Federal de Viçosa, pelos 13 anos de alegrias, aprendizados e oportunidades que transformaram minha vida! Em especial, a toda a equipe dos departamentos de Administração e Contabilidade e de Letras, pelo acolhimento nas diversas fases da minha vida acadêmica.

Também não haveria sobrevivência ao doutorado sem meus parceiros da turma de 2020/1 – Elias, Leandro, Luiza, Nayara e Raquel – com quem compartilhei angústias e vitórias, principalmente durante a pandemia. Os amigos da época do mestrado também se mantiveram super presentes e foram essenciais – Fillipe, Alex, Brendow, Juliana, Débora e Dani. Como vocês entendem os desafios, nossas conversas e encontros valiam até mais que terapia.

Por falar em amizades, encerro este texto com pesar de não poder nomear individualmente os tantos anjos que me rodeiam. Galera de Palmas, SEC10 Folia,

Cientistas de Bloomington, Bastardos, Boom do Chalengo, turmas do Forró e a galera do rock, são grupos que me acolheram nas mais diversas situações nesses últimos quatro anos. Obrigada por me aturarem, me acolherem, acreditarem em mim e me lembrarem que eu sou capaz, quando, na verdade, são vocês que me fazem ser capaz.

Caminhando para o final, fica meu agradecimento a pessoas que ajudaram de forma específica: Elias Mediotte, que melhorou (e muito!) minha figura conceitual do 1º artigo e deu outra cara para essa síntese final; Bruna Abrantes, que gerou os mapas do 2º artigo e possibilitou toda a perspectiva visual dos resultados; Elias, da Seif, que me assessorou com a parte estatística do terceiro artigo; e Carla Beatriz, da Grifo, que fez (com maestria) toda a revisão ortográfica e de formatação desta tese. A dedicação de vocês a esses detalhes fez toda a diferença!

Por fim, agradeço a Deus pelas inúmeras bênçãos que recebi ao longo de toda a minha vida e me possibilitaram chegar até aqui.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.*

*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*  
(Karl Marx, 1852)

## RESUMO

FRANKLIN, Luiza Amalia Soares, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2024. **Análise da atuação do Estado na promoção da mobilidade social.** Orientador: Marco Aurélio Marques Ferreira. Coorientador: Wesley de Almeida Mendes.

Esta tese analisou como a atuação do Estado tem influenciado o potencial de mobilidade social em âmbito municipal. Para tanto, foram conduzidos três artigos independentes e complementares. No primeiro, explorou-se os fatores relacionados de forma empírica à mobilidade social brasileira. A partir de uma revisão sistemática de literatura e de uma análise documental categorial, foram identificados determinantes, fatores de esforço e circunstanciais, além das áreas de ocorrência de tais fatores. Constatou-se que a realidade brasileira ainda é marcada por desigualdade de oportunidades e por uma dinâmica de mobilidade social aquém do esperado se comparada ao cenário econômico do país. Apesar de as políticas sociais, educacionais, econômicas e de saúde gerarem resultados positivos e de haver uma melhoria no quadro social brasileiro, a mobilidade social segue sendo intensamente afetada por condições econômicas, ocupacionais e educacionais de origem, o que potencializa as desigualdades de oportunidades e de condições. No segundo estudo, verificou-se o potencial de mobilidade social em âmbito municipal. A partir da construção do Índice de Potencial de Mobilidade Social (IPMS) para os anos de 2000, 2010 e 2019, explicado, principalmente, por variáveis relacionadas à Segurança Pública, Emprego e Renda, e Saneamento e Meio Ambiente, observou-se que mais de 80% dos municípios mineiros ofertam à população um ambiente com médio potencial à mobilidade social. Contudo, as médias absolutas encontradas, entre 2000 e 2019, sofreram queda em mais da metade dos municípios, e a imobilidade foi predominante ao se observar o IPMS por categorias. No último artigo, o objetivo foi verificar o efeito dos condicionantes estatais no potencial de mobilidade social dos municípios mineiros, o que foi feito a partir da realização de regressões lineares e logísticas. O IPMS foi utilizado como variável dependente e foram testadas regressoras das áreas de assistência social, cultura, condições de vida, desenvolvimento rural, educação, economia e mercado, esporte, gênero, responsabilidade fiscal, saúde, saneamento e meio ambiente, e segurança pública.

Resultados apontaram que investimentos em educação, esporte, infraestrutura, saúde e segurança pública influenciam positivamente o potencial de mobilidade social de municípios que apresentam alto desempenho, representando indicações de áreas de ação para o Estado. Segurança pública foi a área de destaque no segundo e terceiro artigos desta tese, o que pode ser entendido como um fator essencial tanto para compreender a situação dos municípios quanto para promover melhores condições para a população. Além dessa questão, os resultados desses dois artigos, de forma geral, evidenciam a necessidade de analisar questões relativas ao ambiente em que as populações menos favorecidas residem, para que essas pessoas tenham possibilidades de ascensão social. Muito se discute, e essas discussões são cruciais, acerca do papel da transmissão do *status* e das características dos pais, e das condições de educação e emprego para promoção de mobilidade social. Entretanto, sozinhas elas não são suficientes para resolver esse *wicked problem*, como a própria literatura aponta. Sendo assim, concluiu-se que adicionar elementos ambientais ao debate agrega *insights* valiosos para formuladores de políticas e pesquisadores interessados em compreender e promover a mobilidade social em cenários desafiadores. Por fim, sistematizou-se as reflexões acerca do conceito de potencial de mobilidade social em um capítulo final da presente tese, que discutiu aspectos teórico-metodológicos para aplicação do mesmo em pesquisas futuras.

Palavras-chave: Mobilidade social. *Wicked problem*. Mobilidade intergeracional. Potencial de mobilidade social.

## ABSTRACT

FRANKLIN, Luiza Amalia Soares, D.Sc., Federal University of Viçosa, February 2024. **Analysis of State's role in enhancing social mobility.** Adviser: Marco Aurélio Marques Ferreira. Co-adviser: Wesley de Almeida Mendes.

This dissertation delves into the impact of State actions on the potential for social mobility at the local level. To do so, three independent and complementary papers were carried out. The first paper explores the factors empirically linked to social mobility in Brazil. Through a systematic literature review and a categorical documentary analysis, determinants, effort, and circumstantial factors associated with social mobility were identified. Additionally, we pinpoint the specific areas where these factors manifest. Despite progress in social, educational, economic, and health policies, Brazil's reality remains characterized by unequal opportunities. The dynamic of social mobility falls short of expectations when compared to the country's economic landscape. Economic, occupational, and educational conditions of origin play a pivotal role in shaping social mobility. These factors contribute to persistent inequalities in opportunities and overall well-being. The second study investigates the potential for social mobility within municipalities. By constructing the Potential for Social Mobility Index (PSMI) for the years 2000, 2010, and 2019, we shed light on critical factors influencing mobility prospects. The PSMI draws primarily from variables related to Public Safety, Employment and Income, and Sanitation and Environment. Our findings reveal that over 80% of the analyzed municipalities provide an environment with medium potential for social mobility. However, a closer examination of the absolute averages between 2000 and 2019 reveals a decline in more than half of these municipalities. Immobility remains a prevailing trend when analyzing the PSMI by category. In the third paper, we examined the impact of state-level conditioning factors on the potential for social mobility within municipalities. The conditioning factors of the municipalities of Minas Gerais were analyzed for the years 2010 and 2019. Our analysis employed both linear and logistic regression techniques. The PSMI served as the dependent variable, while various regressors were tested across multiple domains: social assistance, culture, living conditions, rural development, education, economy, sports, gender, fiscal responsibility, health, sanitation, environment, and public safety. The findings revealed that investments in

education, sports, infrastructure, health, and public safety, along with responsible management of government financial resources, positively influence the potential for social mobility in high-performing municipalities. These results provide guidance for state-level action. Public safety emerged as a critical area of focus in the second and third papers of this dissertation, which means that understanding the dynamics of public safety is essential for comprehending municipal contexts and fostering improved conditions for the population. Moreover, these two papers underscore the importance of addressing environmental factors in the lives of underprivileged communities. By doing so, we can create pathways for social advancement and empower these individuals with greater opportunities. Much has been discussed about the role of parental transmission of status and characteristics, as well as education and employment conditions, in promoting social mobility. However, these factors alone fall short of solving this complex issue, as the literature underscores. Therefore, our conclusion emphasizes the importance of incorporating environmental elements into the discourse. By doing so, we provide valuable insights for policymakers and researchers grappling with the challenges of understanding and fostering social mobility. In the final chapter of this dissertation, we systematically reflect on the concept of social mobility potential. We delve into its theoretical and methodological aspects, paving the way for its future application in research.

Keywords: Social Mobility. Wicked Problem. Intergenerational Mobility. Potential for Social Mobility.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL .....	14
1 JUSTIFICATIVA.....	20
2 APRESENTAÇÃO DA UNIDADE EMPÍRICA DE ANÁLISE.....	21
REFERÊNCIAS.....	23
ARTIGO 1 - ASPECTOS EMPÍRICOS DOS ESTUDOS SOBRE MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	27
1 INTRODUÇÃO .....	27
2 MOBILIDADE SOCIAL E A REALIDADE BRASILEIRA.....	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	36
4.1 Análise descritiva dos resultados .....	37
4.2 Fatores associados à mobilidade social .....	40
4.2.1 <i>Fatores determinantes da mobilidade social</i> .....	40
4.2.2 <i>Fatores de esforço e fatores circunstanciais associados à mobilidade social</i> .....	47
4.2.3 <i>Área de ocorrência dos fatores associados à mobilidade social</i> .....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE A - Trabalhos analisados por ordem cronológica.....	65
APÊNDICE B - Fatores de esforço e circunstanciais .....	68
APÊNDICE C - Fatores por Área de Ocorrência .....	70
ARTIGO 2 - POTENCIAL DE MOBILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE EM ÂMBITO MUNICIPAL .....	72
1 INTRODUÇÃO .....	72
2 MENSURAÇÃO DE MOBILIDADE SOCIAL .....	75
3 IMOBILIDADE SOCIAL BRASILEIRA COMO UM <i>WICKED PROBLEM</i> .....	79
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	83
4.1 Caracterização da unidade de análise.....	83
4.2 Criação do Índice de Potencial de Mobilidade Social .....	85
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	101

REFERÊNCIAS.....	102
ANEXO A - INDICADORES E VARIÁVEIS QUE COMPÕEM O GLOBAL SOCIAL MOBILITY INDEX .....	111
APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NO IPMS .....	113
APÊNDICE B - CÓDIGOS DAS MESORREGIÕES MINEIRAS.....	115
APÊNDICE C - ANÁLISE FATORIAL ROTACIONADA (VARIMAX) COM SUPRESSÃO DE <i>LOADINGS</i> ABAIXO DE 0.5 – 2000 .....	116
APÊNDICE D - ANÁLISE FATORIAL ROTACIONADA (VARIMAX) COM SUPRESSÃO DE <i>LOADINGS</i> ABAIXO DE 0.5 – 2010 .....	117
APÊNDICE E - ANÁLISE FATORIAL ROTACIONADA (VARIMAX) COM SUPRESSÃO DE <i>LOADINGS</i> ABAIXO DE 0.5 – 2019 .....	118
APÊNDICE F - COMPOSIÇÃO DO FATORES DE RENDA E EMPREGO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE/MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO, E SEGURANÇA PÚBLICA DO ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	119
ARTIGO 3 - EFEITO DOS CONDICIONANTES ESTATAIS NO POTENCIAL DE MOBILIDADE SOCIAL .....	121
1 INTRODUÇÃO .....	121
2 CONDICIONANTES ESTATAIS DE MOBILIDADE SOCIAL .....	123
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	128
4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS .....	132
5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS .....	143
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	145
REFERÊNCIAS.....	146
APÊNDICE A - VARIÁVEIS EXPLICATIVAS UTILIZADAS NO MODELO.....	152
APÊNDICE B - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES DO MODELO .....	154
APÊNDICE C - RESULTADOS DA REGRESSÃO LINEAR – <i>STEPWISE</i> , COLINEARIDADE E AUTOCORRELAÇÃO – 2010 E 2019 .....	156
APÊNDICE D - RESULTADOS COMPLETOS DA REGRESSÃO LOGÍSTICA – <i>STEPWISE</i> E RAZÕES DE CHANCE – 2010 E 2019.....	158
NOTAS SOBRE O CONCEITO DE POTENCIAL DE MOBILIDADE SOCIAL.....	163
1 INTRODUÇÃO .....	163

<b>2 CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO EM CIÊNCIAS SOCIAIS .....</b>	<b>165</b>
<b>3 CONCEITO DE POTENCIAL DE MOBILIDADE SOCIAL.....</b>	<b>170</b>
<b>3.1 Teorias associadas ao conceito base e delimitação conceitual do PMS ...</b>	<b>170</b>
<b>3.2 Construção da <i>Proxy</i> do PMS .....</b>	<b>174</b>
<b>3.3 Delimitação de indicadores para aplicação empírica.....</b>	<b>178</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>179</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>180</b>
<b>CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>183</b>

## INTRODUÇÃO GERAL

*“As nações de hoje em dia não poderiam impedir que em seu seio as condições fossem iguais; mas depende delas que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias”.*

Tocqueville (1951).

O capitalismo é um sistema dinâmico, desenhado para permitir e até possibilitar que indivíduos migrem de estratos socioeconômicos. A mobilidade social elucida essa dinâmica em um país, a partir da observação do fluxo de entrada e saída de pessoas em idade economicamente ativa nesses estratos. Por meio desse fenômeno, é possível estimar o grau das desigualdades sociais de uma sociedade; verificar mudanças nos setores de produção e no mundo do trabalho; compreender o nível de modernização da indústria; e avaliar a efetividade de políticas públicas sociais. Em suma, a mobilidade social é um indicador de progresso ou regresso de uma nação (Ribeiro, 2012).

Contudo, há uma inércia na mobilidade social em diversas regiões capitalistas do mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, capturada por duas correntes de autores: aqueles que se dedicam a compreender as deficiências estruturais e os condicionais da imobilidade social (Blandford, 2020; Güell; Houle; Miller, 2019; Iversen; Krishna; Sem, 2019; Driouchi; Gamar, 2016; Aiello-Fernandes, 2013; Blanden, 2013; Daude, 2013; Waters, 2012); e aqueles que abordam o ciclo intergeracional de pobreza e as políticas voltadas à sua ruptura, compondo a corrente denominada internacionalmente como *intergenerational transmission of poverty* – transmissão intergeracional de pobreza (Yopo Díaz, 2021; James, 2020; Güell; Papanastasiou; Papatheodorou, 2017; Cheng *et al.*, 2016; Brown; Goldthorpe, 2014; Bird, 2013). Importa dizer que as correntes reconhecem a existência de elementos que condicionam ou influenciam a menor ou maior mobilidade social e que o uso combinado de ambas proporciona uma compreensão mais completa do fenômeno.

Embasando-se na Teoria do Capital Humano, desde os anos 1970, sociólogos e gestores públicos analisam a transmissão intergeracional de pobreza (TIP) partindo do pressuposto de que crianças de famílias menos favorecidas possuem desvantagem de acesso e de investimento em atributos individuais, principalmente educação (Saunders, 1997). Já a vertente praticada no campo da economia política

para analisar a TIP, parte do princípio de que a desigualdade faz parte do capitalismo e que “acumulação de capital, mercados de trabalho segregados, discriminação institucionalizada, proteção social residual, entre outros, têm sido identificados como principais determinantes da TIP” (Papanastasiou; Papatheodorou, 2017, p. 7).

Em um contexto capitalista ideal, apenas o esforço e as escolhas do indivíduo deveriam determinar seu sucesso e influenciar sua mobilidade social (Ribeiro, 2012). Tendo em vista que a realidade não condiz com esse cenário, questões como desigualdades de acesso e de pontos de partida reduzem as possibilidades de uma disputa meritocrática na sociedade. Sendo assim, cabe ao Estado agir para reduzir essas diferenças por meio de ações que busquem equidade e justiça social para gerações futuras. Todavia, o Estado responde apenas por parte dos elementos de possíveis soluções, uma vez que características individuais – como esforço e dedicação – e fatores contextuais – que vão desde a oferta de emprego pelo mercado ao acesso a serviços públicos, passando por condições familiares – influenciam na fluidez das pessoas entre os estratos sociais.

Partindo disso e do caráter global da questão, infere-se que a baixa mobilidade (ou a imobilidade) social é um problema estrutural e complexo, para o qual não há uma solução única. Essas são características típicas de um problema público que pode ser considerado um *wicked problem* (Head, 2008), que consiste em um tipo de problema que, além da complexidade e uma extrema dificuldade de resolução, é marcado por incertezas em suas causas e consequências. Por se tratar de um problema tão complexo, Head (2008) assevera que gestores públicos e pesquisadores devam compreender a perspectiva multifacetada do *wicked problem* e focar em trabalhar elementos específicos que o compõem, ao invés de investir tempo e recursos buscando a resolução completa do problema.

Na agenda de pesquisa brasileira, dois fatores são os principais (mas não os únicos) determinantes da atual conjuntura de mobilidade social: origem socioeconômica e educação do indivíduo, sendo que o primeiro auxilia melhor na compreensão do *status* atual e o segundo representa o caminho mais efetivo para a ascensão a longo prazo (Ribeiro, 2012; Annegues; Figueiredo, 2016). Barcelos (2019, p. 40) concluiu que “por mais que a educação seja fundamental para incrementar o capital humano e, por conseguinte, proporcionar melhores ganhos em termos de

trabalho, os efeitos que a posição de origem gera ainda são superiores, solidificando as barreiras sociais”.

Esse cenário se encaixa no modelo de “Fechamento Social”, no qual predomina, por conta do determinismo ocupacional, o fluxo de curta distância (entre estratos próximos) e o isolamento das classes que ficam nos extremos da pirâmide (Andrade, 2018). Isso significa que a distância entre ricos e pobres não vem sendo reduzida proporcionalmente à mobilidade e que é necessária a ação eficiente do Estado para que não haja intensificação da desigualdade social.

O Brasil apresentou uma mobilidade social intensa e ascendente entre as décadas de 1960 e 1980, com a industrialização do país e o processo de urbanização. Entre 1982 e 2014, houve estagnação dos setores produtivos e crises econômicas, o que resultou na estabilização desse fluxo de indivíduos entre as classes sociais (Ribeiro, 2017). Ainda assim, o saldo da mobilidade social seguia positivo até então, sendo 2014 o último ano em que foram publicados dados que permitem diagnosticar o cenário do país (Ribeiro; Carvalhaes, 2020).

A partir de 2014, contudo, espera-se o descenso na mobilidade social para milhões de brasileiros, além de retrocesso nas conquistas que se acumularam desde o século XX, considerando, entre outros fatores, a crise econômica que se iniciou nesse período; o aumento do desemprego e do trabalho informal; o enfraquecimento das políticas sociais; e o corte de recursos para todos os níveis da educação (Jannuzzi; Montagner, 2020). Somado a isso, devem ser consideradas as inúmeras e imprevisíveis consequências da pandemia do novo coronavírus, uma vez que “a liderança de nossa sociedade não chegou a estabelecer esquemas de recuperação da pandemia COVID-19” (Dorion, 2021, p. 14). Assim, antevê-se que o Brasil esteja no vale da onda da mobilidade social, em outras palavras, que sua população esteja vivenciando (e vivenciará no futuro) uma baixa mobilidade social. Nesse sentido, entende-se que a atuação assertiva do Estado seja necessária para mudar tal cenário.

Para conquistar essa retomada da mobilidade social, é necessário conhecer os fatores que precisam de fato ser trabalhados no cenário que se pretende transformar. Neidhöfer, Serrano e Gasparini (2018) averiguaram elementos estruturais relacionados, positiva e negativamente, com a dinâmica da mobilidade social na América Latina. São eles:

i) níveis elevados de PIB per capita; ii) níveis mais baixos de desigualdade de renda e pobreza; iii) rendimentos mais baixos da educação, medidos pela proporção entre a jornada de trabalho de pessoas com escolaridade elevada e baixa; e iv) montantes mais elevados da despesa pública em educação e, em particular, a parte da despesa dedicada ao ensino primário e secundário em relação à despesa no ensino superior (Neidhöfer *et al.*, 2018, p. 340-341, tradução nossa).

Além disso, segundo Papanastasiou e Papatheodorou (2017), o fato de investir em programas assistencialistas influencia diretamente na ascensão ou declínio de povos residentes em países em desenvolvimento. Por conseguinte, são necessárias grandes reformas e políticas socioeconômicas para corrigir desigualdades estruturais, processos assimétricos e deficiências do lado da oferta, particularmente, no planejamento e desenvolvimento urbano, no sistema de ensino secundário e no mercado de trabalho (Sandberg, 2012). A Constituição Federal de 1988 (CF) representa um marco para essas mudanças no Brasil, a qual em seu Artigo 3º traz os objetivos fundamentais de seu texto e o propósito sobre o qual todo o Estado deve atuar, que são:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988, art. 3).

Para a realização de tais objetivos, o Capítulo I do Título II da CF expressa especificamente “direitos e garantias fundamentais”, e são eles: os sociais, trata do dever do Estado de assegurar para o povo “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, [e] a assistência aos desamparados” (art. 6) e os dos trabalhadores rurais e urbanos (art. 7), que regula questões diversas como piso e proteção salarial, salário mínimo, licenças, jornada, benefícios, entre outros (Brasil, 1988, art. 6-7).

Esses direitos, como explica Sarlet (2009, p. 448), são executados a partir de “prestações estatais vinculadas diretamente à destinação, distribuição (e redistribuição), bem como à criação de bens materiais, aponta-se, com propriedade, para sua dimensão economicamente relevante”. Sendo assim, o poder público se

encontra no dever constitucional de promover políticas públicas que façam cumprir tais direitos para conquistar o desenvolvimento humano almejado e, juntamente, a mobilidade social.

Apesar de haver uma série de estudos que investigam a relação entre a atuação do poder público e a mobilidade social, Iversen, Krishna e Sem (2019) constataram que países em desenvolvimento não têm recebido a mesma atenção da academia que os países desenvolvidos e, nesse caso, consistem em um *locus* a ser mais explorado por essa agenda. Ribeiro e Carvalhaes (2020) explicam que o campo é interdisciplinar, mas que a agenda brasileira carece de estudos empíricos mais diversificados, que tragam contribuições distintas das usuais, para um conhecimento mais amplo do problema.

Para o campo de Administração Pública, o acompanhamento da transmissão intergeracional da pobreza por meio da mobilidade social e dos condicionantes desse fenômeno se mostra uma ação necessária, a fim de proporcionar indicadores que auxiliem nas tomadas de decisões públicas. Contudo, como esse acompanhamento tem-se dado no âmbito individual, dificulta-se a criação de políticas públicas para a promoção de mobilidade social. Por conta disso, aplicar uma perspectiva agregativa ao fenômeno, a partir da análise da realidade dos municípios, por exemplo, consiste em um meio de direcionar a gestão pública para o combate a esse problema público.

Destaca-se, assim, o foco desta tese em diagnosticar a atuação dos municípios na oferta de condições para mobilidade social, e não em analisar a mobilidade individual experienciada pela população, como já ocorre na academia. A presente pesquisa se diferencia dos estudos da sociologia, da economia e de outras áreas por buscar compreender o fenômeno a partir das lentes da capacidade e da responsabilidade do Estado.

Reforça-se o pressuposto desta tese de que índices insatisfatórios de mobilidade social representam um *wicked problem*, que não será solucionado por uma política pública específica, mas sim pela junção de capacidades estatais e pelo contexto político e socioeconômico favorável a resolução desse problema. Isso pode ser observado pelo fato de em um mesmo estado existir cidades com maiores ou menores condições para a promoção da mobilidade social, como constatado por Moreira (2016).

Partindo do exposto, esta tese se propôs a responder à seguinte questão: **Como se dá a atuação do Estado na promoção de mobilidade social?** Para a execução desta pesquisa, os municípios do estado de Minas Gerais foram escolhidos como unidades de análise, uma vez que são marcados por grande desigualdade de renda entre si, e porque esse “é um dos estados em que mais se verifica a coexistência de regiões modernas em contraposição aquelas tidas como estagnadas” (Beirão; Barbosa; Leite, p. 7, 2019). Logo, é possível obter uma representação da realidade do Brasil por meio da amostra escolhida. Portanto, o objetivo desta tese é **analisar a atuação do Estado na promoção de um ambiente favorável à mobilidade social nos municípios**. Como objetivos específicos, propõe-se:

- a) explorar fatores relacionados de forma empírica à mobilidade social brasileira apresentados na literatura;
- b) analisar o grau de mobilidade social em âmbito municipal por meio da construção do Índice de Potencial de Mobilidade Social;
- c) verificar o efeito de fatores estatais no potencial de mobilidade social dos municípios.

A concepção desta tese foi pensada para apresentar uma contribuição teórico-metodológica em seu fechamento, o que foi possível graças aos resultados obtidos com o alcance dos três objetivos específicos. Como explicado anteriormente, mobilidade social consiste em um fenômeno por meio do qual se analisa a realidade do indivíduo, e é amplamente estudado no Brasil e no mundo. Nesta tese, analisou-se o cenário municipal como ambiente propício (ou não) para que o indivíduo experiencie (i)mobilidade. Logo, como capítulo final, foi apresentada a proposta de um novo conceito: Potencial de Mobilidade Social.

Segundo Goertz (2006), um dos meios de se construir um conceito mensurável em ciências sociais perpassa três etapas essenciais: (a) levantamento da literatura do tema base do conceito a ser proposto; (b) elaboração de uma proposta de materialização e mensuração do constructo a ser trabalhado; e (c) aplicação das etapas anteriores no contexto empírico, a saber, a realização de testes que comprovem a aplicabilidade do conceito na realidade social em que ele se insere. Tal modelo foi adotado recentemente no campo de Políticas Públicas, por Souza e Fontanelli (2020), ao sistematizarem perspectivas e mensurações para o conceito de Capacidade Burocrática. Partindo disso, concluídos os três artigos, foi adicionada à

presente tese uma reflexão sobre o conceito proposto, sua composição e possíveis aplicações em estudos futuros.

## 1 JUSTIFICATIVA

Para que qualquer cidadão possa alcançar êxito socioeconomicamente por meio do seu esforço, os privilégios de origem e a desigualdade de oportunidades devem ser mitigados da equação por meio da ação do poder público. Como exemplo dessa ação, programas de transferência condicionada vêm sendo implementados para reduzir a pobreza e proporcionar dignidade básica aos cidadãos. Esse tipo de política pública provou ser eficaz para reduzir os níveis de miséria em todo o mundo. Entretanto, nem sempre reduzir a pobreza significa diminuir a desigualdade e melhorar o *status* socioeconômico para as gerações futuras; e é por isso que a mobilidade social precisa ser monitorada também pela área da Administração Pública.

Em termos práticos, destaca-se que a própria temática abordada nesta proposta possui a promoção de bem-estar social e a redução da desigualdade de oportunidades inerentes à sua existência. Entende-se que trazer o Estado para o debate da mobilidade social representa uma contribuição para a Administração Pública, uma vez que os resultados poderão ser utilizados nas etapas do ciclo de políticas públicas que almejam o desenvolvimento socioeconômico e a redução de desigualdades.

Ademais, entregou-se um instrumento prático para burocratas e gestores públicos: o Índice de Potencial de Mobilidade Social. Esse indicador pode ser utilizado na realização de diagnóstico da realidade municipal em termos do potencial de mobilidade social, o que auxiliará na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas. Dessa forma, as políticas públicas poderão ser desenhadas de forma aplicada, considerando o que se mostra necessário para a realidade local, atacando os pontos que demandam atenção para apresentar melhoras a longo prazo, focando, nesse caso, não em resultados imediatistas, mas intergeracionais.

Em termos acadêmicos, foi entregue, de duas formas, uma contribuição incremental à literatura ao aplicar a lente da administração pública a esse problema: (1) propondo o conceito de potencial de mobilidade social como uma forma de trazer empiricamente os municípios para o debate. Atualmente, esse debate está restrito à

realidade do indivíduo sob o viés da sociologia e da economia, o que reduz as possibilidades de atuação do Estado. A concepção desse novo conceito busca integrar as áreas para que seja possível o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares. Considerando a complexidade do fenômeno, a integração das áreas se mostra um esforço válido para a melhor compreensão da realidade; e (2) analisando como a atuação do Estado tem afetado, de fato, a promoção de mobilidade social. A população brasileira se mostra dependente do *status* dos pais para conquistar mobilidade. Partindo disso, cabe ao Estado promover condições para romper com essa dependência. Sendo assim, a compreensão de como as ações governamentais estão influenciando na possibilidade de mudança, mostra-se como uma agenda de pesquisa necessária para que pesquisadores do campo de administração pública possam colaborar com as demais áreas e trazer soluções para esse problema público.

Apresentada a proposta geral da tese, juntamente com sua justificativa, passa-se para a contextualização da unidade de análise escolhida para a execução desta pesquisa.

## **2 APRESENTAÇÃO DA UNIDADE EMPÍRICA DE ANÁLISE**

Esta pesquisa foi concebida para analisar municípios, considerando o modelo federativo brasileiro. Desde a Constituição Federal de 1988, União, estados, municípios e o Distrito Federal são unidades federativas autônomas, que teriam capacidades fiscais e administrativas de atuar localmente. Na prática, à medida que as gestões foram colocando esses princípios em prática, essa estrutura deu origem a um complexo arranjo marcado por três características:

- i) a descentralização das políticas públicas; ii) o aumento da concentração de poder na esfera federal e o controle sobre as estruturas dos programas de gastos e do modo dos entes subnacionais executarem as próprias políticas e iii) a perda de relevância do papel dos estados na federação brasileira e o avanço dos municípios (Lopreato, 2020, p. 24).

Assim, ao mesmo tempo que houve a descentralização normativa do poder, houve a centralização prática do mesmo, pois o governo federal passou a não só fazer os repasses financeiros, como também elaborar políticas públicas para serem

implementadas pelas prefeituras, reduzindo a autonomia do poder local e quase excluindo o ente estadual. Por si só, essas questões normativas promovem distinções entre as unidades federativas que refletem na realidade socioeconômica da população.

Levando em conta o caráter inovador e complexo da pesquisa, optou-se por escolher os municípios de um estado como *locus* de análise, pois, dessa forma, é possível controlar melhor as condições da pesquisa e extrair inferências com mais precisão. Sendo assim, buscou-se um estado que concentrasse um amplo quantitativo de municípios e que esses apresentassem níveis socioeconômicos distintos entre si, o que possibilitaria obter uma representação do cenário brasileiro.

Partindo disso, Minas Gerais foi identificado como o estado com o maior número de municípios do país (853). Considerando a desigualdade entre as cidades, Silva, Fontes e Alves (2006) analisaram esse fenômeno e identificaram uma realidade composta por “algumas regiões e municípios demonstrando alto desenvolvimento e prosperidade, enquanto em outros predominam atraso econômico e penúria, péssimos indicadores sociais, alto índice de pobreza e fome” (Silva *et al.*, 2006, p. 55). Os autores atribuíram esse fato a diferenças geográficas e à concentração populacional e de indústrias em determinadas localidades.

Sabe-se que os municípios mineiros, assim como todo o Brasil, sofreram variações em termos de desigualdade e concentração de renda ao longo dessas décadas. Beirão *et al.* (2019) comparam a evolução do Índice de Gini das cidades do estado nos anos de 1990, 2000 e 2010, e observaram um aumento do número de municípios com altíssima concentração de renda (logo, com grande desigualdade de renda), entre 1991 e 2000 (de 2,11% para 9,03%). Já no ano de 2010, houve uma queda no percentual de municípios com altíssimo nível de concentração de renda, que passou para 4,92%. Regionalmente, constatou-se que as mesorregiões em que se encontram o maior número de cidades com altíssimo nível de concentração de renda são: Central Mineira, Jequitinhonha, Norte de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Zona da Mata (Beirão *et al.*, 2019).

Levando em conta esses dados, entende-se que os municípios de Minas Gerais consistem em uma amostra adequada para se buscar compreender esse fenômeno de forma exploratória.

## REFERÊNCIAS

- AIELLO-FERNANDES, R. “**Da entrada de serviço ao elevador social**”: racismo e sofrimento. 2013. 146 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: [https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15958/ccv\\_ppgpsico\\_me\\_Rafael\\_AF.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15958/ccv_ppgpsico_me_Rafael_AF.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 29 jan. 2024.
- ANDRADE, I. P. C. **O sistema de profissões no Brasil**: formação, expansão e fragmentação. Um estudo de estratificação social. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-15022019-124053/pt-br.php>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- ANNEGUES, A. C.; FIGUEIREDO, E. Mobilidade Intergeracional Qualificada: uma abordagem de mensuração utilizando regressões quantílicas. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 95, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea138044>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- BARCELOS, N. S. **Determinantes da mobilidade social intergeracional no Brasil em 2014**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14514>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- BEIRÃO, E. S.; BARBOSA, E. V. P.; LEITE, M. E. Desigualdade na distribuição de renda nos municípios do estado de Minas Gerais. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. e46865, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v41i2.46865>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- BIRD, K. The Intergenerational Transmission of Poverty: An Overview. In: Shepherd, A., Brunt, J. (eds) **Chronic Poverty**. London: Palgrave Macmillan, 2013. p 60–84. Disponível em: [https://doi.org/10.1057/9781137316707\\_4](https://doi.org/10.1057/9781137316707_4). Acesso em: 29 jan. 2024.
- BLANDEN, J. Cross-Country Rankings In Intergenerational Mobility: A Comparison Of Approaches From Economics And Sociology. **Journal of Economic Surveys**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 38-73, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6419.2011.00690.x>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- BLANDFORD, S. Social Mobility. In: HUDSON, B.; LEASK, M.; YOUNIE, S. (ed.). **Education System Design: Foundations, policy options and consequences**. Londres: Routledge, 2020. p. 81–93.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 jan. 2024.

BROWN, P.; JAMES, D. Educational expansion, poverty reduction and social mobility: Reframing the debate. **International Journal of Educational Research**, [s.l.], v. 100, e-101537, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2020.101537>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CHENG, T. L.; JOHNSON, S. B.; GOODMAN, E. Breaking the Intergenerational Cycle of Disadvantage: The Three Generation Approach. **Pediatrics**, [s.l.], v. 137, n. 6, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1542%2Fpeds.2015-2467>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DAUDE, Christian. Education and social mobility in Latin America. **LASA Forum**, Pittsburgho, Pensilvânia, v. 44, n. 2, p. 7-9, 2013. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol44-issue2/Debates3.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DORION, E. C. H. Reflexão sobre os impactos da pandemia COVID-19 no setor de serviços e comércio e as perspectivas de retomada e mudanças para a sociedade. **Universidade Federal de Santa Maria - Observatório Socioeconômico da COVID-19**, Santa Maria, texto para discussão n. 25, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2021/03/Textos-para-Discussao-25-Reflexao-sobre-os-impactos-da-pandemia-COVID-19-no-setor-de-Servicos-e-Comercio.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DRIOUCHI, A.; GAMAR, A. The gap between educational & social intergenerational mobility in Arab countries. **MPRA Paper**, Munique, Alemanha, n. 73998, 2016. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/pramprapa/73998.html>. Acesso em: 29 jan. 2024.

GOERTZ, G. **Social science concepts: a user's guide**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GOLDTHORPE, J.H.; HOPE, K. **The social grading of occupations: a new approach and scale**. Oxford: Oxford University Press, 1974. (Oxford Studies in Social Mobility)

GÜELL, P.; YOPO-DÍAZ, M. Temporal structures of the poor: Social mobility and the struggle for the future in Chile. **The Sociological Review**, Lancaster, v. 69, n. 5, p. 974–989, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038026121990976>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HEAD, B. W. Wicked Problems in Public Policy. **Public policy**, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 101-118, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/43502862\\_Wicked\\_Problems\\_in\\_Public\\_Policy](https://www.researchgate.net/publication/43502862_Wicked_Problems_in_Public_Policy). Acesso em: 29 jan. 2024.

HOULE, C.; MILLER, M. K. Social Mobility and Democratic Attitudes: Evidence from Latin America and Sub-Saharan Africa. **Comparative Political Studies**, [s.l.], v. 52, n. 11, p. 1610-1647, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010414019830719>. Acesso em: 29 jan. 2024.

IVERSEN, V.; KRISHNA, A.; SEN, K. Beyond Poverty Escapes — Social Mobility in Developing Countries: A Review Article. **The World Bank Research Observer**,

Oxford, v. 34, n. 2, p. 239-273, 2019. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1093/wbro/lkz003>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JANNUZZI, P. M.; MONTAGNER, P. Estado de bem-estar, políticas públicas e mobilidade social no Brasil. *In*: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 231-253. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/07/Brasil-Estado-Social-contra-a-Barb%C3%A1rie-Capa.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LOPREATO, F. L. C. Federalismo brasileiro: origem, evolução e desafios. **Texto para Discussão**, Unicamp. IE, Campinas, n. 388, jul. 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD388.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024

MOREIRA, N. C. Empowerment, gender inequality and social mobility in bolsa família program. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 4-21, 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2308>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NEIDHÖFER, G.; SERRANO, J.; GASPARINI, L. Educational inequality and intergenerational mobility in Latin America: a new database. **Journal of Development Economics**, [S.l.], v. 134, p. 329-349, set. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387818306618>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PAPANASTASIOU, S.; PAPANASTASIOU, C. Causal pathways of intergenerational poverty transmission in selected EU countries. **Social Cohesion and Development**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 5-19, 2018. Disponível em: <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/SCAD/article/view/15941>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RIBEIRO, C. A. C.. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 641-679, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/wRYSFDWFqXnFFpzBcgfbHbs/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RIBEIRO, C. A. C.. **Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional**. Brasília: IPEA, 2017a.

RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S.l.], n. 92, p. 1-46, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/504>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SANDBERG, J. Conditional cash transfers and social mobility: the role of asymmetric structures and segmentation processes. **Development and Change**, [s.l.], v.43, n.6, p. 1337-1359, nov. 2012. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7660.2012.01799.x>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SARLET, I. W. **Os Direitos Sociais como Direitos Fundamentais**: contributo para um balanço aos vinte anos da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <[http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/artigo\\_Ing\\_o\\_DF\\_sociais\\_PETROPOLIS\\_final\\_01\\_09\\_08.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/artigo_Ing_o_DF_sociais_PETROPOLIS_final_01_09_08.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SAUNDERS, P. Social mobility in Britain: an empirical evaluation of two competing explanations. **Sociology**, Durham, Reino Unido, v. 31, n. 2, p. 261-288, maio 1997. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038597031002005>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SILVA, E.; FONTES, R.; ALVES, L. F. Crescimento e desigualdade de renda em Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, [s.l.], v. 37, n.1, p. 54-78, 2006. Disponível em: <https://q20mais20.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/584>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SOUZA, C.; FONTANELLI, F.. Capacidade estatal e burocrática: sobre conceitos dimensões e medidas. *In*: MELLO, J.; RIBEIRO, V. M.; LOTTA, G.; BONAMINO, A.; CARVALHO, C. P. (Org.). **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos**: experiências recentes das políticas de redução das desigualdades. Brasília: Ipea, 2020, p. 45-69. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9862>. Acesso em: 29 jan. 2024.

WATERS, J. L. Geographies of international education: Mobilities and the reproduction of social (dis)advantage. **Geography compass**, v. 6, n. 3, p. 123-136, mar. 2012. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1749-8198.2011.00473.x>. Acesso em: 29 jan. 2024.

## ARTIGO 1 - ASPECTOS EMPÍRICOS DOS ESTUDOS SOBRE MOBILIDADE SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

### 1 INTRODUÇÃO

Mobilidade social é um fenômeno que tem sido estudado de modo mais consistente metodologicamente a partir dos anos 1960 (Ribeiro, 2017a). Por se tratar do movimento, ascendente ou descendente, de pessoas em estratos sociais, pesquisadores das ciências humanas, sociais aplicadas e da saúde têm buscado compreender a relação desse fenômeno por distintas vertentes.

As principais vertentes, de acordo com Blanden (2013), são a abordagem sociológica, em que os pesquisadores constroem os estratos a serem comparados a partir de fatores como ocupação, classe, renda e/ou educação; a econômica, que analisa renda e propriedade para estabelecer as comparações; e a terceira que tem a educação como *proxy* de mobilidade, observando indicadores de anos de estudo ou de qualidade do ensino (Blanden, 2013).

Empiricamente, outros aspectos se destacam nas pesquisas, entre eles, alguns fatores próprios do indivíduo que têm se mostrado determinantes da mobilidade social, quais sejam, raça, gênero, escolaridade e *status* socioeconômico da família (Gonçalves; Silveira Neto, 2013). Tais elementos não podem ser controlados pelas pessoas que sentem seus efeitos; logo, cabe não só a elas, mas também às instituições públicas e privadas, a missão de minimizar o peso de tais características na transmissão de condições socioeconômicas.

A literatura tem buscado, desde o início da área temática, compreender a associação entre condicionantes relacionados à mobilidade social dos indivíduos. Celeste *et al.* (2022) analisaram, a partir de outros estudos, se é possível associar *status* socioeconômico à perda de dentes na infância e na fase adulta, por exemplo. Quando se é possível estabelecer esse tipo de associação, é plausível extrair fatores que proporcionam uma condição de mobilidade social, seja ela ascendente ou descendente. Fatores como acesso a bolsas de estudo (Chisick, 1975), níveis de fertilidade (Kasarda; Billy, 1985), comportamento sedentário (Hackenhaar *et al.*, 2013) e prática de exercícios físicos na fase adulta (Elhakeem *et al.*, 2017), possuem relação comprovada com mobilidade social e os pesquisadores sugerem que esses resultados

sejam utilizados pelo poder público para gerar melhores condições de vida para as próximas gerações.

Partindo do exposto, este artigo buscou **explorar fatores relacionados de forma empírica à mobilidade social apresentados na literatura**. O propósito prático deste estudo é apresentar uma síntese de métodos utilizados nessas investigações, bem como de variáveis dependentes, determinantes e condicionantes, de forma a contribuir para pesquisas futuras tanto com foco acadêmico quanto direcionadas para elaboração de ações que beneficiem diretamente a sociedade.

Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, direcionada para esse foco específico. A presente pesquisa se diferencia de outras revisões sobre o tema por se propor a unir fatores diversos provenientes de diversas áreas de pesquisa. Ao separar os artigos de revisão coletados na pesquisa, observou-se que eles analisaram especificamente a mobilidade educacional (Yáñez-Contreras; García-Correa, 2013) ou a mobilidade social atrelada a questões como perda de dentes ao longo da vida (Celeste *et al.*, 2022); saúde mental (Quadros *et al.*, 2016) e tabagismo (Motta *et al.*, 2015).

Além desta introdução, este artigo é composto por: um referencial teórico-contextual sobre mobilidade social, teorias associadas e a realidade brasileira; os procedimentos metodológicos que cerceiam a pesquisa; os resultados encontrados; as conclusões extraídas das análises; as referências utilizadas; e um apêndice referenciando todos os trabalhos analisados nesta revisão.

## **2 MOBILIDADE SOCIAL E A REALIDADE BRASILEIRA**

*Social Mobility* (Sorokin, 1927), livro lançado nos Estados Unidos, consiste na obra seminal sobre mobilidade social, no entanto, as pesquisas sobre o tema se tornaram expressivas e frequentes no campo da sociologia do país a partir da década de 1950, partindo de classes socioeconômicas e/ou estratos ocupacionais como variáveis dependentes. Esse campo é atrelado, em sua origem, aos tópicos de classe e estratificação social, e sua fundamentação teórica vem de Karl Marx, a partir do antagonismo entre detentores dos meios produção e aqueles que vendem sua força de trabalho (Iversen; Krishna; Sen, 2019).

A agenda ganhou força devido às possibilidades de análises empíricas de dados coletados por instituições de pesquisa e agências governamentais. Antes da discussão chegar mais fortemente no Brasil (nos anos 1970), pesquisadores já haviam diagnosticado a mobilidade social no Canadá (Blishen, 1958), na Austrália (Broom *et al.*, 1967) e na Grã-Bretanha (Goldthorpe; Hope, 1974).

Essa questão empírica se mostra determinante para as demais escolhas dos pesquisadores, uma vez que toda a investigação parte da variável dependente adotada: (1) sociólogos associam ocupação, renda e/ou educação em estratos socioeconômicos; (2) economistas, por sua vez, têm optado por partir da renda e/ou dos ganhos dos indivíduos estudados; (3) diferente de um terceiro grupo que opta por adotar educação como *proxy* única de mobilidade, seja observando anos de estudo, ou qualidade do ensino (Blanden, 2013).

Sendo assim, diversas teorias podem ser escolhidas para embasar um estudo nessa área, pois – além da escolha do que necessariamente será explicado (renda, ocupação ou escolaridade) – algumas vertentes são mais aplicáveis a nações socioeconomicamente estáveis, nas quais a indústria dependa menos de mão de obra manual e exista uma distância reduzida entre as extremidades da pirâmide socioeconômica; enquanto outras se mostram adequadas para compreender contexto de economia em desenvolvimento e intensa desigualdade social, como a brasileira (Mahlmeister *et al.*, 2019).

Em 1979, José Pastore divulgou o primeiro estudo amplo sobre o tema no Brasil, intitulado *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*, cujo intuito principal era entender como se dava a distribuição do *status* ocupacional de indivíduos de uma mesma família ao longo das gerações, tanto na perspectiva inter quanto intrageracional. O trabalho foi possível graças aos dados de 1973 referentes à ocupação de chefes de família e de seus pais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que representam um marco para a pesquisa sobre o tema no país (Pastore, 1979).

Desde então, pesquisadores têm verificado que o fluxo social tem se adequado ao momento econômico analisado. Entre 1973 e 1982, observou-se um intenso aumento da mobilidade social, principalmente da estrutural, que ocorre quando há a criação de novas vagas. Uma vez que processos de urbanização, mecanização e

modernização deram origem a novas demandas (e mais diversificadas) por postos de trabalho, isso contribuiu para um esvaziamento dos estratos mais baixos da pirâmide social, compostos por trabalhadores manuais de regiões urbanas e rurais, que se mantem constante até as análises atuais (Pastore; Silva, 2000).

Entre 1982 e 2014, esse crescimento se estabilizou e recebeu outras características. A mobilidade descendente, sob uma perspectiva ocupacional, sofreu um leve crescimento e a ascendente, juntamente com a total, variaram levemente, como pode ser observado na Tabela 1. Essas variações são consequências de crises econômicas que ocorreram nos anos 1980, seguidas por mudanças nos setores produtivos. Com a conclusão do processo de industrialização tardia brasileira, a criação de empregos passou a apenas acompanhar o crescimento demográfico, e a mobilidade principal passou a ser circular – quando é necessário que um indivíduo descenda de estrato social para que outro ascenda (Ribeiro, 2017a).

Tabela 1 – Percentual de taxa de mobilidade social para homens, de 30 a 50 anos

	1973	1982	1988	1996	2014
<b>Imobilidade</b>	46	38	35	34	33
<b>Mobilidade total</b>	54	62	65	66	67
<b>Mobilidade ascendente</b>	25	31	34	32	34
<b>Mobilidade descendente</b>	6	6	7	9	11

Fonte: Ribeiro (2017a, p. 56).

Ao comparar a realidade brasileira com a de outros países, fica evidente a tardia modernização e a grande concentração da população em estratos compostos por ocupação de caráter manual, tanto urbana como rural. Em um estudo que analisou o fluxo entre classes sociais em 20 países (Pastore; Silva, 2000), o Brasil possui a maior taxa de mobilidade social (63,2%), bem distante dos países que o sucedem (Bulgária possuía 51,7%; Suécia, 51,5%, Canadá, 50,1%; e Hungria, 50%). Bélgica e Itália eram os países que detinham os menores índices, e representavam um grupo de nações socialmente estabilizadas. Explica-se esse fenômeno pelo fato de que nações mais desenvolvidas possuem grande concentração de pessoas nos altos estratos socioeconômicos (e que não almejam o descenso social) e uma menor dependência de trabalhadores em estratos manuais (assim, menos pessoas galgam grandes ascensões). Assim, a dinâmica socioeconômica do país não demanda um intenso fluxo social, cabendo mobilidade circular apenas por conta do aumento de demanda

por mão de obra qualificada, uma vez que há uma busca constante por modernização da indústria.

No Brasil, a expansão educacional iniciada nos anos 1980 prometia uma redução da mobilidade estrutural e o aumento da circular, o que permitiria a redução da dependência da origem para determinar o destino de um cidadão. Contudo, Ribeiro (2017b, p. 61) atestou que, a partir de 1988, o retorno educacional perdeu força como condição de mobilidade social (devido a essa expansão educacional e à desvalorização dos salários nos estratos médios), e uma das razões era que “pessoas com origem na classe alta permanecem tendo mais ou menos a mesma vantagem ao longo do tempo”. Isso quer dizer que por mais que a fluidez social esteja aumentando, as desigualdades não estão reduzindo, muito por conta da influente carga que a origem representa.

Estudos internacionais que partem de outras perspectivas apresentam resultados que confirmam essa teoria. Blanden (2013) comparou a mobilidade de renda de Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, França, Noruega, Austrália, Alemanha, Suécia, Canadá, Finlândia e Dinamarca, usando dados dos anos 2000. O Brasil teve o pior resultado (0,52 de elasticidade, sendo que quanto mais perto de 1, maior é o reflexo da renda do pai na renda do filho), relativamente distante do segundo lugar (Estados Unidos, com 0,41). Esse achado levou o autor a identificar que há uma diferença para mensurar a mobilidade de renda de países desenvolvidos e em desenvolvimento, e que isso precisa ser considerado tanto em estudos nacionais quanto internacionais.

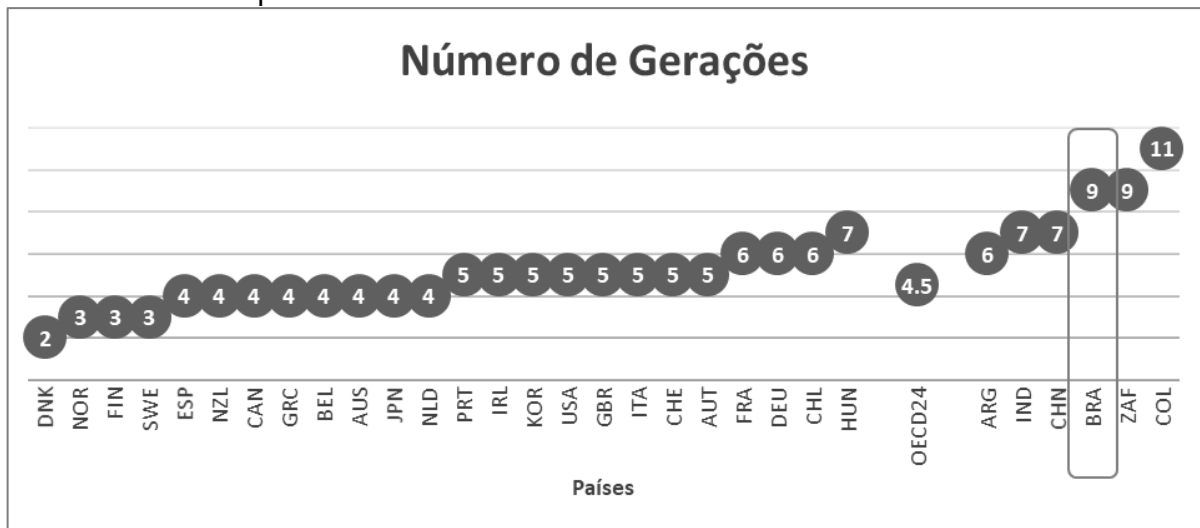
Hertz *et al.* (2007), por sua vez, analisaram a mobilidade educacional, averiguando também a elasticidade do fator anos de estudo, para compreender o poder que a escolaridade dos pais exerce na escolaridade dos filhos. A amostra estudada foi composta por 42 países, vindos de todos os continentes e com cenários socioeconômicos distintos. O Brasil ficou na 4<sup>a</sup> posição, apresentando uma elasticidade de 0,95, atrás apenas de Bangladesh, Egito e Paquistão. Vale destacar que esse é um resultado negativo, pois quanto maior a elasticidade, maior o poder da escolaridade dos pais nos resultados dos filhos, e menor a mobilidade educacional.

A mesma dependência da escolaridade dos pais para mobilidade educacional no Brasil foi identificada por Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2004). Não somente isso, mas os autores também concluíram que a escolaridade dos pais consiste no

maior fator de desigualdade de oportunidades no cenário brasileiro, de acordo com dados de 1996. Para eles, apesar de haver uma alta na mobilidade educacional nesse período, a desigualdade de oportunidades permanecia alta em comparação com padrões internacionais.

Partindo para a transmissão intergeracional de pobreza, o *World Economic Forum* lançou um estudo, em 2018, averiguando o número de gerações necessárias para que aqueles que nasceram nas famílias que compõem o grupo dos 10% mais pobres alcancem a renda média do país. Como pode ser observado na Figura 1, essa parcela da população brasileira necessita de nove gerações para alcançar a renda média, resultado pior que os de alguns países da América Latina, como Chile e Argentina (6), e do BRICS, como Índia e China (7) (World Economic Forum, 2018).

Figura 1 – Número de gerações necessárias para que os 10% mais pobres alcancem a renda média do país



Fonte: Adaptado de *World Economic Forum* (2018).

Já em 2020, o *World Economic Forum* averiguou a mobilidade social de 82 países por meio do *Global Social Mobility Index* (GSMI), um indicador criado pela instituição composto por 10 pilares, distribuídos em cinco dimensões. O Quadro 1 apresenta os resultados conquistados pelo Brasil, e observa-se que eles não foram satisfatórios. Mais informações sobre este estudo serão apresentadas ao longo deste estudo.

Quadro 1 – Resultados do Brasil no Global Social Mobility Index

Dimensão	Pilar	Colocação/Nota
Geral	Geral	60º / 52.1
Saúde	Saúde	64º / 62
Educação	Acesso à Educação	57º / 54.2
	Qualidade e Equidade da Educação	65º / 42.2
	Educação Continuada	80º / 37.9
Tecnologia	Acesso à Tecnologia	55º / 67.8
Trabalho	Oportunidade de Trabalho	69º / 55.9
	Salário Justo	64º / 35.9
	Condições de Trabalho	39º / 60.6
Resiliência e Instituições	Proteção Social	38º / 59.2
	Instituições Inclusivas	74º / 45.5

Fonte: Adaptado de *World Economic Forum* (2020, p. 52-53).

Considerando os resultados apresentados, o relatório do *World Economic Forum* (2020) sugere que o Estado brasileiro fomente a empregabilidade de trabalhadores que possuem baixa escolaridade, principalmente até o ensino fundamental. Promover o acesso a oportunidade de cursos técnicos e de formação continuada é uma estratégia que pode ser adotada, considerando as mudanças no perfil do mercado de trabalho brasileiro, conforme discutido brevemente no tópico 2.

A precariedade do trabalho no Brasil também ficou em evidência, principalmente, quando foi observado no pilar “Salário Justo” em que a incidência de baixos salários entre 21,5%, e 27,4% dos trabalhadores, evidenciando a vulnerabilidade da população às condições de trabalho. Tudo isso reflete não só na qualidade de vida da população na atualidade, mas também nas gerações futuras.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para investigar fatores empíricos associados à mobilidade social no Brasil, foi desenvolvida uma revisão sistemática, que culminou em uma pesquisa descritiva e de caráter qualitativo. Para a elaboração do desenho da presente pesquisa, foram adaptadas as etapas propostas pelo guia *Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis Protocols* (PRISMA-P), apresentado por Moher *et al.* (2015). Apesar de ser um manual desenvolvido para revisões sistemáticas e meta-análises da área da saúde, seu protocolo de planejamento e coleta se mostram adequados para qualquer área de estudo.

A partir das instruções do PRISMA-P, foram seguidas as seguintes fases de elaboração do escopo: delimitação do objetivo da investigação; consulta preliminar para escolha de tipos de estudos a serem coletados; elaboração de protocolo da pesquisa, com critérios de inclusão e exclusão de estudos; coleta e tratamento dos estudos; apresentação e síntese dos resultados.

Vale destacar que a mobilidade social é um fenômeno amplamente estudado no mundo e por áreas distintas. A título de observação, a partir de uma busca feita na plataforma *Web of Science*, no dia 6 de agosto de 2022, foi possível identificar 2.434 pesquisas que possuíam “*social mobility*” em seus títulos. Sendo assim, considerando o vasto quantitativo de pesquisas já publicadas e a forte ligação com o contexto que marca o fenômeno da mobilidade social, optou-se por afunilar a coleta de forma a focar no cenário brasileiro, por meio de análise de artigos publicados em periódicos que adotam o método de revisão por pares.

Foram consultadas as bases Periódicos Capes, *Scopus* e *Web of Science*, no dia 13 de agosto de 2022, para a coleta dos artigos. Foram feitos dois tipos de busca: (i) na primeira, usou-se a expressão “mobilidade social” como comando de busca no título dos estudos; (b) na segunda, a expressão “mobilidade intergeracional” poderia estar no título, nas palavras-chave ou no resumo. Como apresentado no referencial, mobilidade intergeracional ocorre quando há uma perspectiva comparada da mobilidade social em diferentes recortes temporais.

A segunda busca foi adotada após a identificação de estudos empíricos em coletas exploratórias realizadas com esses termos de busca. Vale salientar que revisões sistemáticas sobre mobilidade social possuem o empecilho de essa expressão não ser adotada de forma consensual entre os estudiosos. Motta *et al.* (2015) experienciaram essa dificuldade e acreditam que isso ocorre por conta das diversas formas que se é possível capturar e mensurar a mudança de *status* do indivíduo ao longo de um período. Sendo assim, como será considerado o caráter longitudinal intergeracional do fenômeno, optou-se por realizar também uma busca mais ampla com a expressão “mobilidade intergeracional”.

Como o intuito foi explorar os aspectos diversos dos estudados, não foram delimitados filtros temporais tampouco de credibilidade dos trabalhos (como fator de impacto do periódico ou pontuação na Plataforma Sucupira). Após, foi feita a filtragem dos trabalhos por meio de dois critérios: primeiramente, foram excluídas as pesquisas

duplicadas; após, foi verificado se o trabalho coletado de fato se encaixa com o propósito deste artigo. Para tanto, os arquivos foram baixados e seus resumos e introduções foram lidos. Com isso, foram descartados os seguintes tipos de trabalhos:

- estudos empíricos sobre outros países, que não envolvem o Brasil;
- pesquisas que tratavam de mobilidade urbana ou geográfica, e não social;
- resenhas de livros;
- reflexões sobre possibilidades de mobilidade social futuras, como é o caso de um trabalho que analisa as expectativas de atletas sobre mobilidade social a partir de suas carreiras no futsal;
- pesquisas que exploram pouco a temática da mobilidade social, utilizando-a, por exemplo, como variável explicativa de um fenômeno. Exemplo: como a mobilidade social, entre diversos outros fatores, influencia na intenção de voto de um grupo;
- artigos que narravam a mobilidade social em um contexto puramente histórico, literário ou sob a percepção de um grupo específico. Como ilustração, foi identificada uma pesquisa que descreve a trajetória social de desembargadores baianos a partir de sua linhagem portuguesa.

Tais artigos foram descartados tendo em vista que suas discussões não agregam ao objetivo da presente pesquisa. Feitas as duas filtragens, foi realizada a análise do material. Como o intuito desta revisão foi extrair elementos pontuais dos estudos, a análise foi feita em duas etapas. Primeiramente, foram catalogadas as seguintes informações dos artigos: ano, autor(es), periódico e fontes de dados. Essas informações serão apresentadas graficamente na seção de resultados para ilustrar o panorama das pesquisas do ramo.

Para a segunda parte, foi aplicada a Análise Documental Categorial proposta por Bardin (2011). Essa técnica consiste em reduzir os dados coletados por meio da codificação das informações interessantes para a pesquisa. Assim, dos estudos coletados foram extraídos as informações listadas no parágrafo anterior e, depois, os fatores almejados, que foram agrupados e analisados de acordo com o significado semântico que eles possuem de forma expressa. A autora explica que o foco da análise não está na inferência, mas sim na transformação e sistematização do texto para melhor consulta.

Esse tipo de análise se mostra adequado, principalmente por ser uma “uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados” (Bardin, 2011, p. 51). Portanto, os artigos foram analisados em ordem cronológica, por meio da leitura integral dos textos, para deles serem extraídos determinantes e demais fatores associados à mobilidade social. Gonçalves e Silveira Neto (2013) sintetizaram os determinantes utilizados nos estudos empíricos da área, quais sejam, raça, gênero, escolaridade dos pais e *status* socioeconômico da família.

Para se extrair os demais fatores, foi considerado que este estudo faz parte da área de Administração Pública, e possui o propósito de entregar resultados aplicáveis na prática. Como modo de categorização das variáveis, utilizou-se a diferenciação proposta por Roemer (1998), que sugere a distinção entre fatores que são consequência da dedicação do indivíduo (fatores de esforço), e aqueles sob os quais as pessoas não possuem controle, que podem ter sido herdados ou impostos por seus antecessores ou pelas circunstâncias de sua vida (fatores circunstanciais). Essa classificação foi posteriormente adotada para analisar a realidade brasileira por Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2004), Figueiredo, Silva e Rego (2012) e Jimenez e Jimenez (2019).

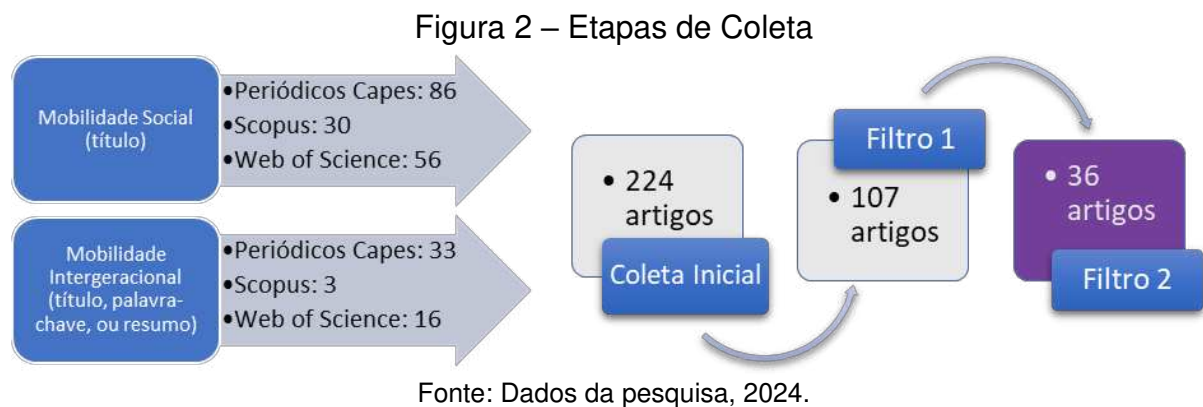
Adotou-se tal classificação partindo do pressuposto que a igualdade de oportunidades existe quando há mobilidade social dos indivíduos, independentemente de suas características circunstanciais. Como exemplos de fatores de esforço, tem-se grau de escolaridade, decisão e possibilidade de migrar, e carga de trabalho; enquanto os circunstanciais são mais variados e vão desde questões de origem familiar, como renda e escolaridade dos pais, até aspectos contextuais, como nível de desemprego e qualidade das instituições de ensino (Jimenez; Jimenez, 2019; Figueiredo; Silva; Rego, 2012; Bourguignon; Ferreira; Menéndez, 2004).

Sendo assim, os fatores identificados nos artigos coletados foram categorizados da seguinte maneira: de acordo com sua natureza (fator determinante, fator de esforço ou fator circunstancial) e segundo sua área de ocorrência (ações afirmativas, *background* familiar, economia e mercado, educação, políticas sociais e saúde). Os achados provenientes desse processo serão apresentados a seguir.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

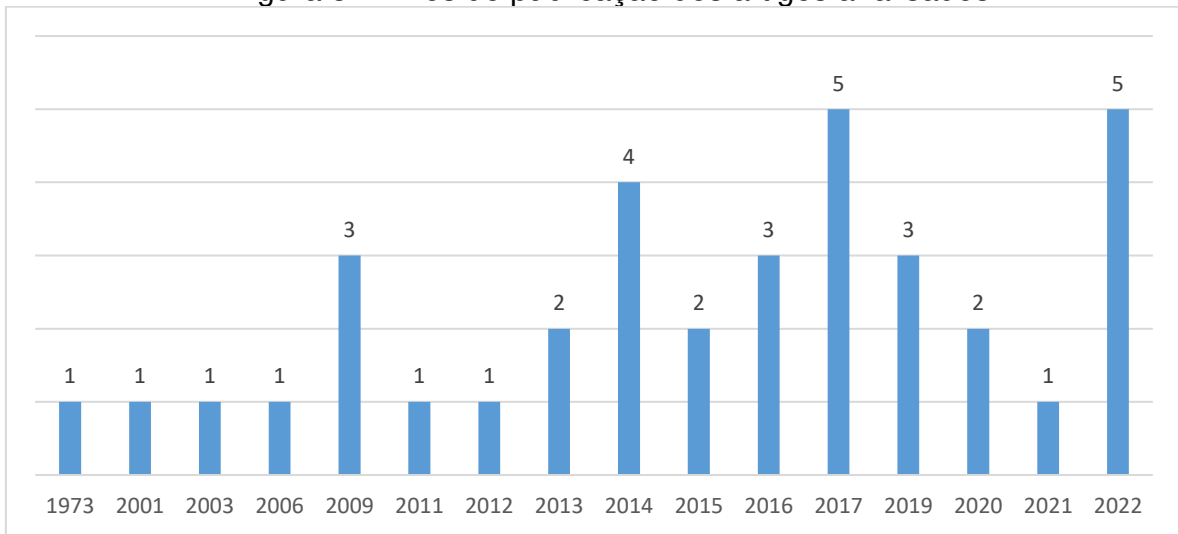
#### 4.1 Análise descritiva dos resultados

Na primeira busca (“mobilidade social” no título), foram coletados 172 artigos nas três bases mencionadas na sessão de procedimentos metodológicos. Após a remoção dos duplicados, 85 introduções foram lidas, restando 23 artigos para análise. Já na segunda busca (“mobilidade intergeracional” em qualquer campo), 52 estudos apareceram, restando 22 após exclusão dos duplicados, sendo que apenas 13 estavam adequados aos critérios desta pesquisa quando foram analisadas as introduções. Por fim, 36 artigos foram analisados, conforme sintetizado na Figura 2, e a lista completa dos mesmos está no Apêndice A. Vale destacar que a leitura das introduções apontou diversos artigos duplicados, cujos títulos apareciam em inglês em uma base, e em português na outra, o que reduziu de forma considerável os estudos analisados.



O primeiro artigo coletado data de 1973, e foi seguido por um longo hiato até o próximo, de 2001. Esse hiato pode ser caracterizado pela ausência de estudos referenciados e catalogados nas bases de dados em razão de condições tecnológicas e de temporalidade. Foram encontrados outros estudos publicados nesse período no formato de livros, dissertações e teses, cujas análises e resultados foram utilizados como base para os artigos e que aqui foram analisados. A Figura 3 mostra a evolução da publicação de artigos sobre o tema, e observa-se uma volatilidade desde 2009, apesar de não ter sido possível identificar uma razão para tanto.

Figura 3 – Anos de publicação dos artigos analisados



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

No total, foram identificados 76 pesquisadores diferentes com autoria nos trabalhos analisados. Dentre eles, 66 possuem participação em apenas um texto, enquanto 10 publicaram ao menos dois artigos, como mostra a Tabela 2. Carlos Antonio Costa Ribeiro aparece como o pesquisador que mais publicou artigos, e vale destacar que ele é o primeiro autor de todas essas seis pesquisas, feito que não foi repetido pelos demais autores. Algo que chamou a atenção nesse grupo de autores, foi a variedade de áreas em que eles atuam, a saber: ciências sociais (1), saúde pública (5), economia (2) e administração (2). Isso mostra a multidisciplinariedade do tema e suas possibilidades de investigação.

Tabela 2 – Autores que mais publicaram

N.	Autor	N. Artigos	Área
1	RIBEIRO, Carlos Antonio Costa	6	Ciências Sociais
2	FERREIRA, Márcia Gonçalves	2	Saúde Pública
3	FERREIRA, Sergio Guimarães	2	Economia
4	GIGANTE, Denise Petrucci	2	Saúde Pública
5	MARTINS, Bibiana Volkmer	2	Administração
6	MOREIRA, Nathalia Carvalho	2	Administração
7	MOTTA, Janaína Vieira dos Santos	2	Saúde Pública
8	MURARO, Ana Paula	2	Saúde Pública
9	SICHERI, Rosely	2	Saúde Pública
10	VELOSO, Fernando	2	Economia

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Reforçando a questão da multidisciplinariedade do tema, verificou-se que os trabalhos foram publicados em 29 periódicos, sendo que em 23 deles havia apenas uma até o momento da coleta. A Tabela 3 apresenta as revistas em que foram publicados ao menos dois artigos. Observa-se que elas são das áreas de administração, ciências sociais, economia e saúde pública.

Para complementar a análise, entende-se relevante apontar as classificações dessas revistas no sistema Qualis Periódicos, que consiste em “um sistema usado para classificar a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos” (CAPES, 2023, n.p.). O intuito de mostrar esse dado é apontar para o alto nível de relevância das revistas que publicizam trabalhos de qualidade sobre mobilidade social (em ordem decrescente, os estratos são: A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 e C. A Tabela 3 apresenta as avaliações do quadriênio 2017-2020, bem como a área Interdisciplinar.

Tabela 3 – Periódicos dos artigos coletados

<b>Revistas</b>	<b>N. Artigos</b>	<b>Qualis</b>
Dados: Revista de Ciências Sociais	3	A1
Cadernos de Saúde Pública	2	A1
Cadernos EBAPE.BR	2	A2
Ciência & Saúde Coletiva	2	A1
Revista Brasileira de Ciências Sociais	2	A1
Revista de Economia	2	B1

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Com apenas um autor referência, quatro áreas de publicação em destaque e diversos periódicos bem avaliados como opção de compartilhamento do conhecimento, os resultados apresentados até então apontam para um panorama promissor de publicações sobre o tema. Ressalta-se que há uma expectativa de divulgação dos dados atualizados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que consiste no banco de dados mais utilizado por aqueles que pesquisam mobilidade social; e do Censo, que oferece informações essenciais para os estudos. De posse desses dados, pesquisadores poderão desenvolver análises comparativas intergeracionais, bem como verificar se ocorreram mudanças nos níveis de mobilidade após os eventos nacionais e internacionais que marcaram a década de 2010 (Adamczyk; Fochezatto, 2020; Neri; Bonomo, 2018; Salata; Cheung, 2022).

Diante dessa expectativa de possibilidades de estudo e publicação em mobilidade social, apresenta-se, no subtópico que segue, os fatores associados ao fenômeno.

## **4.2 Fatores associados à mobilidade social**

Para esta etapa da pesquisa, os artigos foram analisados por ordem cronológica e enumerados de 1 a 36, como pode ser visto no Apêndice A. A escolha pela análise cronológica se deu para que fosse possível observar a evolução dos estudos e dos elementos adotados nas investigações. Foi realizada, então, a leitura dos trabalhos; a extração dos fatores associados à mobilidade social identificados; e a apresentação desses trabalhos de forma categorizada, segundo diretrizes de Bardin (2011) para a Análise Documental Categórica.

No total, foram identificados sete determinantes e outros 50 fatores associados ao fenômeno. Primeiramente, serão apresentados os determinantes identificados nos estudos.

### **4.2.1 Fatores determinantes da mobilidade social**

Os fatores determinantes identificados, são aqueles que acarretam em vantagens ou desvantagens na circulação do indivíduo entre os estratos sociais, e estão relacionados à sua origem, o que significa que tais características não podem ser alteradas pela pessoa cuja mobilidade está sob análise.

É possível verificar (Tabela 4) que a escolaridade foi o aspecto mais frequentemente discutido nos estudos, todos reforçaram que a educação é o maior motor de mobilidade social. Leite e Justo (2020) explicam que, na realidade brasileira e em tantas outras, altas posições no mercado exigem alto nível de instrução, e o Brasil é marcado por intensa desigualdade educacional e baixa oferta de profissionais qualificados, o que eleva o prêmio pela educação de forma geral.

Tabela 4 – Determinantes identificados

Determinantes	Qt.	Artigos
1. Escolaridade do indivíduo	24	3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36
2. Renda da família	20	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 18, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31
3. Escolaridade dos pais	19	2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 24, 25, 26, 27, 29, 33, 34, 35, 36
4. Cor/raça/etnia	14	2, 3, 4, 10, 12, 13, 18, 24, 27, 28, 29, 30, 32, 33
5. Ocupação ou <i>status</i> ocupacional dos pais	13	1, 3, 11, 14, 15, 18, 24, 25, 29, 30, 32, 33, 34
6. Gênero	12	8, 9, 10, 12, 13, 22, 24, 28, 29, 30, 32, 35
7. Local de Residência	12	3, 7, 8, 10, 11, 13, 22, 24, 27, 29, 32, 34
7.1 Urbano x rural	9	3, 11, 13, 15, 24, 27, 29, 32, 34
7.2 Região metropolitana	2	8, 29

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Grau de escolaridade é um dos fatores que compõem o capital humano e atribui vantagens competitivas ao indivíduo no mercado de trabalho. Lembra-se que capital humano consiste em “um conjunto de atributos pessoais, tais como educação, experiência, habilidades, boa saúde, etc.” (Araújo; Netto Júnior; Siqueira, 2022, p. 2), e que ele é crucial tanto para a mobilidade intergeracional quanto para a intrageracional. Assim, a escolaridade é o elemento mensurável que representa o capital humano, mas não é o único que o compõe e precisa ser levado em consideração.

É um consenso nos trabalhos analisados que filhos de pais mais escolarizados possuem mais chances não só de ascender socialmente, mas também de se manterem em altas posições. Analisando os dados da PNAD de 1996, Ferreira e Veloso (2003, p. 493) observaram, por exemplo, que “a probabilidade de o filho de um pai bacharel obter um grau de bacharel é de 60%, comparado a 35,8% para filhos de indivíduos com segundo grau completo”. Mahlmeister *et al.* (2019), por sua vez, replicaram o estudo de Ferreira e Veloso (2003), e compararam com resultados de análises realizadas com os dados da PNAD de 2014, e atestaram que a persistência educacional caiu nesse período (de 0,68 para 0,48), mas que segue tendo um peso maior que o ideal na mobilidade social.

Observa-se a tendência de que os pais que possuem maior nível de instrução buscam o mesmo para os filhos, que assim já nascem com vantagens. A partir da idade adulta, esses filhos tendem a seguir investindo em qualificação e, naturalmente,

ultrapassariam o nível educacional e econômico dos pais. Outro ponto apontado por Rossi e Fontes (2022) é que pais que frequentaram o ensino superior passam conhecimento tácito para seus filhos, os quais, por sua vez, são mais suavemente introduzidos na realidade, o que vem acompanhado de sentimento de pertencimento. Isso auxilia tanto no acesso quanto na permanência dos filhos nas instituições de nível superior.

A análise do peso da renda dos pais na mobilidade dos filhos está presente desde o primeiro artigo desta coleta. Bresser-Pereira (1973, p. 21) verificou que “um indivíduo originário da classe alta tem quase 200 vezes mais oportunidades de tornar-se diretor de uma empresa do que um indivíduo originário da classe baixa”. Isso se explica por razões diversas: maior possibilidade de investimento em capital humano, acesso às redes sociais dos pais, vantagens culturais e senso de pertencimento, melhores condições de saúde, menos barreiras sociais de entrada, entre outros. Em uma perspectiva mais ampla, a mobilidade intergeracional de renda é associada diretamente a índices socioeconômicos como desigualdade de renda, transmissão intergeracional de pobreza e desigualdade de oportunidades (Tejada *et al.*, 2015).

Sendo assim, a mobilidade de renda se mostra importante não apenas para os indivíduos que a experienciam, como também para todo o país. Para a realidade brasileira, estudos têm apontado para um crescimento da maior mobilidade intergeracional de renda atrelada à redução gradativa da dependência da renda dos pais para a mobilidade dos filhos. Sobre o quadro atual do país, Ribeiro (2020, p. 260) o sintetiza em dois fatores: “há uma tendência histórica de diminuição da persistência intergeracional de classe ou de *status* socioeconômico das ocupações”, ao mesmo tempo que o Brasil “apresenta níveis altos de persistência intergeracional quando comparado a outros países”.

Para além das perspectivas educacional e de renda, analisa-se a classe ocupacional como um determinante que une os dois aspectos e se materializa a partir do contraste de estratos ocupacionais. Bresser-Pereira (1973, p. 26) justificou o uso dessa metodologia na realidade brasileira ao atestar que “profissão e educação, assim como a situação econômica, tornam comuns os interesses econômicos e facilitam as relações sociais”. Isso significa que filhos de pais pertencentes a altas classes profissionais possuem vantagens para além da persistência educacional e econômica, como a experiência profissional dos pais, a herança do capital social e cultural familiar

e a percepção de pertencimento a essa classe ou a uma superior (Bresser-Pereira, 1973; Ribeiro, 2014).

Algo que auxilia na compreensão da rigidez da mobilidade social brasileira é a imobilidade nas classes ocupacionais mais altas. Ribeiro (2014, p. 205) verificou, por exemplo, que “a grande maioria dos filhos de profissionais e administradores [...] permaneceu na mesma classe de seus pais”. Além disso, o autor também concluiu que essa classe, a mais alta segundo a classificação adotada por ele, distancia-se de todas as demais, como se houvesse apenas duas: o topo e o restante dos estratos (IIIa, IIIb, IVa, IVb, IVc, V, VI, VIIa, VIIb). Essa distância não se dá apenas em termos de *status* ocupacional, mas também de fatores vivenciados no presente, como distribuição de renda, nível educacional e possibilidades de mobilidade. Isso gera uma barreira tanto de entrada quanto de saída nas duas direções, barreira esta que é ainda mais rígida em termos descendentes, o que corrobora com a baixa mobilidade descendente no país, como apresentado na Tabela 1 deste artigo, que é essencial para a redução da desigualdade de oportunidades.

Muitas das razões para o baixo desempenho brasileiro nesse quesito, são de ordem estrutural e têm feito com que as melhorias ocorridas ao longo do tempo não estejam sendo vivenciadas da mesma forma por cidadãos diferente. Ribeiro (2020, p. 258) averiguou que “a influência das condições de origem tende a ser distinta nas chances de mobilidade de homens, mulheres, brancos e negros”. Ainda em 2003, utilizando dados da PNAD de 1996, Ferreira e Veloso (2003, p. 482) identificaram uma relação direta entre escolaridade dos pais, raça e mobilidade intergeracional: “enquanto a probabilidade de um filho negro de um pai sem escolaridade permanecer na mesma categoria de educação do pai é cerca de 42%, a probabilidade análoga para brancos é pouco acima de 24%”. Em oposição a isso, os autores atestaram também que “a persistência de alta escolaridade é mais elevada entre indivíduos de cor branca” (Ferreira; Veloso, 2003, p. 482), o que significa que a cor da pele representa uma vantagem competitiva para os brancos, que se beneficiam da herança educacional ou se desvinculam mais facilmente dela, enquanto negros possuem maior dificuldade de se desprender da sua herança educacional.

Com intuito de verificar mudanças intergeracionais nesse quadro, Mahlmeister *et al.* (2019) compararam o peso da cor dos indivíduos na persistência educacional, confrontando dados das PNADs de 1996 e 2014. Os autores atestaram que a

persistência do nível de escolaridade dos extremos se mantém elevada. Quanto ao topo da pirâmide, observou-se que “a probabilidade de o filho de um pai com ensino superior completo também completar seus estudos universitários passou de 40% para cerca de 62%, se o indivíduo reporta ser negro, e de aproximadamente 62% para 74% para brancos” (Mahlmeister *et al.*, 2019, p. 160). Esses resultados indicam que a persistência na categoria de alto nível instrucional aumentou para ambos os grupos, mas permanece mais elevada para os brancos.

Quando se observa a base, tem-se que a probabilidade de um jovem negro manter a ‘escolaridade zero’ dos pais passou para 22,8%, enquanto que um branco tem apenas 10,6% de chance de repetir esse nível instrucional. Infere-se, então, que houve uma redução da persistência educacional para ambos os grupos, mas que ainda perdura a maior desvantagem dos jovens negros. Corroborando com o que foi apresentado, Ribeiro (2017a, p. 19) conclui que “quanto mais escura for a pessoa, menores são suas chances de mobilidade ascendente nas hierarquias de estratificação social”.

Para além da raça, o gênero também apresenta um determinante na mobilidade social dos indivíduos. Alves e Cavenaghi (2009, p. 182) relacionam as desvantagens de oportunidades vivenciadas pelas mulheres a dois elementos principais: “as desigualdades de gênero e o reforço da tradicional divisão sexual e social do trabalho”. Para os autores, tais questões elevam o número de mulheres em situação de pobreza por reduzirem suas oportunidades de socialização, mitigarem suas possibilidades de acúmulo de capital humano e restringirem tanto a inserção quanto a ascensão no mercado de trabalho. Essas questões também se mostraram fortes recentemente, uma vez que Ribeiro (2020) verificou que mulheres vivenciam maior persistência intergeracional que os homens.

Quando se observa os determinantes classe, raça e gênero em conjunto, pesquisas recentes têm comprovado que mulheres pobres e negras são o grupo que vivencia maior desvantagem de mobilidade social (Ribeiro, 2020). De fato, elas sofrem com as barreiras impostas pelas condições socioeconômicas de origem, além do machismo e do racismo estrutural. Tal situação requer ações direcionadas do poder público, que promovam equidade para superação dessas desigualdades.

Quanto a isso, Moreira (2016, p. 11, tradução nossa) faz uma ressalva a ser considerada na elaboração de ações públicas de redução das desigualdades de

gênero: “mudanças são necessárias nas estruturas sociais e econômicas, capazes de promover mobilidade coletiva, não a mobilidade em termos individuais”. A autora levanta essa questão ao verificar que o Programa Bolsa Família possui o potencial de elevar a mobilidade social de mulheres por meio do empoderamento feminino atribuído ao desenho da política pública. Contudo, esse fenômeno foi mais observado em sua pesquisa sob a perspectiva individual que coletiva, o que demanda atenção do poder público.

O último determinante analisado foi a região de origem. Em termos gerais, a região nordeste se destaca como a que apresenta menor mobilidade social (Ferreira; Veloso, 2003; Gonçalves; Silveira Neto, 2013; Ribeiro, 2017a; Mahlmeister *et al.*, 2019; Araújo; Netto Júnior; Siqueira, 2022). Em termos de persistência educacional, Ferreira e Veloso (2003) e Mahlmeister *et al.* (2019) observaram discrepâncias entre o sudeste e o nordeste a partir de dados da PNAD de 1996 e de 2014, respectivamente. Com os dados de 1996, obteve-se que o filho de um pai sem escolaridade tinha 53,9% de possibilidade de repetir a situação do pai se residisse no nordeste; enquanto que para os que viviam no sudeste, esse percentual caía para 21,2%. As análises mais recentes mostraram uma melhora nesse quadro e as chances passaram para 29,8% e 11,1%, respectivamente; contudo, observa-se que se mantém a diferença entre as regiões.

Uma outra perspectiva geográfica está relacionada à dicotomia urbano x rural. Há um consenso na literatura de que no meio urbano há acesso facilitado aos serviços básicos, como educação, cultura e saúde; oportunidades profissionais e possibilidades de migração, fatores que auxiliam na busca por melhoria da qualidade de vida. As desvantagens de se viver no meio rural, em termos de perspectivas de mobilidade social, materializam-se nos esquemas de classe ocupacional adotadas por sociólogos em estudos da área. Nas análises de Ribeiro (2014, 2020), por exemplo, pequenos produtores rurais e trabalhadores rurais foram alocados à classe baixa, considerando renda, educação, *status* socioeconômico e chances de mobilidade.

Dentro do perímetro urbano, outros elementos geográficos também foram observados. Em dois artigos foi verificada como vantagem para mobilidade social o fato de residir em uma região metropolitana. Leroy *et al.* (2011) verificaram que há mais oportunidades educacionais e profissionais na região metropolitana de Belo Horizonte do que nas demais regiões estudadas, destacando a presença de indústrias

no local como uma justificativa para a necessidade de contratação de mão de obra qualificada. Para Leite e Justo (2020), residir em região metropolitana aumentaria ainda mais as possibilidades de mobilidade social, considerando a facilidade de acesso aos serviços e oportunidades mencionadas. Os autores concluíram isso a partir de análises focadas no estado do Ceará, para os anos de 1992 e 2009, contudo, apontaram que o efeito dessa variável perdeu força no cenário mais recente.

O último aspecto relacionado à questão geográfica foi a residência em uma favela. Entre os artigos coletados, apenas o de Valladares (2009) analisou tal quesito, estudando a mobilidade social de universitários residentes em favelas do Rio de Janeiro. A autora apresentou não apenas as desvantagens de infraestrutura e acesso experienciadas pela população das favelas e “um processo significativo de mobilidade social por intermédio da educação” (Valladares, 2009, p. 154), mas também o impacto que esses universitários estão gerando nas comunidades, pois, segundo a autora, considerando “o acesso de alguns ao ensino superior, a população das favelas se diversifica e complexifica, afetando assim sua estrutura social. Diversos programas governamentais e políticas públicas vêm colaborando nesse sentido” (p. 154). Essa conclusão permite inferir que a mobilidade social tem o potencial de ser um fenômeno que impacta tanto na vida do indivíduo em análise como do seu entorno, principalmente, quando são desenvolvidas ações públicas que consideram tal possibilidade.

Em uma sociedade marcada por alta mobilidade, em que pessoas tanto ascendam quanto descendam socialmente de acordo com seu esforço, esses determinantes não apresentam tanto peso, pois há uma persistência intergeracional menor das condições circunstanciais pré-existentes. Logo, cabe ao indivíduo e aos agentes externos, como o mercado e o poder público, o papel de minimizar os efeitos dos determinantes e reduzir as desigualdades de oportunidades geradas por essas características. Por isso é importante compreender os elementos por trás do fenômeno e, assim, direcionar a ação desses agentes externos. O tópico que segue traz a classificação dos demais fatores, que foi feita em duas etapas: a discriminação entre fatores de esforço e circunstanciais; e a separação por área de ocorrência do aspecto listado.

#### 4.2.2 Fatores de esforço e fatores circunstanciais associados à mobilidade social

Apresenta-se, no Apêndice B, os fatores associados ao fenômeno. Destaca-se que não foram coletados apenas fatores condicionantes ou que imprimem efeito causal à realidade dos indivíduos, mas sim, todos os aspectos que se associam com o fenômeno da mobilidade social, com o intuito de ampliar a aplicabilidade dos resultados.

Foram identificados 11 fatores de esforço, 35 circunstanciais e quatro que foram abordados em ambas as perspectivas nos estudos. A variável “migração”, por exemplo, foi retratada nos trabalhos tanto como a opção que os pais fizeram quando os filhos ainda não estavam em idade produtiva (o que a caracteriza como variável circunstancial) quanto a ação do jovem em questão de se mudar em busca de oportunidades (ação que reflete no esforço do próprio indivíduo).

Observa-se que as variáveis de esforço representam resultados de escolhas que o indivíduo fez ao longo da vida. Não se exclui aqui a carga que as condições de origem imprimem nessas escolhas, todavia, considerou-se, para fins deste estudo, que a situação na qual a pessoa se encontra em cada um desses aspectos possui influência de decisões tomadas já em idade produtiva. Vale ressaltar que ‘capital humano do indivíduo’, na presente pesquisa, é um fator que abrange a escolaridade (já mencionada entre os determinantes apresentados no tópico 4.2.1, na Tabela 4), e as capacitações, os cursos profissionalizantes, o aprendizado de idiomas estrangeiros, entre outros treinamentos que compõem esse tipo de capital. Por essa perspectiva, apesar de o início da aquisição desse capital ter se dado na infância e na adolescência, o foco aqui é no que foi adquirido em idade produtiva.

Tanto as variáveis circunstanciais quanto as que foram designadas como pertencentes a ambas as categorias, foram melhor exploradas no tópico que segue, no qual estão alocadas por área de ocorrência.

#### 4.2.3 Área de ocorrência dos fatores associados à mobilidade social

O Apêndice 3 apresenta os 39 fatores sobre os quais o indivíduo estudado não possui responsabilidade e cuja ação de agentes externos pode ter efeito direto. Com o intuito de apresentar esses dados de forma a facilitar a atuação do poder público,

eles foram classificados de acordo com seu campo de origem, observando-se as seguintes categorias: ações afirmativas, *background* familiar, economia e mercado, educação, políticas sociais e saúde.

Os dois fatores alocados na categoria “Ações Afirmativas” dizem respeito à redução de desigualdades, já abordadas no tópico 4.2.1, quando foram apresentados os determinantes. Os trabalhos apontados destacaram que ações afirmativas para ingresso no mercado de trabalho, tanto no setor público quanto no privado, possuem o potencial de reduzir as desigualdades de oportunidades dos grupos desfavorecidos. Quanto ao empoderamento feminino, verificou-se que tanto a percepção por parte das mulheres quanto as iniciativas para tanto, são necessárias para impulsionar a mobilidade social das mulheres. Tais questões estão diretamente relacionadas aos aspectos apresentados na categoria “*Background* familiar”.

Composta por 14 fatores, essa é a maior categoria criada neste estudo, abrangendo questões biológicas, econômicas, educacionais, familiares propriamente ditas, geográficas e profissionais. Ressalta-se que foram inseridas neste tópico as questões cuja origem primeira é a família, no entanto, podem ser relacionadas com outras áreas. O elemento “capital social”, de acordo com os estudos coletados, começa a ser construído na infância, quando a família introduz o indivíduo em determinados ambientes que moldarão seu círculo social. Com o passar do tempo, o indivíduo pode se distanciar ou se aproximar desses ambientes, mas o início é essencial para essa modelagem.

Alguns fatores foram acompanhados de resultados que convergem diretamente com o que já foi abordado anteriormente nesta pesquisa, como o capital humano da família, o capital social, o investimento da família em capital humano, a migração, a residência em casa própria, o trabalho formal, a experiência no mercado dos provedores da família e a herança e/ou doação, são variáveis associadas positivamente à mobilidade social. Além disso, desigualdade de gênero na família influencia negativamente as chances das mulheres, tendo em vista que a divisão do trabalho e dos afazeres domésticos tem se mostrado como empecilho.

As questões relacionadas à dinâmica familiar, por sua vez, trouxeram reflexões ainda não exploradas. Sobre a escolha matrimonial, Gonçalves e Silveira Neto (2013, p. 441) explicam que “o elemento motriz que justifica a persistência intergeracional de *background* cultural entre as famílias é a escolha matrimonial”, já que por meio da

união de duas pessoas é possível que ambos mantenham seus *status* (quando a união envolve indivíduos da mesma classe), ou que haja mudança para um deles. Essa escolha gerará impactos intergeracionais e, na realidade atual do Brasil, os filhos sentirão os efeitos da escolha de seus pais, positiva ou negativamente. Esse raciocínio também é válido para a escolha matrimonial do indivíduo adulto e como isso pode afetar sua mobilidade intrageracional.

Quanto à estrutura familiar, foi consenso nos estudos que a presença de cônjuge aumenta possibilidades de renda familiar. Quando se analisa apenas as famílias uniparentais, Araújo, Netto Júnior e Siqueira (2022) constataram que as chefiadas por mulheres apresentam maior probabilidade de mobilidade intergeracional educacional. Observou-se também que quanto maior o número de filhos em famílias vulneráveis, menor suas chances de mobilidade, uma vez que os recursos da família são diluídos pelo número de membros.

O fator “período de nascimento” está atrelado a questões que impactaram de forma distinta cada geração, como mudanças no sistema educacional; industrialização; acesso a serviços básicos; políticas sociais; relações com mercado externo, entre outras. Diversos desses fatores estão atrelados ao setor produtivo que cerceia a vida do indivíduo, fatores esses presentes na categoria “Economia e mercado”, que reúne perspectivas diversas da sua influência na mobilidade social.

Entende-se que a vida econômica do indivíduo está diretamente ligada ao seu ambiente, considerando o volume dos postos de trabalhos disponíveis no seu entorno, os salários e benefícios praticados, o perfil formal ou informal das oportunidades, a estabilidade do emprego, entre outros fatores. No cenário brasileiro, mudanças do setor produtivo afetaram o tipo de mobilidade que as pessoas vivenciaram em períodos distintos.

De acordo com Ferreira (2001, p. 143), “em 1973, a mobilidade estrutural ainda era a principal característica da mobilidade social, ao contrário do que ocorreu em 1996, ano que apresentou um razoável aumento da mobilidade de circulação”. Isso significa que havia uma expansão do mercado de trabalho, levando à frequente criação de postos de trabalho e gerando uma mobilidade estrutural a partir da qual as pessoas ascendiam, principalmente, por uma demanda do mercado. Já a mobilidade circular identificada nos anos 1990, indica que a criação de postos de trabalho está estagnada em comparação a décadas anteriores, e que a circulação de pessoas pelos

estratos socioeconômicos está mais relacionada às características dos indivíduos, sejam elas de esforço ou circunstanciais. Em síntese, observou-se que o mercado foi o elemento crucial da mobilidade observada até então (Bresser-Pereira, 1973; Ferreira, 2001; Ferreira; Veloso, 2003; Ribeiro, 2012), mas esse cenário sofreu fortes mudanças a partir da década de 1990.

Gonçalves e Silveira Neto (2013, p. 438) contextualizaram as mudanças no cenário econômico brasileiro, que ocorreram desde 1990 até a publicação da pesquisa, listando os grandes eventos desse período que tiveram influência direta no fenômeno da mobilidade social observada por pesquisadores, a saber: “a abertura econômica, a estabilização da moeda, a criação, intensificação e massificação de programas sociais como Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e a expansão para oferta de serviços de educação, entre outros”. A diversidade das mudanças imprimiu um nível de complexificação maior ao fenômeno, ao mesmo tempo que reduziu a linearidade e a previsibilidade dos resultados socioeconômicos que se esperava nos primeiros estudos sobre o tema.

Em 1973, Bresser-Pereira apresentou o desenvolvimento econômico tanto como uma causa da mobilidade social quanto como uma consequência da mesma. O autor esperava, seguindo as tendências dos estudos da época, que “à medida que aumenta a produtividade social, que a tecnologia se desenvolve, que a sociedade se moderniza e se racionaliza, a mobilidade social tende a aumentar” (Bresser-Pereira, 1973, p. 20), ao mesmo tempo que a elevação da mobilidade social dinamiza todo o setor produtivo e gera desenvolvimento.

Essa perspectiva foi alterada devido à inserção de diversos fatores econômicos, educacionais e mercadológicos, de âmbito nacional e internacional, no contexto. O maior nível de industrialização do mercado global e a maior presença da tecnologia na cadeia produtiva, por exemplo, têm exigido dos trabalhadores um nível cada vez mais alto de especialização para cargos de maior escalão; ao mesmo tempo que não houve valorização mínima e proporcional dos trabalhos manuais. Dessa forma, a divisão do trabalho tem se mostrado mais atenuada, com uma maior distância entre os estratos socioeconômicos e ocupacionais do que se vivia em décadas anteriores (Fuente, 2017). Sendo assim, esse formato de divisão do trabalho, moldado pelo sistema de produção existente no mercado brasileiro, auxilia a compreender

porque o desenvolvimento econômico vivenciado pelo Brasil não tem se expressado proporcionalmente em mobilidade social.

Outros fatores econômicos que possuem efeito negativo sobre a mobilidade são os altos índices de desigualdade social e de concentração de renda registrados no país, tendo em vista que eles fortalecem a desigualdade de oportunidades entre os indivíduos (Ribeiro, 2017b). Vale pontuar que esses aspectos são estruturais e afligem os países da América Latina desde sua colonização, demandando ações que considerem suas origens para mitigar seus impactos (Fuente, 2017). Ações na área de educação são discutidas em todo o mundo como forma de dinamizar a circulação de pessoas entre os estratos sociais e, a próxima categoria, abrange reflexões dessa área.

Há um consenso entre os estudos de que a educação tem sido crucial para a redução da desigualdade no Brasil, seja ela educacional, de renda ou até de oportunidades. Ao analisar dados que vão desde 1973 a 2008, Ribeiro (2012) verificou que houve não só aumento da mobilidade educacional, mas também redução das desigualdades de oportunidades educacionais, principalmente no período de 1996 a 2008. Diante desses resultados, o autor inferiu que “as políticas de expansão educacional avançadas durante os governos de FHC e Lula parecem estar contribuindo para diminuir as vantagens de classe no acesso e progressão ao sistema educacional” (Ribeiro, 2012, p. 675).

Ressalta-se que o investimento em educação não tem efeito apenas na vida do estudante, como se observa a partir das reflexões geradas pelo fator “acesso e permanência na educação infantil”. Ingressar em creche e pré-escola, além de representar o início da jornada escolar da criança, representa oportunidade para as mães engajarem em atividades remuneradas (Alves; Cavenaghi, 2009). Esse processo faz parte do movimento de “desfamiliarização”, em que, para esse caso, o Estado assume responsabilidades educacionais e de bem-estar durante a infância do indivíduo para que os responsáveis possam exercer seus papéis laborais e tenham mais liberdade para investir capital em outras questões (Motta; Campos, 2019). Sendo assim, os estudos coletados no presente artigo têm observado esse investimento em educação infantil como benéfico de diversas formas para a mobilidade social de toda a família, como já abordado nas categorias “Ações Afirmativas” e “*Background* familiar”. Logo, os efeitos podem ser sentidos de forma intrageracional, pela mãe e

por outro provedor financeiro da residência (se houver); e intergeracional, pela criança em questão e por seus irmãos, quando for o caso.

Ao longo da vida do estudante, cada etapa completada representa um acréscimo na probabilidade de ascensão social (Ribeiro, 2012). Entretanto, como já abordado no presente estudo, nem todos os indivíduos que possuem o mesmo nível de instrução terão as mesmas oportunidades. E isso se dá por diversos fatores, entre eles, a diferença de qualidade das instituições de ensino. Sem o investimento em qualidade nas instituições públicas de ensino, considerando toda a complexidade que isso envolve, a educação pode se tornar um instrumento de reprodução das desigualdades (Bourdieu, 2009).

Considerando que o ápice da jornada escolar da vida do estudante brasileiro é a conclusão do ensino superior, para grupos minorizados essa conquista possui um impacto ainda maior. Valladares (2009, p. 168) sintetiza isso na realidade de universitários residentes em favelas: “Um certificado de curso superior significa uma ascensão em termos de *status* e também uma mudança subjetiva que implica uma nova visão de mundo, novos valores, novas amizades, novos conhecimentos, novas relações sociais”. Em suma, a obtenção do referido diploma significa aumento de capital humano, social e cultural, que reflete em diversos âmbitos na vida do graduado.

Até a graduação, porém, há um caminho diferente para cada indivíduo de acordo com suas condições de origem. Por isso, estudos recentes sugerem que o poder público invista não somente em medidas de acesso ao ensino superior, mas também de permanência, que podem ir desde tutorias e monitorias, no quesito aprendizagem; até bolsas e auxílios, como incentivos socioeconômicos (Martins *et al.*, 2019; Rossi; Fontes, 2022; Silva *et al.*, 2022). Essas medidas estão ligadas à redução da associação entre origem e destino, pois almejam mitigar as diferenças entre os universitários desde a entrada até o final da graduação.

Outro mecanismo capaz de minimizar a associação origem-destino, denomina-se “diminuição de retornos educacionais” e consiste na redução entre a associação do nível educacional obtido com a classe de destino. Ribeiro (2012) explica que, no século XX, havia um baixo quantitativo de mão de obra qualificada diante da demanda de um mercado que estava se industrializando, já que o acesso à educação não era uma política dos governos brasileiros até a Constituição Federal de 1988. Isso gerou um grande retorno econômico para uma pequena parcela da população que possuía

a qualificação necessária, definindo um abismo salarial entre os estratos ocupacionais. Além disso, apenas membros de altos estratos ocupacionais tinham condições de investir na educação de seus filhos, o que gerou uma rígida persistência intergeracional de educação. Com a expansão educacional proporcionada pela Constituição, houve a ampliação do acesso a instituições de ensino, o que gerou uma redução de tal prêmio, promovendo uma fluidez social (oposto da persistência) identificada por Ribeiro (2012) entre os anos de 1973 e 2008.

Todas essas conquistas educacionais só terão impacto de fato na vida das pessoas quando elas ingressarem no mercado de trabalho e, mais uma vez, as políticas públicas de ensino possuem um papel crucial. Martins *et al.* (2019, p. 572) destacam que tais políticas públicas, para serem efetivas a longo prazo e refletirem em mobilidade social, devem considerar “a diversidade existente entre os estudantes e que permitam maior aproximação entre formação e mercado de trabalho, possibilitando a redução das desigualdades no acesso aos capitais sociais e culturais”. Dessa forma, a disputa por postos de trabalho qualificados ficaria mais justa, e os resultados por fatores de esforço seriam potencializados. Buscando isso, o Estado brasileiro tem investido em *políticas sociais* diversas, que representa o tema da categoria que segue.

Em termos gerais, o investimento público direcionado aos mais desfavorecidos é crucial para o rompimento da persistência das desigualdades, uma vez que essas famílias não possuem os meios necessários para mudarem a realidade de seus filhos. “Quanto menos progressivo o investimento público em capital humano dos filhos, maior será o grau de transmissão intergeracional de renda”, conforme sintetizado por Tejada *et al.* (2015, p. 1226).

Uma das razões dessa persistência de condições desfavoráveis é o fato de que a parcela da população que se encontra socioeconomicamente desfavorecida é a que mais está vulnerável às mudanças econômicas, que podem gerar, entre outras consequências, redução do poder de compra e demissões. Portanto, um forte sistema de proteção social – que assegure a população em termos de acesso a serviços de assistência, educação, saúde e previdência – representa um suporte necessário para essas famílias. Entre as décadas de 1970 e 2000, houve investimentos governamentais em proteção social que pode estar associado ao aumento de mobilidade social vivenciada nesse período (Ribeiro, 2014).

Outro fator associado à mobilidade, de acordo com estudos coletados, é o acesso ao crédito, pois representa possibilidades tanto intra quanto intergeracionais de mobilidade, em especial quando o crédito é utilizado não apenas para aquisição de bens de consumo e artifício emergencial, mas, principalmente, para investimento em capital humano (Gonçalves; Silveira Neto, 2013).

Ao tratar de políticas sociais brasileiras, há um destaque na literatura para o Programa Bolsa Família (PBF), como já mencionado na presente pesquisa. Muraro *et al.* (2017) atestaram que o programa explica parcialmente a mobilidade ascendente de famílias beneficiadas, analisando dados de 1999 e 2009. Mais especificamente, Leroy *et al.* (2011) e Moreira (2016) observaram que beneficiárias de Minas Gerais vivenciaram melhoria de qualidade de vida após o programa não somente por conta do incremento da renda, mas também pelos cursos de capacitação ofertados e pelo empoderamento percebido. Além disso, o programa tem sido atrelado (a) à redução dos índices de pobreza e de desigualdade social; (b) ao aumento da renda das famílias beneficiadas; (c) ao aumento da escolaridade de jovens; e (d) à melhoria da qualidade da alimentação das crianças; e tudo isso impacta na mobilidade social da população beneficiada (Leroy *et al.*, 2011; Moreira, 2016; Muraro *et al.*, 2017).

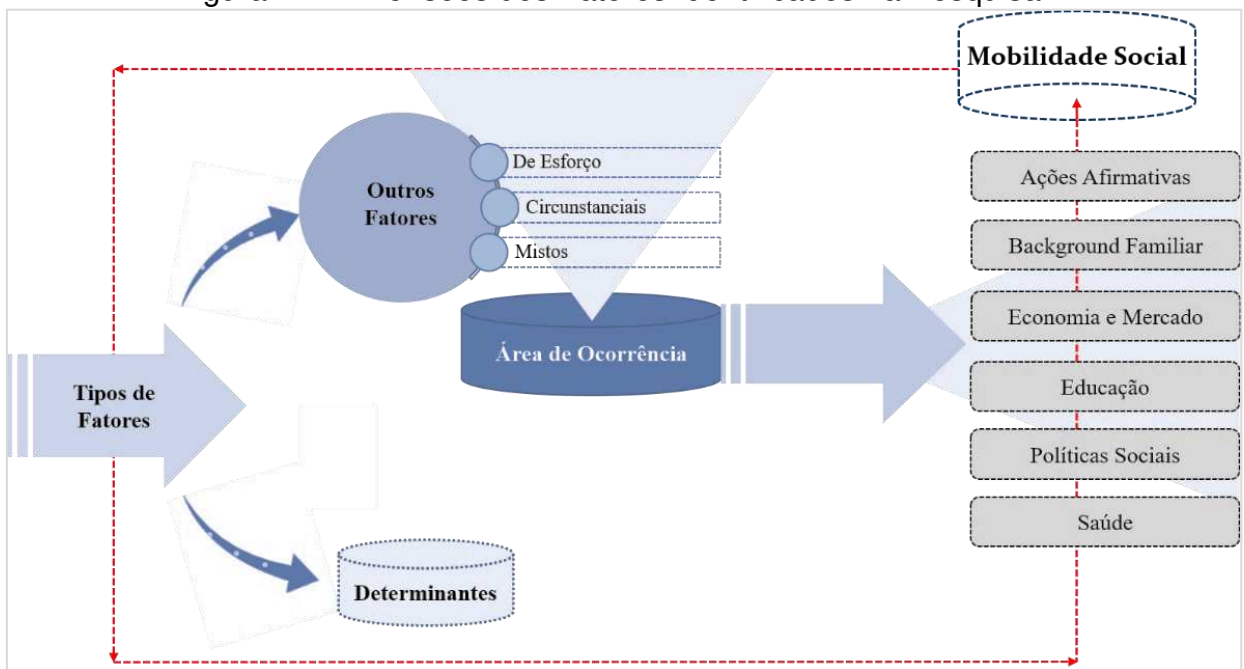
Por fim, o acesso a serviços de *saúde* consiste na última categoria desta análise. Tanto a mobilidade social do indivíduo pode influenciar sua condição de saúde – e melhorar ou piorar juntamente com a direção da mobilidade – quanto questões diversas relacionadas ao estado de saúde de uma pessoa desde sua infância, podem ter efeito nas suas possibilidades de mudança de *status* socioeconômico. Sobre a primeira relação, estudos apontam que a saúde é “a causa principal da saída do mercado de trabalho” (Flor; Laguardia; Campos, 2014, p. 1870), o que influencia diretamente nos resultados econômicos do indivíduo, tanto a curto quanto a longo prazo. Outro exemplo é o fato de que o risco de uma pessoa ser acometida por um transtorno psiquiátrico aumenta quando ela é exposta ao movimento descendente de mobilidade; e reduz quando ela experiencia um momento de mobilidade ascendente (Quadros *et al.* 2016).

Quanto ao segundo cenário, Flor, Laguardia e Campos (2014, p. 1870) explicam que a saúde “é considerada um recurso pessoal que está associado à trajetória social durante etapas diversas do ciclo de vida, de forma similar a outras variáveis”. Fatores que vão desde a qualidade da alimentação da mãe durante a

gestação até a prática de atividades físicas, têm sido associados a possibilidades de ascensão social, mas muitas vezes seus resultados se mostram inconclusivos, principalmente, devido a empecilhos metodológicos (Hackenhaar *et al.*, 2013; Muraro *et al.*, 2017).

De forma geral, os estudos coletados na presente pesquisa associam positivamente a qualidade das instituições de saúde, as boas condições de saúde na infância e a prática de atividades físicas na adolescência à mobilidade ascendente; enquanto que obesidade e pré-disposição à obesidade, exposição ao tabagismo na infância e fumar quando adulto, são fatores que podem prejudicar a ascensão social de um indivíduo. Por fim, sintetiza-se os fatores identificados nesta revisão sistemática na Figura 4.

Figura 4 – Dimensões dos Fatores Identificados na Pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A partir da Figura 4, fica clara a complexidade e a multiplicidade de fatores que influenciam a mobilidade social. Logo, pesquisadores e gestores públicos devem estar cientes tanto da necessidade de ações integradas entre as áreas quanto da importância do monitoramento delas, de modo a acompanhar efeitos e impactos sobre esse fenômeno.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo explorar fatores relacionados à mobilidade social brasileira apresentados na literatura. Tal objetivo foi alcançado a partir de uma revisão sistemática que, além de apresentar um panorama da agenda de pesquisa, também sintetizou determinantes, fatores de esforço e circunstanciais, assim como as áreas de ocorrência de tais fatores.

Observou-se que a agenda de mobilidade social é consolidada, possui um autor referência e conta com revistas de alta qualidade que publicam artigos sobre o tema. Apesar disso, os autores apontam diversas sugestões de pesquisas futuras, principalmente com caráter interdisciplinar, como tentativa de capturar as diversas facetas do fenômeno. Destaca-se ainda que pesquisas que são tradicionalmente utilizadas como fontes de dados, como o Censo Demográfico, devem ser divulgadas em breve, o que abre possibilidades para estudos sob perspectivas diversas.

A sistematização de discussões e resultados dos artigos analisados nas seis categorias (ações afirmativas, *background* familiar, economia e mercado, educação, políticas sociais e saúde) proporciona um instrumento de consulta para pesquisadores e agentes públicos que atuam na área, pois aponta caminhos tanto para futuras pesquisas quanto para políticas públicas, principalmente as que focam em atuar de forma interdisciplinar sobre o fenômeno.

Foi possível perceber que no Brasil ainda há desigualdade de oportunidades e uma mobilidade social aquém do esperado para um país que possui uma das maiores economias do mundo. Mesmo que as políticas sociais, educacionais, econômicas e de saúde tenham gerado resultados positivos, condições econômicas, ocupacionais e educacionais de origem seguem infligindo um forte efeito na mobilidade social. Para mitigar a persistência intergeracional e fomentar a fluidez social, faz-se necessária uma atuação integrada da família, do mercado e do poder público, mas é o último que possui o maior poder de fazer a diferença.

Entende-se como uma restrição de abrangência do estudo a delimitação da busca por artigos e o uso de termos em português. Contudo, tal escolha metodológica se deu por conta da afinidade dos trabalhos coletados com o objetivo desta pesquisa. Ainda assim, entende-se que novos estudos que usem termos de busca em inglês, podem encontrar similaridades e discrepâncias que contribuem para identificação

de novas variáveis. em periódicos estrangeiros. Ademais, sugere-se para pesquisas futuras a análise de dissertações e teses, pois elas apresentam com mais vagar a temática e o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, recomenda-se que investigações futuras analisem métodos utilizados na literatura, para que se possa observar a evolução das metodologias adotadas ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

- ADAMCZYK, W. B.; FOCHEZATTO, A. Inequality of opportunity in Brazil: decomposition of the sources of injustice between 2001 and 2014. **Journal of Economic Studies**, [S.l.] v. 47, n. 3, p. 627-647, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JES-11-2017-0313/full/html>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Dinâmica demográfica e políticas de transferência de renda: O caso do Programa Bolsa Família no Recife. **Revista Latinoamericana de Población**, Cidade do México, v. 3, n. 4-5, p. 165-188, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.31406/relap2009.v3.i1.n4-5.2>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- ANNEGUES, A. C.; FIGUEIREDO, E. Mobilidade Intergeracional Qualificada: uma abordagem de mensuração utilizando regressões quantílicas. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 95, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea138044>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- ARAÚJO, A.; NETTO JÚNIOR, J. L. D. S; SIQUEIRA, L. B. O. Estrutura familiar e dinâmica educacional entre gerações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 39, p. 1–27, 2022. Disponível <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0192>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- BARCELOS, N. S. **Determinantes da mobilidade social intergeracional no Brasil em 2014**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14514>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.
- BLANDEN, J. Cross-Country Rankings In Intergenerational Mobility: A Comparison Of Approaches From Economics And Sociology. **Journal of Economic Surveys**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 38-73, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6419.2011.00690.x>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- BLISHEN, B. R. The Construction and Use of an Occupational Class Scale. **Canadian Journal of Economics and Political Science**, [s. l.], v. 24, p. 519-531, 1958. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/139088>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2009.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F. H. G.; MENÉNDEZ, M. Inequality of Outcomes, Inequality of Opportunities and Intergenerational Education Mobility In Brazil. *In: THE WORLD BANK. Inequality and Economic Development in Brazil*. Washington, D.C.: The World Bank, 2004. p. 149-178. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/456611468744062519/pdf/301140PAPER0Inequality0Brazil.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Mobilidade Social: Uma Avaliação Comparativa. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 19–35, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901973000400002>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BROOM, L.; DUNCAN-JONES, P; JONES, F. L.; McDONNEL, P. The Social Standing of Jobs: Scores for All Australian Occupations. **Social Science Research**, [s. l.], v. 6, pp. 211-224, 1977. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0049-089X\(77\)90009-6](https://doi.org/10.1016/0049-089X(77)90009-6). Acesso em: 29 jan. 2024.

CAMELO, L. V.; COELHO, C. G.; CHOR, D.; GRIEP, R. H.; ALMEIDA, M. C. C; GIATTI, L.; BARRETO, S. M. Racismo e iniquidade racial na autoavaliação de saúde ruim: o papel da mobilidade social intergeracional no Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X000341920>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CELESTE, R. K.; DARIN-MATTSSON, A.; LENNARTSSON, C.; LISTL, S.; PERES, M.A.; FRITZELL, J. Social Mobility and Tooth Loss: A Systematic Review and Meta-analysis. **Journal of Dental Research**, [s.l.], v. 101, n. 2, p. 143–150, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00220345211029277>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CHISICK, H. Scholarships and social-mobility in France on eve of French revolution-endowments and recipients at College Louis-Le-Grand, 1762-1789. **Annales, economies, societes, civilisations**, Paris, França, v. 30, n. 6, p. 1562-1584, 1975. Disponível em : [https://www.persee.fr/doc/ahess\\_0395-2649\\_1975\\_num\\_30\\_6\\_293690](https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1975_num_30_6_293690). Acesso em : 29 jan. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Nota Qualis Periódicos**. 2023. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DORION, E. C. H. Reflexão sobre os impactos da pandemia COVID-19 no setor de serviços e comércio e as perspectivas de retomada e mudanças para a sociedade. **Universidade Federal de Santa Maria - Observatório Socioeconômico da COVID-19**, Santa Maria, texto para discussão n. 25, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2021/03/Textos-para-Discussao-25-Reflexao-sobre-os-impactos-da-pandemia-COVID-19-no-setor-de-Servicos-e-Comercio.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ELHAKEEM A, et al. Intergenerational social mobility and leisure-time physical activity in adulthood: a systematic review. **J Epidemiol Community Health**, [s.l.], v. 71, n. ?, p. 673-680, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/jech-2016-208052>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. **The constant flux: a study of class mobility in industrial societies**. Oxford, Inglaterra: Clarendon, 1992.

FERREIRA, M. C. Permeável, ma non troppo?: A mobilidade social em setores de elite, Brasil - 1996. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 141-160, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300009>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Intergenerational mobility of wages in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 181-211, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/bre/article/view/1576>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FIGUEIREDO, E. A. D.; SILVA, C. R. D. F.; REGO, H. D. O. Desigualdade de oportunidades no Brasil: efeitos diretos e indiretos. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 237-254, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-80502012000200002>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FLOR, L. S.; LAGUARDIA, J.; CAMPOS, M. R. Mobilidade social intergeracional e saúde no Brasil: uma análise do survey "Pesquisa dimensões sociais das desigualdades (PDSO)", 2008. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1869-1880, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.04362013>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FONTES, L. Padrões e Modos de Vida: Mobilidade Social nas Periferias de São Paulo (2000-2016). **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 4, p. 1-51, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/JKdWqjk7pTNCZMnm7GfgBKh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FREITAS, A. A. D. The Role of Inheritance and Taxation on Wealth and Income Distribution in Brazil and The State of Rio Grande Do Sul. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 1-30, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272511>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FUENTE, J. J. R. Aportes del pensamiento crítico latinoamericano para el estudio de la estructura de clases y la movilidad social. **Trabajo y sociedad**, [s.l.], n. 29, p. 631-648, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11336/76235>. Acesso em: 29 jan. 2024.

GOLDTHORPE, J.H.; HOPE, K. **The social grading of occupations: a new approach and scale**. Oxford: Oxford University Press, 1974. (Oxford Studies in Social Mobility)

GONÇALVES, M. B. C.; SILVEIRA NETO, R. D. M. Persistência intergeracional de educação no Brasil: o caso da Região Metropolitana do Recife. **Estudos**

**Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 435-463, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000300001>. Acesso em: 29 jan. 2024.

GRACIO, S. A mobilidade social revisitada. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 24, p. 45-69, 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/838>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HACKENHAAR, M. L.; SICHIERI, R.; MURARO, A. P.; SILVA, R. M. V. G. D.; FERREIRA, M. G. Mobilidade social, estilo de vida e índice de massa corporal de adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 5, p. 942-951, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004690>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HERTZ, T.; JAYASUNDERA, T.; PIRAINO, P.; SELCUK, S.; SMITH, N.; VERASHCHAGINA, A. The Inheritance of Educational Inequality: International Comparisons and Fifty-Year Trends. **The BE Journal of Economic Analysis & Policy**, [s.l.], v. 7, n. 2, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.2202/1935-1682.1775>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HOUT, M. Status, Autonomy and Training in Occupational Mobility. **American Journal of Sociology**, Chicago v. 89, n. 3, p.1379-1409, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2779187>. Acesso em: 29 jan. 2024.

IVERSEN, V.; KRISHNA, A.; SEN, K. Beyond Poverty Escapes — Social Mobility in Developing Countries: A Review Article. **The World Bank Research Observer**, Oxford, v. 34, n. 2, p. 239-273, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/wbro/lkz003>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JANNUZZI, P. M.; MONTAGNER, P. Estado de bem-estar, políticas públicas e mobilidade social no Brasil. *In*: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 231-253. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/07/Brasil-Estado-Social-contra-a-Barb%C3%A1rie-Capa.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JIMÉNEZ, M.; JIMÉNEZ, M. Intergenerational educational mobility in Latin America. An analysis from the equal opportunity approach. **Cuadernos de Economía**, [s.l.], v. 38, n. 76, p. 289-329, 2019. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/view/66331>. Acesso em: 29 jan. 2024.

KASARDA, J. D.; BILLY, J. O G. Social mobility and fertility. **Annual Review of Sociology**, [s.l.], v. 11, p. 305-328, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2083296>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LEITE, Á. R.; JUSTO, W. R. Persistência e Dinâmica da Mobilidade Intergeracional de Renda e Educação no estado do Ceará. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 381-399, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i1.9779>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LEMOS, A. H. C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 368-384, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/7BZ7BG3f4h7xZqFN6HGvdKP/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MAHLMEISTER, R.; FERREIRA, S. G.; VELOSO, F.; MENEZES-FILHO, N.; KOMATSU, B. K.. Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 2, p. 159-180, abr./jun. 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/kG7QFNnrNR3qXPCzMhPf44N/?lang=pt#>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MARTINS, B. V.; OLIVEIRA, S. R.. Qualificação Profissional, Mercado de Trabalho e Mobilidade Social: Cursos Superiores de Tecnologia. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2017.

MOHER, D.; SHAMSEER, L.; CLARKE, M.; GHERSI, D.; LIBERATI, A.; PETTICREW, M.; SHEKELLE, P.; STEWART, L. A. Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis Protocols (PRISMA-P) 2015 statement. **Systematic Review**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 1-9, jan. 2015. Disponível em: <https://systematicreviewsjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/2046-4053-4-1>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MOREIRA, N. C. Empowerment, gender inequality and social mobility in bolsa família program. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 4-21, 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2308>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MOTTA, F.; CAMPOS, B. L. Estado de bem-estar social e políticas públicas para mulheres nos países nórdicos e na América Latina: Da sociedade civil à institucionalização. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 33, p. 158-179, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/wPDGr4FGLYqBsNTTzxKybyP/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MOTTA, J. V. S.; LIMA, N. P.; OLINTO, M. T. A.; GIGANTE, D. P. Mobilidade social e tabagismo: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1515, maio 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DCZ8TfwPxDGK6q5PBZ7cFhh/?lang=pt#>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MURARO, A. P.; SOUZA, R. A. G.; RODRIGUES, P. R. M.; FERREIRA, M. G.; SICHIERI, R. Effects of socioeconomic position and social mobility on linear growth from early childhood until adolescence. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 514-525, jul./set. 2017.

NERI, M. C.; BONOMO, T. Returns to education, intergenerational mobility, and inequality trends in Brazil. **UNU-WIDER Working Paper**, n. 129, Helsinque,

Finlândia, out. 2018. Disponível em:  
<https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2018-129.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PASTORE, J. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**. São Paulo, SP: EDUSP, 1979.

PASTORE, J.; SILVA, N. V.. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo, SP: Makron Books, 2000.

PASTORE, J.; SILVA, N. V. Nota sobre a mobilidade social no Brasil. *In*: MINI-FÓRUM EM HOMENAGEM AOS 40 ANOS DO IPEA, **Seminário Especial** [palestra]. [Brasília, DF]: Instituto Nacional de Altos Estudos-INAÉ, 2004.

QUADROS, L. C. M.; LAURA, H. C.; QUEVEDO, L. A.; GIGANTE, D. P. Efeitos da mobilidade social na saúde mental de adultos: uma revisão sistemática da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 443, fev. 2016. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/csc/a/ZTNzR7HTqmg7BWHHRbWZGnS/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RIBEIRO, C. A. C.. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 178-217, 2014. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/50589>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RIBEIRO, C. A. C.. Occupational and Income Intergenerational Mobility in Brazil between the 1990s and 2000s. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, n. 1, p. 157-185, abr. 2017b. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/sant/a/9bKssN67mKYkbhtq3PsdNPM/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RIBEIRO, C. A. C.. **Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional**. Brasília, DF: IPEA, 2017a.

ROEMER, John E.. **Equality of Opportunity**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1998

ROSSI, T. R.; FONTES, M. B. Ensino Superior à Distância como Possibilidade de Mobilidade Intergeracional – Caso de Mulheres Adultas da Universidade Aberta do Brasil (UAB). **EaD em Foco**, [Rio de Janeiro], v. 12, n. 2, 2022. Disponível em:  
<https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1660>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SALATA, A.; CHEUNG, S. Y. Positional education and intergenerational status transmission in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, [s.l.], v. 77, n. 100671, fev. 2022. Disponível em:  
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0276562421000913?via%3Di> hub. Acesso em: 29 jan. 2024.

SILVA, L. F. O. A.; FERREIRA, A.; LACERDA, P. T.; SILVA, Y. V. Ações afirmativas na educação superior e mobilidade social: um estudo de campo. **Revista Electronica Actualidades Investigativas en Educación**, San Pedro, Costa Rica, v. 22, n. 2, p. 1-29, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/aie/article/view/48876>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SOROKIN, P. A. **Social Mobility**. New York: Harper & Row, 1927.

TEJADA, C. A. O. *et. al.* Pai pobre, filho pobre? Uma análise da mobilidade intergeracional de renda na coorte de nascimentos de 1982, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, v. 31, n. 6, p. 1225-1233, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/r7N5H9R9tNQSGLHN9MwsdWK/?lang=pt#>. Acesso em: 29 jan. 2024.

VALE, G. M. V. Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 54, n. 3, p.310-321, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/BMYTz95W9xvMnbtK5BgYjQ/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2024.

VALLADARES, L. Educação e mobilidade social nas favelas do Rio de Janeiro: O caso dos universitários (graduandos e graduados) das favelas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, [s.l.], v. 2, n. 5-6, p. 153-172, 2009.

WORLD ECONOMIC FORUM. **A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility**. [S.l.]: OECD, 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Social Mobility Report 2020: equality, opportunity and a new economic imperative**. [S.l.]: World Economic Forum, 2020.

YÁNEZ-CONTRERAS, M.; GARCÍA-CORREA, C. Métodos para la medición de la movilidad intergeneracional educativa en América Latina y Colombia. Análisis y perspectivas. **Entramado**, v. 9, n. 2, p. 12-27, jul. 2013.

SILVA, L. F. O. A. D.; FERREIRA, A.; TEODORO LACERDA, P.; SILVA, Y. V. D. Ações afirmativas na educação superior e mobilidade social: Um estudo de campo. **Revista electronica actualidades investigativas en educación**, v. 22, n. 2, p. 1-29, 2022.

SOROKIN, P. A. **Social Mobility**. Harper & Row: New York, 1927.

TEJADA, C. A. O.; BERTOLDI, A. D.; CARRARO, A.; RIBEIRO, F. G.; MOTTA, J. V. S; BARROS, F. C.; HORTA, B. L.; BARROS, A. J. D. Pai pobre, filho pobre? Uma análise da mobilidade intergeracional de renda na coorte de nascimentos de 1982, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, v. 31, n. 6, p. 1225-1233, 2015.

VALLADARES, L. Educação e mobilidade social nas favelas do Rio de Janeiro: O caso dos universitários (graduandos e graduados) das favelas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 5-6, p. 153-172, 2009.

WORLD ECONOMIC FORUM. **A Broken Social Elevator?** How to Promote Social Mobility. 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Social Mobility Report 2020 Equality, Opportunity and a New Economic Imperative.** 2020.

YÁNEZ-CONTRERAS, M.; GARCÍA-CORREA, C. Métodos para la medición de la movilidad intergeneracional educativa en América Latina y Colombia. Análisis y perspectivas. **Entramado**, v. 9, n. 2, p. 12-27, 2013.

## APÊNDICE A – TRABALHOS ANALISADOS POR ORDEM CRONOLÓGICA

1. BRESSER-PEREIRA, L. C. Mobilidade social uma avaliação comparativa. **Revista de administração de empresas**, v. 13, n. 4, p. 19-35, 1973.
2. FERREIRA, M. C. Permeavel, ma non troppo?: A mobilidade social em setores de elite, Brasil - 1996. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, p. 141-160, 2001.
3. FERREIRA, S. G. ; VELOSO, F. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.33, n.3, p. 481-513, 2003.
4. RIBEIRO, C. A. C. Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil. **Dados (Rio de Janeiro)**, v. 49, n. 4, 2006.
5. ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Dinâmica demográfica e políticas de transferência de renda: O caso do Programa Bolsa Família no Recife. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 3, n. 4-5, p. 165-188, 2009.
6. LEMOS, A. H. D. C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 2, p. 368-384, 2009.
7. VALLADARES, L. Educação e mobilidade social nas favelas do Rio de Janeiro: O caso dos universitários (graduandos e graduados) das favelas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 5-6, p. 153-172, 2009.
8. LEROY, R. S. D.; FERREIRA, M. A. M.; MOREIRA, N. C.; SILVA, E. A. Mobilidade social e empoderamento: a percepção das mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família em Minas Gerais. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 4, p. 449-465, 2011.
9. RIBEIRO, C. A. C. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 55, n. 3, p. 641-679, 2012.
10. GONÇALVES, M. B. C.; SILVEIRA NETO, R. D. M. Persistência intergeracional de educação no Brasil: o caso da Região Metropolitana do Recife. **Estudos econômicos**, v. 43, n. 3, p. 435-463, 2013.
11. HACKENHAAR, M. L.; SICHIERI, R.; MURARO, A. P.; SILVA, R. M. V. G. D.; FERREIRA, M. G. Mobilidade social, estilo de vida e índice de massa corporal de adolescentes. **Revista de saúde pública**, v. 47, n. 5, p. 942-951, 2013.
12. FLOR, L. S.; LAGUARDIA, J.; CAMPOS, M. R. Mobilidade social intergeracional e saúde no Brasil: uma análise do survey "Pesquisa dimensões sociais das desigualdades (PDSD)", 2008. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, n. 6, p. 1869-1880, 2014.
13. MONTE, P. A. D.; LINS, J. G. M. G. Determinantes da formalidade ocupacional segundo a abordagem da segmentação do mercado de trabalho. **Revista de economia**, 40, n. 3, 2014.
14. RIBEIRO, C. A. C. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, v. 16, n. 37, p. 178-217, 2014.
15. VALE, G. M. V. Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 3, p.310-321, 2014.
16. MOTTA, J. V. S.; LIMA, N. P.; OLINTO, M. T. A.; GIGANTE, D. P. Mobilidade social e tabagismo: uma revisão sistemática. **Ciência & saúde coletiva**, v. 20, n. 5, p. 1515, 2015.

- 
17. TEJADA, C. A. O.; BERTOLDI, A. D.; CARRARO, A.; RIBEIRO, F. G.; MOTTA, J. V. S.; BARROS, F. C.; HORTA, B. L.; BARROS, A. J. D. Pai pobre, filho pobre? Uma análise da mobilidade intergeracional de renda na coorte de nascimentos de 1982, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, v. 31, n. 6, p. 1225-1233, 2015.
- 
18. ANNEGUES, A. C.; FIGUEIREDO, E. Mobilidade Intergeracional Qualificada: uma abordagem de mensuração utilizando regressões quantílicas. **Economia aplicada**, v. 20, n. 1, p. 95, 2016.
- 
19. MOREIRA, N. C. Empowerment, gender inequality and social mobility in bolsa família program. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 2, p. 4-21, 2016.
- 
20. QUADROS, L. D. C. M.; LAURA, H. C.; QUEVEDO, L. D. A.; GIGANTE, D. P. Efeitos da mobilidade social na saúde mental de adultos: uma revisão sistemática da literatura. **Ciência & saúde coletiva**, v. 21, n. 2, p. 443, 2016.
- 
21. FUENTE, J. J. R. Aportes del pensamiento crítico latinoamericano para el estudio de la estructura de clases y la movilidad social. **Trabajo y sociedad**, n. 29, p. 631-648, 2017.
- 
22. MARTINS, B. V.; OLIVEIRA, S. R. D. Qualificação Profissional, Mercado de Trabalho e Mobilidade Social: Cursos Superiores de Tecnologia. **Sociedade, contabilidade e gestão**, v. 12, n. 2, 2017.
- 
23. MURARO, A. P.; SOUZA, R. A. G. D.; RODRIGUES, P. R. M.; FERREIRA, M. G.; SICHIERI, R. Effects of socioeconomic position and social mobility on linear growth from early childhood until adolescence. **Revista brasileira de epidemiologia**, v. 20, n. 3, p. 514-525, 2017.
- 
24. RIBEIRO, C. A. C. CONTÍNUO RACIAL, MOBILIDADE SOCIAL E “EMBRANQUECIMENTO”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 32, n. 95, 2017a.
- 
25. RIBEIRO, C. A. C. OCCUPATIONAL AND INCOME INTERGENERATIONAL MOBILITY IN BRAZIL BETWEEN THE 1990s AND 2000s. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, n. 1, p. 157-185, 2017b.
- 
26. JIMÉNEZ, M.; JIMÉNEZ, M. Intergenerational Educational Mobility in Latin America. An analysis from the equal opportunity approach. **Cuadernos de economía**, v. 38, n. 76, p. 289-329, 2019.
- 
27. MAHLMEISTER, R.; FERREIRA, S. G.; VELOSO, F.; MENEZES-FILHO, N.; KOMATSU, B. K. Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 73, n. 2, p. 159-180, 2019.
- 
28. MARTINS, B. V.; SCHERDIEN, C.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Estrutura de classe e mobilidade social no processo de inserção profissional de jovens no Brasil: reflexões e agenda de pesquisa. **Cadernos EBAPE.BR**, 17, n. 3, p. 564-576, 2019.
- 
29. LEITE, Á. R.; JUSTO, W. R. Persistência e Dinâmica da Mobilidade Intergeracional de Renda e Educação no estado do Ceará. **Redes**, v. 25, n. 1, p. 381-399, 2020.
- 
30. RIBEIRO, C. A. C. MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS DOS JOVENS E TENDÊNCIAS DA MOBILIDADE SOCIAL DE BRANCOS E NEGROS NO BRASIL. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 2, p. 257-279, 2020.
- 
31. FREITAS, A. A. D. THE ROLE OF INHERITANCE AND TAXATION ON WEALTH AND INCOME DISTRIBUTION IN BRAZIL AND THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, n. 1, p. 1-30, 2021.
-

- 
32. ARAÚJO, A.; NETTO JÚNIOR, J. L. D. S; SIQUEIRA, L. B. O. Estrutura familiar e dinâmica educacional entre gerações. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 39, p. 1-27, 2022.
- 
33. CAMELO, L. V.; COELHO, C. G.; CHOR, D.; GRIEP, R. H.; ALMEIDA, M. C. C; GIATTI, L.; BARRETO, S. M. Racism and racial inequities in poor self-rated health: The role of intergenerational social mobility in the Brazilian Longitudinal Study of Adult Health (ELSA-Brasil). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 1, 2022.
- 
34. FONTES, L. Padrões e Modos de Vida: Mobilidade Social nas Periferias de São Paulo (2000-2016). **Dados (Rio de Janeiro)**, v. 65, n. 4, 2022.
- 
35. ROSSI, T. R.; FONTES, M. B. Ensino Superior à Distância como Possibilidade de Mobilidade Intergeracional – Caso de Mulheres Adultas da Universidade Aberta do Brasil (UAB). **EaD em Foco**, 12, n. 2, 2022.
- 
36. SILVA, L. F. O. A. D.; FERREIRA, A.; TEODORO LACERDA, P.; SILVA, Y. V. D. Ações afirmativas na educação superior e mobilidade social: Um estudo de campo. **Revista electronica actualidades investigativas en educación**, v. 22, n. 2, p. 1-29, 2022.
-

## APÊNDICE B - FATORES DE ESFORÇO E CIRCUNSTANCIAIS

N.	Fatores de Esforço	Qtde.	Artigos
1	Motivações pessoais	9	9, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 22, 26
2	Capital humano do indivíduo	8	6, 7, 9, 10, 22, 28, 32, 36
3	Habilidades individuais	4	9, 10, 22, 26
4	Autoavaliação de saúde	2	12, 33
5	Comportamento sedentário	1	11
6	Ser empreendedor	1	14
7	Formação em bacharelado	1	22
8	Hábitos alimentares	1	11
9	Trabalhar no setor público ou privado	1	2
10	Trabalho manual x não manual	1	15
11	Consumo de bebida alcoólica	1	12
N.	Fatores Circunstanciais	Qtde.	Artigos
1	Desenvolvimento econômico	14	1, 3, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 19, 21, 25, 29, 31, 34
2	Acesso a serviços sociais básicos	11	6, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 18, 25, 27, 29
3	Acesso e permanência no ensino superior	11	7, 13, 15, 22, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36
4	Capital humano da família	11	6, 9, 10, 14, 16, 25, 26, 28, 32, 35, 36
5	Capital social	10	2, 6, 9, 10, 14, 15, 22, 25, 26, 28
6	Período de nascimento	10	3, 12, 13, 22, 25, 28, 30, 31, 32, 34
7	Investimento da família em capital humano	8	10, 14, 15, 16, 18, 25, 26, 32
8	Geração de emprego	7	1, 5, 8, 21, 25, 29, 34
9	Grau de concentração de renda	7	1, 10, 21, 25, 29, 31, 32
10	Perfil dinâmico e tecnológico do mercado	7	1, 3, 8, 10, 21, 25, 29
11	Sistema de produção existente	7	1, 9, 18, 21, 29, 31, 34
12	Acesso a programas de qualificação profissional	5	1, 8, 9, 15, 29
13	Acesso e permanência na educação infantil	5	6, 7, 8, 30, 32
14	Ações afirmativas no mercado de trabalho	5	3, 7, 24, 28, 33
15	Desigualdade social	5	25, 27, 29, 30, 32
16	Diminuição de retornos educacionais	5	9, 16, 28, 32, 34
17	Empoderamento feminino	5	8, 10, 19, 30, 32
18	Investimento público direcionado aos mais pobres	5	8, 16, 18, 19, 21, 26
19	Qualidade das instituições de ensino	5	9, 10, 15, 18, 25
20	Acesso a crédito	4	10, 18, 29, 32
21	Estrutura familiar de origem	4	5, 24, 30, 32
22	Características genéticas	3	10, 26, 32
23	Divisão do trabalho	3	1, 21, 34
24	Qualidade das instituições de saúde	3	12, 23, 33
25	Saúde mental	3	12, 20, 33
26	Acesso a serviços de proteção social	2	5, 9
27	Casa própria	2	24, 34

28	Condição de saúde na infância	2	12, 23
29	Desigualdade de gênero na família	2	5, 19
30	Trabalho formal x informal dos pais	2	13, 15
31	Experiência no mercado dos provedores da família	1	5
32	Herança e/ou doação	1	31
33	Prática de atividades físicas na adolescência	1	11
34	Promoção de mercantilização da força de trabalho	1	5
35	Tamanho da família	1	5

<b>N.</b>	<b>Ambos</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Artigos</b>
1	Migração	4	2, 10, 32, 34
2	Escolha matrimonial	3	10, 24, 31
3	Tabagismo	3	11, 12, 17
4	Obesidade e pré-disposição à obesidade	2	11, 12

Fonte: Dados pesquisa, 2024.

## APÊNDICE C - FATORES POR ÁREA DE OCORRÊNCIA

Área	N.	Fatores	Qt.	Artigos	
1. Ações Afirmativas	1	Ações afirmativas no mercado de trabalho	5	3, 7, 24, 28, 33	
	2	Empoderamento feminino	5	8, 10, 19, 30, 32	
2. Background familiar	3	Capital humano da família	11	6, 9, 10, 14, 16, 25, 26, 28, 32, 35, 36	
	4	Capital social	10	2, 6, 9, 10, 14, 15, 22, 25, 26, 28	
	5	Período de nascimento	10	3, 12, 13, 22, 25, 28, 30, 31, 32, 34	
	6	Investimento da família em capital humano	8	10, 14, 15, 16, 18, 25, 26, 32	
	7	Estrutura familiar de origem	4	5, 24, 30, 32	
	8	Migração	4	2, 10, 32, 34	
	9	Características genéticas	3	10, 26, 32	
	10	Escolha matrimonial	3	10, 24, 31	
	11	Casa própria	2	24, 34	
	12	Desigualdade de gênero na família	2	5, 19	
	13	Trabalho formal x informal dos pais	2	13, 15	
	14	Experiência no mercado dos provedores da família	1	5	
	15	Herança e/ou doação	1	31	
	16	Tamanho da família	1	5	
	3. Economia e Mercado	17	Desenvolvimento econômico	14	1, 3, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 19, 21, 25, 29, 31, 34
		18	Geração de emprego	7	1, 5, 8, 21, 25, 29, 34
19		Grau de concentração de renda	7	1, 10, 21, 25, 29, 31, 32	
20		Perfil dinâmico e tecnológico do mercado	7	1, 3, 8, 10, 21, 25, 29	
21		Sistema de produção existente	7	1, 9, 18, 21, 29, 31, 34	
22		Desigualdade social	5	25, 27, 29, 30, 32	
23		Divisão do trabalho	3	1, 21, 34	
24		Promoção de mercantilização da força de trabalho	1	5	
4. Educação	25	Acesso e permanência no ensino superior	11	7, 13, 15, 22, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36	
	26	Acesso a programas de qualificação profissional	5	1, 8, 9, 15, 29	
	27	Acesso e permanência na educação infantil	5	6, 7, 8, 30, 32	
	28	Diminuição de retornos educacionais	5	9, 16, 28, 32, 34	
	29	Qualidade das instituições de ensino	5	9, 10, 15, 18, 25	
5. Políticas Sociais	30	Acesso a serviços sociais básicos	11	6, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 18, 25, 27, 29	
	31	Investimento público direcionado aos mais desfavorecidos	5	8, 16, 18, 19, 21, 26	
	32	Acesso a crédito	4	10, 18, 29, 32	
	33	Acesso a serviços de proteção social	2	5, 9	

	34	Qualidade das instituições de saúde	3	12, 23, 33
	35	Saúde mental	3	12, 20, 33
	36	Tabagismo	3	11, 12, 17
6. Saúde	37	Condição de saúde na infância	2	12, 23
	38	Obesidade e pré-disposição à obesidade	2	11, 12
	39	Prática de atividades físicas na adolescência	1	11

---

Fonte: Dados pesquisa, 2024.

## ARTIGO 2 - POTENCIAL DE MOBILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE EM ÂMBITO MUNICIPAL

### 1 INTRODUÇÃO

A mobilidade social se refere ao fluxo de pessoas e/ou grupos entre os estratos sociais ao longo do tempo, fenômeno que pode ser capturado sob perspectivas socioeconômica, ocupacional, educacional ou de renda, a depender das estratégias metodológicas adotadas. Em 2010, mais de 31 milhões de brasileiros vivenciaram mobilidade social intergeracional ascendente, sendo que 61.29% saíram das classes mais baixas (D e E) e foram para a classe C, enquanto os 38.71% restantes migraram para as classes mais elevadas (A e B) (Hackenhaar *et al.*, 2013). Esse tipo de mobilidade consiste na comparação entre o *status* dos pais com a situação dos filhos na idade adulta ou na idade economicamente ativa.

A partir de 2014, contudo, espera-se o descenso na mobilidade social para milhões de brasileiros gerando um saldo final de imobilidade, além de retrocesso nas conquistas que se acumularam desde o século XX, considerando a crise econômica que se iniciou nesse período; o aumento do desemprego e do trabalho informal; o enfraquecimento das políticas sociais; e o corte de recursos para todos os níveis da educação, entre outros fatores (Jannuzzi; Montagner, 2020).

O ambiente ideal para que o fenômeno da mobilidade social ocorra – de forma justa – se dá em um contexto econômico dinâmico, no qual as oportunidades estejam acessíveis a todos de modo a minimizar os efeitos do *background* familiar e destacar o esforço individual nas disputas pelas melhores posições (Corak, 2013). No entanto, a sociedade brasileira é marcada por desigualdades estruturais diversas – como educacional, ocupacional e de renda –, as quais geram as desigualdades de oportunidades e de condições que representam barreiras à melhoria de qualidade de vida da população (Neidhöfer, 2019).

A desigualdade de oportunidades consiste na distribuição desigual de oportunidades diversas a grupos ou indivíduos, oportunidades essas que podem vir de diversos agentes e são decorrentes de um conjunto de fatores de sua origem, como classe socioeconômica, gênero, raça, local de nascimento, escolaridade dos pais, entre outros (Solis, 2018). Já a desigualdade de condições, refere-se “à desigualdade

na distribuição de recursos, ativos e serviços na sociedade, observada em um dado período de tempo” (Solis, 2018, p. 9, tradução nossa) e está diretamente relacionada ao fornecimento de serviços diversos pelo poder público, como saúde, educação, emprego, segurança pública, saneamento básico, entre outros.

Diante da importância desses fatores, a realidade do local em que se vive é determinante para suas possibilidades de circulação entre os estratos sociais (Chetty *et al.*, 2014; Neidhöfer *et al.*, 2023). Leone (2022) verificou que as maiores taxas de imobilidade social estão nas regiões Norte e Nordeste, assim como os níveis mais baixos de mobilidade ascendente, indicando que as regiões com piores características socioeconômicas são as que apresentam a menor redução das desigualdades de condições e de oportunidades, e essas disparidades precisam ser minimizadas.

Com isso, o nível de complexidade desse tipo de problema (baixa ou imobilidade social) tem aumentado, principalmente, por conta das mudanças da dinamicidade das relações econômicas, políticas e sociais nos séculos XX e XXI. Essa multiplicidade de elementos que constituem o fenômeno faz com que esse problema não tenha uma solução única e rápida, tampouco simples; o que permite classificá-lo como um *wicked problem*. Wu, Ramesh e Howlett (2015) destacam que *wicked problems* muitas vezes são negligenciados por acadêmicos e burocratas ao não compreender ou capturar a complexidade do fenômeno, o que tem levado à ineficiência ao agir. Como há uma tendência de manutenção/intensificação de baixa mobilidade diante da segmentação que o mercado global vem vivenciado e da intensificação da desigualdade socioeconômica, o poder público desempenha um papel crucial na mitigação desse *wicked problem*, sendo essencial que haja uma atuação estratégica e bem fundamentada por parte dos governos (Salata; Cheung, 2022).

Vale destacar que, além de essas mudanças serem benéficas para os indivíduos atingidos, elas também trazem retornos positivos para a sociedade como um todo. Neidhöfer *et al.* (2023) verificaram associação positiva entre alta mobilidade social e fatores como melhoria da renda do município, juntamente com a renda *per capita*, além da promoção de desenvolvimento econômico. Para os autores, prover condições para os menos favorecidos conseguir competir no contexto produtivo não se trata apenas de justiça social, mas também evita o *misslocation of talento* – o alinhamento inadequado entre os esforços e as habilidades de uma pessoa e as

demandas do mercado –, o que conseqüentemente melhora a *performance* do mercado a longo prazo. Achados como esse mostram que prover condições favoráveis à mobilidade social é uma questão de interesse público (Duryea *et al.*, 2019; Neidhöfer, 2019).

Diante do exposto, compreender, de forma profunda, o contexto em torno da mobilidade social de um dado território, com consciência de toda a complexidade do fenômeno, faz-se necessário para orientar as ações públicas em prol da melhoria de qualidade de vida de dada população. Partindo disso, o presente artigo almejou **analisar o grau de mobilidade social em âmbito municipal por meio da construção do Índice de Potencial de Mobilidade Social.**

Acredita-se que capturar esse fenômeno sob uma perspectiva agregativa levará a resultados que podem auxiliar na elaboração de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico a longo prazo. Martins e Oliveira (2017, p. 27) endossam essa expectativa, ao asseverarem que “os estudos sobre mobilidade social são fundamentais para que se compreenda melhor o processo de geração e de reprodução da desigualdade, bem como a capacidade de uma sociedade de erradicar a pobreza”. Sendo assim, foram associadas características socioeconômicas dos municípios, que deram origem a uma *proxy* (uma variável) que materializa o potencial que os residentes daquele local possuem de vivenciar mobilidade social.

Para a execução da pesquisa, foram escolhidos os municípios do estado de Minas Gerais como *locus*, uma vez que o território “reflete, em uma escala reduzida, as desigualdades entre as regiões brasileiras” (Rodrigues *et al.*, 2019, p. 167). A título de ilustração, dados de 2017 apontam que enquanto a mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui 16,35% de participação relativa no PIB do estado (entre as 12 mesorregiões), o Vale do Mucuri apresenta um percentual de 0,87% (Ministério da Educação, 2020). Quando se observa o IDHM médio de 2010 das mesmas mesorregiões, observa-se os índices de 0,712 (considerado alto) e 0,610 (mediano), respectivamente (Rodrigues; Cunha; Aguiar, 2020).

Como produto final deste artigo, foi entregue o *framework* de um instrumento prático para pesquisadores e gestores públicos: o Índice de Potencial de Mobilidade Social. Esse indicador poderá ser utilizado na realização de diagnóstico da realidade municipal em termos do potencial de mobilidade social, o que auxiliará na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas. Dessa forma, as políticas públicas

poderão ser desenhadas de forma aplicada, considerando o que se mostra necessário para a realidade local, atacando os pontos que demandam atenção para apresentar melhoras a longo prazo, focando, nesse caso, não em resultados imediatistas, mas intergeracionais.

Este artigo está dividido em oito seções além desta introdução. A segunda e a terceira parte trazem o embasamento da pesquisa, nas quais se apresentam as possibilidades de materialização da mobilidade social, o cenário brasileiro e a percepção da mobilidade social do país como um *wicked problem*. O quarto tópico consiste nos procedimentos metodológicos que foram adotados, seguido dos resultados encontrados. Após, traz-se as considerações finais do artigo e as referências nele utilizadas. Por fim, foram adicionados anexos e apêndices que trazem mais detalhes metodológicos da pesquisa.

## **2 MENSURAÇÃO DE MOBILIDADE SOCIAL**

Uma vez que a mobilidade social é um fenômeno que afeta indivíduos, pesquisas nacionais e internacionais, tanto da economia quanto da sociologia – são os campos que mais investigam o tema – utilizam microdados para analisar o fenômeno e adotam diferentes variáveis para tanto, mas sempre focando no tripé da mobilidade: renda, ocupação e educação. A escolha por uma ou mais entre essas variáveis representa o foco de diferentes vertentes e o interesse central dos pesquisadores, levando a escolhas teóricas e metodológicas distintas e, conseqüentemente, a diferentes resultados.

Grande parte dos pesquisadores da vertente econômica se baseia no pressuposto de que a dimensão monetária é a melhor perspectiva para se mensurar o que eles chamam de “mobilidade de renda”, partindo da perspectiva de que detendo mais recursos, a pessoa é capaz de fazer escolhas para melhorar sua condição de vida. Assim, a elasticidade da renda ou dos ganhos dos indivíduos estudados são variáveis dependentes adequadas (Solon, 1999; Corak, 2006; D’Addio, 2007; Bjorklund; Jantti, 2009).

Já o campo da sociologia, toma classe social e ocupação de pais e filhos como cerne da análise. Disso, originam-se duas correntes denominadas “mobilidade socioeconômica” e “fluidez de classes sociais”. A primeira avalia o *status* ocupacional

dos indivíduos a partir de um índice socioeconômico, em que se estima um indicador para o pai, outro para o filho, e se calcula a correlação entre eles ao longo das gerações (Ganzeboom; Treiman, 2007). Para criar esses indicadores, são considerados os componentes renda e escolaridade atrelados à profissão, pois essa estratificação precisa transmitir o *status* socioeconômico do indivíduo.

A segunda frente adota a criação de estratos sociais que partem de uma lógica semelhante à de mobilidade socioeconômica. O esquema de classe social Erikson-Goldthorpe-Portocarero é pioneiro e vem sendo amplamente replicado (Erikson; Goldthorpe, 1992; Breen, 2004; Blanden, 2013). Para classificar uma ocupação em um dos 10 grupos criados, considera-se: diferenças entre trabalho manual e não manual exercido na zona rural ou urbana; o nível de qualificação exigido; a autonomia do profissional; o quão monitorável é a atuação do funcionário; se é empregado ou empregador; entre outros elementos.

A última modalidade é a mais recente e parte de um fator unanimemente usado como determinante que, então, torna-se a variável dependente: educação. Blanden (2013, p. 44) explica que “a literatura sobre renda intergeracional e classe social, ou persistência do *status* enfatiza o papel da educação como um mecanismo de transmissão, então parece natural mensurar essa associação diretamente”. Assim, a “persistência da transmissão educacional”, como é denominada, pode ser analisada através dos anos de estudo (Hertz *et al.*, 2007) ou da qualidade do ensino (Dearden *et al.*, 2002).

Os resultados encontrados em pesquisas de cada uma das vertentes não trarão necessariamente resultados semelhantes, tanto em estudos que analisam um *locus* apenas quanto nos estudos de análise comparada (Blanden, 2013). Outrossim, qualidade dos dados, método estatístico escolhido, conceitos basilares, contexto local, significados simbólicos dos fatores, sistema de proteção social e cenário socioeconômico, são alguns dos elementos que afetam os resultados das pesquisas e que variam sensivelmente de acordo com a variável dependente adotada, contudo, não há uma corrente que melhor analise o fenômeno.

Dois estudos brasileiros sobre persistência intergeracional educacional brasileira ilustram essa diferença de resultados. Behrman, Gaviria e Székely (2001) encontraram um índice de 0,71, enquanto Ferreira e Veloso (2003) chegaram ao resultado de 0,81. Salienta-se que ao estudar persistência intergeracional, tem-se que

quanto mais próximo de 1,0 é o resultado, mais persistente se encontra o *status* analisado; em outras palavras, quanto mais alto o *score* obtido, menor a mobilidade social.

Apesar de ambos os resultados terem sido altos, a diferença entre eles chama a atenção e se deve à forma como cada pesquisa foi desenvolvida. Behrman, Gaviria e Székely (2001) realizaram um estudo comparado entre Brasil, Colômbia, México, Peru e Estados Unidos, o que demandou que adotassem variáveis comuns a todos os países e técnicas que permitissem a comparação. Já Ferreira e Veloso (2003) focaram apenas no Brasil, o que levou à adoção de outros procedimentos metodológicos.

Essas distinções metodológicas, principalmente ao se considerar a comparação entre países, também foi identificada por Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2004) ao analisarem os fatores que interferiam na mobilidade educacional brasileira. Os autores concluíram que necessitavam de mais fatores circunstanciais – aqueles que não estão sob controle do indivíduo – para compreender a desigualdade de oportunidades que os comumente utilizados pela literatura internacional. “Infelizmente, não conseguimos encontrar a comparação adequada que o Brasil precisa, qual seja, um país onde um mais amplo conjunto de variáveis circunstanciais esteja disponível, e que incluiria as variáveis observadas no Brasil” (Bourguignon; Ferreira; Menéndez, 2004, p. 169-170, tradução nossa).

Uma solução para essa questão seria considerar variáveis ambientais na investigação, o que desafia pesquisadores por conta da ausência de exatidão ao relacionar tais fatores com os indivíduos em questão. Diante desse imbróglio, uma perspectiva agregativa pode apresentar possibilidades complementares de compreensão do contexto, não mais com foco no indivíduo, mas sim em um determinado grupo.

Como forma agregativa de se analisar o fenômeno, o *World Economic Forum* (WEF) criou o *Global Social Mobility Index* (GSMI). Esse indicador representa um esforço do WEF de proporcionar um instrumento a gestores públicos que possibilite visualizar a realidade corrente dos 82 países analisados, como uma forma de oferecer caminhos para a promoção de melhoria da qualidade de vida da população desses países a longo prazo (WEF, 2020).

O índice mais recente foi publicado no *The Global Social Mobility Report 2020: Equality, Opportunity and a New Economic Imperative*, e analisa a mobilidade social a partir de questões coletivas de cada nação para determinar “até que ponto todos os membros de uma sociedade possuem chances justas de alcançar seu potencial, independente da sua origem socioeconômica, da origem de seus pais, ou do lugar em que nasceram” (WEF, 2020, p. 4, tradução nossa). O Brasil aparece na 60ª posição do *ranking*, com 52.1 pontos e, como pode ser verificado no Quadro 1, o país também não apresenta bons resultados nos indicadores específicos.

Quadro 1 - Social Mobility Index 2020 - Resultados do Brasil

Indicador	Score	Rank	Indicador	Score	Rank
1. Saúde	62.0	64	6. Oportunidades de Trabalho	55.9	69
2. Acesso à Educação	54.2	57	7. Distribuição Justa de Salários	35.9	64
3. Qualidade e Equidade da Educação	42.2	65	8. Condições de Trabalho	60.6	39
4. Capacitação Continuada	37.9	80	9. Proteção Social	59.2	38
5. Acesso à Tecnologia	67.8	55	10. Instituições Inclusivas	45.4	74

Fonte: Elaboração própria, com base em WEF (2020).

Outro dado preocupante levantado pelo WEF (2018), é que são necessárias nove gerações para que pessoas de famílias pertencentes aos 10% mais pobres alcancem a renda média do país; enquanto na Dinamarca (país com o melhor indicador), são necessárias apenas duas. Esses dados ilustram a proporção das barreiras que as crianças vindas de situações socioeconômicas desprivilegiadas enfrentam desde seu nascimento.

Além disso, o Brasil também recebe destaque na forte associação entre os altos resultados do Índice de Gini e da elasticidade de renda do país. O primeiro indicador mensura o grau de desigualdade social e, quanto mais alto ele for, maior a desigualdade encontrada. O segundo, por sua vez, avalia o peso da renda dos pais nos resultados econômicos dos filhos, isto é, a persistência da renda, que representa o fenômeno oposto à mobilidade. Foi observada, então, associação entre a alta desigualdade social e a baixa mobilidade de renda (WEF, 2022).

Em síntese, entende-se que a população brasileira vive em um contexto de desigualdade de condições, tendo em vista que os recursos públicos são distribuídos de forma desproporcional aos grupos sociais, ignorando requisitos de equidade e justiça social necessários para reduzir a desigualdade de oportunidades que atinge a

sociedade. Diante desse cenário, o Estado possui um importante papel no provimento de oportunidades para mudar o cenário atual brasileiro de baixa mobilidade social.

### **3 IMOBILIDADE SOCIAL BRASILEIRA COMO UM *WICKED PROBLEM***

Conforme observado no tópico anterior, o Brasil foi diagnosticado pelo WEF (2022) como um país desigual, no qual há forte persistência de renda e condições desfavoráveis de mobilidade social. Essa desigualdade de condições é um problema estrutural que assola não apenas o Brasil, cujas causas são de difícil determinação (Daude; Robano, 2015; Duryea *et al.*, 2019), até mesmo porque no início dos estudos acerca do tema, o Brasil estava vivenciando tempos áureos de mobilidade social. Segundo Ribeiro (2017), o auge da mobilidade social ascendente da população brasileira se deu entre os anos 1970 e 1980, principalmente, devido à intensa industrialização do mercado, que gerou uma onda de novos empregos e dinamizou a economia, gerando uma mobilidade estrutural marcada pela grande oferta de oportunidades e consequente ascensão social.

Uma vez que a globalização e o crescimento do papel da tecnologia reduziram a criação de novos empregos e induziram a uma demanda por trabalhadores mais qualificados e experientes, houve um aumento da mobilidade circular, que acontece quando não há criação de novos postos, mas ainda existe a transição de indivíduos pelos estratos. Além disso, a valorização da qualificação aumentou não só os salários dos mais ricos, mas a distância entre os mais ricos e os mais pobres. Isso significa que mesmo havendo melhorias nos rendimentos da população em geral, não houve uma proporcional redução das desigualdades. Diante disso, os resultados brasileiros, ainda que positivos, não estavam acompanhando os indicadores sociais até o ano de 2014, o último para o qual foi divulgada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que contém dados sobre a ocupação dos pais dos entrevistados.

Ainda que não tenham sido encontrados estudos que analisem dados pós 2014 para se diagnosticar a realidade mais recente do país, previsões negativas têm sido feitas, baseadas na crise econômica que se iniciou nesse período e aliadas a instabilidades políticas e sociais que vêm ocorrendo desde então. Eventos como a crise econômica que se iniciou em 2014, o Impeachment da Presidente Dilma Russel, a redução do emprego formal juntamente com o aumento do desemprego, a descontinuidade de programas sociais, a redução dos retornos ocupacionais

(Adamczyk; Fochezatto, 2020; Neri; Bonomo, 2018; Salata; Cheung, 2022), apontam para o descenso na mobilidade social de milhões de brasileiros (Jannuzzi; Montagner, 2020).

Nesse sentido, considerando as mudanças identificadas por meio dos dados mais recentes (até 2014), entende-se que a desigualdade de oportunidades vem reduzindo ao longo do tempo no Brasil, mas ainda consiste no alicerce da estrutura social e pode ser intensificado pós 2014. Logo, o presente artigo parte do pressuposto de que a população brasileira está vivenciando uma imobilidade social e que o Estado precisa agir para melhorar esse cenário. Diante de tamanha complexidade e difícil solução, interpreta-se a baixa mobilidade social como um *wicked problem*.

Os estudos que propuseram a discussão sobre *wicked problems* na gestão pública se iniciaram nos anos de 1970, quando se observou que os grandes problemas que afetavam o público começaram a ficar cada vez mais multidimensionais, envolvendo diversos atores e variáveis difíceis de serem controladas e até compreendidas. Pressman e Wildavsky (1973) descrevem esse tipo de problema ao relatar que gestores públicos estadunidenses que buscavam soluções para problemas que envolviam fome, moradia e desemprego, perceberam que esses não eram problemas passíveis de completa resolução, uma vez que (i) eles não detinham todas as informações necessárias; (ii) não estava claro o objetivo amplo das ações relacionadas; e (iii) a coordenação necessária para fazer tudo acontecer era muito complexa de se realizar. Esses gestores públicos estavam diante de *wicked problems*.

Para saber se um grande problema pode ser considerado um *wicked problem*, Head (2008) sistematizou três fatores, os quais, quando apresentados em conjunto e em alto nível, caracterizam o *wicked problem*. São eles: (1) **Complexidade** dos elementos, subsistemas e interdependências; (2) **Incerteza** em relação a riscos, consequências das ações e mudanças de padrões; e (3) **Divergência** e fragmentação de pontos de vista, valores, estratégias e intenções. Saber se o problema com o qual se está lidando é um *wicked problem* auxilia na compreensão da complexidade do fenômeno estudado e do desafio que ele representa para a gestão pública. A seguir, o fenômeno da mobilidade social será destrinchado, de acordo com as discussões apresentadas neste referencial teórico-contextual, para se averiguar se, de fato, ele pode ser considerado um *wicked problem*.

Mobilidade social é considerado um fenômeno **complexo** por ser determinado por inúmeros elementos individuais e contextuais, sem que haja uma fórmula aplicável a todos. Leroy *et al.* (2011, p. 461) verificaram, dentro de sua amostra, que a maior parte das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) e que antes ocupavam baixos estratos econômicos, “elevaram seu patamar social desde a criação do programa, levando-nos a concluir que considerável proporção delas ascendeu socialmente como consequência, principalmente, do recebimento do benefício”, o que ilustra a mobilidade social ascendente. Contudo, os pesquisadores também constataram que a baixa escolaridade das mulheres que recebiam o benefício era um fator limitante, mostrando que, sozinho, o PBF não era capaz de surtir por completo o efeito desejado. Mesma inferência foi feita por Jones (2022) ao verificar que o PBF precisa ser aplicado em conjunto com ações de redistribuição de oportunidades educacionais e ocupacionais para alcançar a ascensão social almejada pelos beneficiários. Esses achados ilustram a complexidade do problema e a interpelação de elementos diversos.

A **incerteza** pode ser materializada por meio da dificuldade de se controlar elementos diversos que influenciam a mobilidade social. O fluxo de pessoas nos estratos socioeconômicos é um fenômeno sensível a choques econômicos, políticos e sociais, uma vez que os grupos mais desfavorecidos são também os mais vulneráveis a esse tipo de choque. A título de exemplo, grandes recessões econômicas afetam negativamente a educação e a renda das gerações seguintes às crises (Stuart, 2022) e a abertura comercial, principalmente a produtos e empresas estrangeiras, pode impactar negativamente na mobilidade intergeracional (César *et al.*, 2023; Paez, 2023).

Por fim, a **divergência** está muito presente na academia, uma vez que existem diversas formas de analisar o fenômeno, como mostrado neste referencial. Por conta disso, há uma pluralidade de variáveis dependentes que podem ser utilizadas nos estudos e também formas distintas de se materializar a mesma *proxy* (Chetty *et al.*, 2014). Essa variedade gera resultados diferentes, levando a sugestões e propostas que podem variar de acordo com as perspectivas adotadas. Além disso, disputas entre valores e crenças políticas divergentes nos governos e na burocracia, principalmente com mudanças de governo, podem levar a impeditivos, tais como descontinuidade da

ação pública; divergências entre formulação e implementação de políticas públicas; alterações referentes a recursos financeiros e humanos.

A partir do exposto, infere-se que a baixa mobilidade social pode ser considerada um *wicked problem* e essa compreensão se faz necessária para que pesquisadores e gestores públicos tenham consciência da necessidade de se buscar soluções para ela, ao mesmo tempo que tenham consciência também da complexidade da questão e de seus limites de atuação. Vale apontar que combater a desigualdade de condições – promovendo, conseqüentemente, a mobilidade social – beneficia não somente a população em si, mas também promove desenvolvimento econômico (Neidhöfer *et al.*, 2023; Stuart, 2022), o que oferece um estímulo para que governos invistam na solução desse problema público.

Além disso, é necessário observar as limitações do aparelho público em si para mitigar esse tipo de problema. Head e Alford (2015, p. 722, tradução nossa) chamam atenção para o fato de que “as estruturas e sistemas convencionais do setor público não são projetadas para contemplar as tarefas de conceitualização, mapeamento e resposta a *wicked problems*”. Por conta disso, os autores sugerem que técnicos fiquem atentos aos arranjos institucionais e sejam criativos ao propor ações públicas de combate a esse tipo de problema, e apontam as seguintes estratégias: ir além da perspectiva técnico/racional; adotar e incentivar o modelo de trabalho colaborativo; buscar novos modelos de liderança que melhor se adequem ao projeto em foco; e realizar uma reforma da estrutural no modelo gerencial do governo.

Vale destacar a importância da participação da academia na compreensão e no combate a esse tipo de questão, principalmente, considerando os limites do poder público. Ao desenvolver pesquisas que analisem *wicked problems*, faz-se necessário partir de uma perspectiva macro e multidimensional, tanto ao averiguar causas e conseqüências como lições que podem ser aplicadas em cenários semelhantes.

Sendo assim, compreende-se que mobilidade social em níveis insatisfatórios para a população é um *wicked problem*, mas o fenômeno em si é intrinsecamente individual, uma vez que analisa aspectos particulares da jornada das pessoas. De fato, é necessário compreender a trajetória educacional de uma família, por exemplo, para entender o *status* conquistado por seus membros. Contudo, a perspectiva individual dificulta a elaboração de políticas públicas para o combate a um problema coletivo, uma vez que se busca atingir grupos por meio de ações públicas.

Ao analisar as diferenças de mobilidade social da população dos Estados Unidos de acordo com o local em que os indivíduos cresceram, Chetty *et al.* (2014, p. 1620) concluíram que além de ser uma questão complexa e multifacetada, a “mobilidade intergeracional é um problema local, que poderia ser potencialmente resolvido com políticas públicas a nível local”.

Com o intuito de colaborar com o poder público, foi desenvolvido um indicador de mobilidade social que forneça subsídios para a análise da realidade em âmbito municipal. Como não é possível generalizar a trajetória de mobilidade de um grupo, propõe-se a construção de uma *proxy* que materialize o potencial que a população de um determinado município possui de vivenciar o fenômeno. Sendo assim, construiu-se o Índice de Potencial de Mobilidade Social e o recorrido metodológico, para tanto, está descrito no próximo tópico.

## **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para o alcance do objetivo deste artigo, faz-se necessário criar um indicador que materialize o conceito de “mobilidade social” sob uma perspectiva agregativa, fazendo com que o constructo expresse o potencial de mobilidade da população de um local, em determinados períodos de tempo.

### **4.1 Caracterização da unidade de análise**

Minas Gerais foi escolhida como unidade de análise deste estudo por ser um grande estado, marcado por desigualdades regionais de caráter estrutural, representando um recorte do cenário brasileiro. Comparado às demais unidades federativas, o estado possui o quarto maior território, 586.513,983 km<sup>2</sup>; e a segunda maior população, 20.732.660 pessoas, segundo a prévia do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023b). Além disso, o estado foi criado em 1720, sendo o sétimo mais antigo do país; e possui o maior número de municípios atualmente, 853 (Secult, 2020).

Para compreender as condições socioeconômicas desse estado, Rodrigues, Cunha e Aguiar (2020) analisaram a evolução do IDHM dos municípios de acordo com as 12 mesorregiões mineiras, entre os anos de 1991 e 2010. Os autores constataram

que todas as mesorregiões seguiram a tendência nacional de aumento no IDHM nesse período, contudo, as desigualdades se mantiveram.

Para os resultados de 2010, as regiões Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri não só são as que possuem os piores indicadores do estado, com índices de 0,625, 0,616 e 0,610, respectivamente, como concentram 64% dos municípios que estão entre os 10% com piores resultados. Enquanto isso, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Sul/Sudoeste e Oeste de Minas, com índices de 0,712, 0,697 e 0,696, não possuem nenhum município no grupo dos 10% piores resultados do IDHM (Rodrigues; Cunha; Aguiar, 2020).

As desigualdades nos municípios mineiros começam com sua criação. Em 1872, havia apenas 72 municípios no estado e, desde então, centenas de territórios foram sendo emancipados com a criação de novas constituições, principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, como pode ser observado na Figura 2. Esse fenômeno não foi exclusivo de Minas Gerais, mas chama a atenção o fato de que 130 municípios, que representam 15,24% dos 853, foram criados após a Constituição Federal de 1988, quantitativo menor apenas que o do estado do Rio Grande do Sul, que contou com 165 novos municípios (Brandt, 2010).

Brandt (2010) constatou que essa corrida emancipacionista não foi realizada de forma eficiente e que as micro e pequenas municipalidades, que possuíam menos de 10.800 habitantes no momento da emancipação, sofreram com a dependência de transferências de outros entes por conta da impossibilidade de gerar sua própria receita. A autora explicou que o tamanho das localidades gerou “deseconomias de escala e ineficiência ao incorrerem em custos administrativos desproporcionais às suas populações” (Brandt, 2010, p. 73). Dentre os 130 municípios mais recentes criados em Minas Gerais, 120 se encaixam nessa realidade.

Menos de duas décadas depois de sua criação, observa-se que o desempenho socioeconômico desses novos municípios mineiros não acompanha o do restante do estado. Nunes, Lobo e Garcia (2020) constataram que todos eles apresentaram Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) abaixo do indicador estadual. Além disso, 63% dessas novas cidades apresentaram queda do IDHM, entre 2000 e 2010, em relação aos seus municípios de origem, aqueles a partir dos quais foram desmembrados. Destaca-se que entre esses novos municípios, 47,69% se concentram nas três mesorregiões com piores indicadores socioeconômicos

apresentados no presente tópico, enquanto que as três regiões do outro extremo contam apenas com 0,07% de municípios emancipados (Nunes; Lobo; Garcia, 2020).

Essas diferenças refletem na mobilidade social. Ribeiro (2017) explica que os municípios emancipados nos anos 1990 encontraram um mercado que não estava passando pela mesma expansão das décadas anteriores, e que a população já vivenciava uma mobilidade circular, visto que havia um número estável de oportunidades na cadeia produtiva, sendo necessário que pessoas “desçam” de seus estratos sociais para que outras subam. Por essas questões, têm-se os municípios do estado de Minas Gerais como uma amostra relevante para essa exploratória abordagem de compreensão do potencial de mobilidade social, principalmente, ao se considerar as desigualdades entre eles e como isso pode refletir nas possibilidades de mudança das condições de vida de suas populações.

#### **4.2 Criação do Índice de Potencial de Mobilidade Social**

Para a construção desse índice, foi utilizado como base o *Global Social Mobility Index* (GSMI), mencionado no tópico 2 deste artigo, pois esse indicador avaliou a realidade de países e apresenta um protocolo aplicável para municípios. Considerando sua perspectiva agregada, esse relatório foi escolhido para fundamentar a criação do Índice de Potencial para a Mobilidade Social (IPMS). Os dados foram coletados segundo o *framework* do GSMI, que é construído a partir de cinco dimensões, divididas em 10 pilares no total: 1. Saúde; 2. Educação (Acesso; Qualidade e Equidade; Educação Continuada); 3. Tecnologia; 4. Trabalho (Oportunidades; Salários; Condições); 5. Proteção e Instituições (Proteção Social, e Instituições Inclusivas). O Anexo 1 apresenta a lista completa de variáveis que compõem cada fator do indicador, a partir da qual foi feita a busca por variáveis para compor o IPMS.

Para delimitação temporal, buscou-se captar uma perspectiva intergeracional. Hackenhaar *et al.* (2013) consideraram o intervalo de 10 anos para delimitar gerações; enquanto Flor, Laguardia e Campos (2014), observaram a perspectiva intergeracional em um intervalo de 15 anos. Considerando a perspectiva decenal das pesquisas censitárias brasileiras que partem do Censo Demográfico, optou-se por observar o

intervalo de 10 anos. Sendo assim, o IPMS foi criado para os anos de 2000, 2010 e 2019, para que fosse possível investigar essa perspectiva intergeracional.

Esses anos foram escolhidos porque a mais recente Constituição Federal foi promulgada em 1988 e delimitou direitos sociais significativos para mudanças na mobilidade social, como acesso à educação e saúde gratuitas, à proteção social mais ampla, entre outros. Após uma década, esse novo conjunto de leis começou a se transformar em políticas sociais e os seus resultados podem ser avaliados a partir do final de 1990.

Optou-se pelo ano de 2019 como o mais recente por ele anteceder a pandemia do novo coronavírus, que durou de março de 2020 a abril de 2022. Como ainda é cedo para compreender como essa emergência em saúde pública afetou a população mundial em termos intergeracionais, foi feita a escolha de se analisar o potencial de mobilidade social em âmbito municipal até o ano que a antecede.

Partindo desse *framework*, foram identificadas e coletadas variáveis de resultados que representam o cenário dos municípios mineiros para, então, ser verificada a qualidade dos dados e a abrangência dos 853 casos para todos os anos. Em seguida, foi realizada a inversão de 10 variáveis que possuíam direção negativa: quanto maior fosse o resultado, menor seria o IPMS, como é o caso da Proporção de internações por doenças de veiculação hídrica, cujo código inicial era SMA\_IDVH (x) e passou a ser B\_SMA\_IDVH (y) após a inversão. Para tanto, foi aplicada a fórmula  $x=100-y$  para as variáveis que representam percentuais, e  $x=100000-y$  para as que são referentes a taxas. Desse modo, após a inversão, todas as variáveis tinham o sentido positivo em relação ao potencial de mobilidade social que a variável indica.

Feito isso, foi realizada a padronização das variáveis pré-selecionadas usando a parametrização por *score Z*, como sugerido por Maroco (2003). Finalizando o tratamento dos dados, o teste de Alfa de Cronbach (Pestana; Gageiro, 2008) foi aplicado a fim de verificar a consistência do conjunto de variáveis a serem utilizadas na construção do IPMS. Após esse tratamento e a realização de diversas simulações com combinações distintas de variáveis, 17 foram escolhidas e elas estão relacionadas no Quadro 2.

Complementarmente, foi criado o Apêndice A, que conta também com a descrição, o cálculo e a fonte de cada variável. Não foram encontradas variáveis que representassem todas as dimensões GSMI para todos os anos. Em especial, ações

públicas que representem as dimensões 3 e 5 (Tecnologia e Proteção e Instituições) são relativamente recentes; logo, não foram identificados dados relativos a elas para o ano 2000.

Quadro 2 - Variáveis utilizadas para a construção do Índice de Potencial para a Mobilidade Social (IPMS)

<b>Dimensão 1: Educação</b>
ED_EEF - Taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental
ED_EEM - Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio
ED_IQGE- Índice de Qualidade Geral da Educação
<b>Dimensão 2: Saneamento e Meio Ambiente</b>
B_SMA_IDVH- *Proporção de internações por doenças de veiculação hídrica
B_SMA_IDS1 - *Proporção de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado
B_SMA_PFC - *Participação nos focos de calor do estado
<b>Dimensão 3: Emprego e Renda</b>
ECO_E - Taxa de emprego no setor formal
ECO_R - Rendimento <i>per capita</i> no setor formal
ECO_PIB - PIB <i>per capita</i> a preços correntes
<b>Dimensão 4: Saúde</b>
B_SA_OSA - *Proporção de óbitos por causas mal definidas sem assistência médica
B_SA_NVBP - *Proporção de nascidos vivos com baixo peso
SA_NVPN - Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal
<b>Dimensão 5: Segurança Pública</b>
B_SP_CV - *Taxa de crimes violentos
B_SP_HJ - *Taxa de mortalidade por homicídio da população de 15 a 29 anos
B_SP_HPT - *Taxa de mortalidade por homicídio da população total
B_SP_MA - *Taxa de vítimas de mortes por agressão
B_SP_HD - *Taxa de ocorrências de homicídios dolosos

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

\* Variáveis que foram invertidas antes de os testes serem executados.

Partindo para a construção do IPMS em si, realizou-se uma Análise Fatorial Exploratória, que consiste em uma técnica ideal para “descobrir e analisar a estrutura de um conjunto de variáveis interrelacionadas de modo a construir uma escala de medida para fatores que, de alguma forma, controlam as variáveis originais” (Maroco, 2003, p. 261). Em outras palavras, trata-se de uma análise multivariada por meio da qual é possível agrupar as variáveis em fatores (ou variáveis latentes) que sintetizam

as informações almejadas, além de fornecer um *score* que ilustra o poder de explicação desse fator (Hair *et al.*, 2009).

Seguindo o protocolo de Sabioni *et al.* (2016), aplicou-se o modelo da análise fatorial a partir do Método de Componentes Principais, uma vez que por meio dele não é necessária a verificação de normalidade dos dados, o que se mostra adequado diante da pluralidade de variáveis trabalhada. A validade do modelo foi verificada a partir do teste Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e, para reduzir o número de variáveis em cada fator e obter resultados mais sintetizados, utilizou-se o método de rotação ortogonal Varimax, conforme sugerido por Maroco (2003). Feito isso, a validade de cada fator gerado foi checada através do teste de Alpha de Cronbach para, então, confirmar se os fatores extraídos apresentaram a aderência adequada (Pestana; Gageiro, 2008).

Na sequência, os fatores foram extraídos e foi realizada a agregação dos mesmos, considerando a média ponderada e respeitando os *scores* de cada fator, para que todos ficassem no mesmo quadrante ao final. A Equação 1 sintetiza esta etapa:

$$F_{IJ} = \frac{(F - F_{\min})}{(F_{\max} - F_{\min})} \quad (1)$$

Após, utilizou-se a segunda equação para construir o indicador final. Mendes e Ferreira (2021, p. 136) apresentam a seguinte descrição para a equação: “cada indicador é o índice para o *i*-ésimo município, *p* é o número de fatores extraídos na análise, *ij* é o índice para o *j*-ésimo município, *p<sub>i</sub>* é o peso da *i*-ésima variável, *F<sub>ji</sub>* é a carga fatorial do *i*-ésimo fator para o *j*-ésimo município. *K* é o número de municípios”.

$$\text{Potencial de Mobilidade Social}_J = \frac{\sum_{j=1}^k p_i F_{ij}}{\sum p_i} \quad (2)$$

Por fim, parametrizou-se os indicadores de forma que o mais alto recebeu a nota 1, seguido proporcionalmente pelos demais. Alguns exemplos de índices criados na área de gestão pública por meio desse protocolo são: Índice de Potencial para o Controle Social (Sabioni *et al.*, 2016); Índice de Vulnerabilidade e Condições em Saúde (Macedo; Ferreira, 2020); e Índice de Capacidade Estatal (Mendes; Ferreira, 2021).

Para possibilitar a comparação dos índices criados para os anos de 2000, 2010 e 2019, foram aplicados os pesos dos fatores do primeiro ano para os demais, quais sejam: Fator 1 - 0.377; Fator 2 - 0.368; e Fator 3 - 0.255. Todos esses procedimentos foram desenvolvidos na versão 14 do *software Stata*. Após a criação do IPMS, foram realizados Testes T para Duas Amostras Pareadas, segundo pressupostos de Pestana e Gageiro (2008), para verificar a diferença de médias dos fatores gerados e do IPMS em si, nos três anos. Por fim, foram gerados mapas comparativos no programa ArcGis versão 10.5, para facilitar a visualização dos resultados, além de realizadas análises descritivas sob as perspectivas das mesorregiões mineiras.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro passo foi realizar uma análise fatorial com as variáveis referentes ao ano 2000, a qual possibilitou verificar que as 17 variáveis foram sumarizadas em três fatores que cumpriram com os pressupostos da técnica (KMO: 0.683), possuem um alto poder de explicação do conjunto de dados (96.14%) e foram formados por variáveis que dialogam entre si. Ao aplicar a rotação Varimax, delimitando a supressão dos *loadings* abaixo de 0.5, foi possível observar três fatores coesos e com alto poder de explicação do modelo, que foram classificados como: Fator 1 - Segurança Pública; Fator 2 - Emprego e Renda; e Fator 3 - Saneamento e Meio Ambiente.

Por conta da coesão do modelo, as análises fatoriais realizadas para os anos de 2010 e 2019 foram limitadas a três fatores, com o intuito de se obter resultados convergentes e que permitissem a construção posterior do índice. Os resultados mostram que a composição dos fatores se repetiu e os pressupostos da técnica foram alcançados, validando o modelo.

O Apêndice B apresenta na íntegra os resultados desses procedimentos, enquanto a Tabela 1 traz informações sumarizadas para descrição dos resultados.

Tabela 1 – Resultados da Análise Fatorial para os anos 2000, 2010 e 2019

2000					
Variáveis	F1	F2	F3	% Explicado	Alpha
B_SP_HJ	0.8788			36.23%	0.8402
B_SP_HPT	0.6487				
B_SP_MA	0.8202				
B_SP_HD	0.4881*				
ECO_E		0.886		35.38%	0.9149
ECO_R		0.8682			
B_SMA_IDVH			0.7085	24.52%	0.8415
B_SMA_IDSI			0.7383		
$\chi^2$ (4686.84; p=0.000)			<b>Total</b>	<b>96.14%</b>	<b>KMO: 0.683</b>
2010					
Variáveis	F1	F2	F3	% Explicado	Alpha
B_SP_HJ	0.8839			42.28%	0.8807
B_SP_HPT	0.6905				
B_SP_MA	0.8307				
B_SP_HD	0.7766				
ECO_E		0.9225		30.02%	0.9437
ECO_R		0.9024			
B_SMA_IDVH			0.8809	23.22%	0.9157
B_SMA_IDSI			0.8794		
$\chi^2$ (5574.40; p=0.000)			<b>Total</b>	<b>96.03%</b>	<b>KMO: 0.6940</b>
2019					
Variáveis	F1	F2	F3	% Explicado	Alpha
B_SP_HJ	0.9697			44.33%	0.9213
B_SP_HPT	0.7491				
B_SP_MA	0.9752				
B_SP_HD	0.7487				
ECO_E		0.9311		30.07%	0.9528
ECO_R		0.9398			
B_SMA_IDVH			0.773	17.15%	0.8284
B_SMA_IDSI			0.7734		
$\chi^2$ (7239.77; p=0.000)			<b>Total</b>	<b>91.54%</b>	<b>KMO: 0.6967</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Apesar de apenas oito das 17 variáveis terem apresentado correlações com as demais – considerando o corte aplicado de 0.5 – e não terem ingressado em nenhum fator por esse critério, simulações feitas indicaram que elas são essenciais para o modelo como um todo. A exclusão dessas variáveis comprometeria tanto a coesão dos fatores formados nas análises fatoriais, como a validade da análise verificada a partir do teste KMO.

A ausência de variáveis relacionadas à saúde e à educação foi um resultado inesperado, uma vez que essas são dimensões recorrentes nos estudos da área. Por outro lado, ela pode ser atribuída a uma possível homogeneidade na oferta desses serviços pelo poder público, resultando em uma limitada variação entre os municípios. A uniformidade, ou baixa variação, nos indicadores específicos utilizados para medir saúde e educação podem ter contribuído para a falta de destaque estatístico. Além disso, acredita-se que a predominância de variáveis econômicas, de segurança pública e de saneamento como significativas, sugere que esses fatores podem ter uma relação mais direta e discernível com um ambiente que se diferencia em termos de potencial de mobilidade social dentro da realidade mineira, sugerindo que esses resultados podem não ser os mesmos em outros contextos.

Vale pontuar que, após a expansão educacional que ocorreu a partir dos anos de 1980, e se intensificou após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma redução dos retornos educacionais nos salários brasileiros, tendo em vista que a escolaridade da população aumentou, mas os ganhos não acompanharam esse crescimento, fazendo com que esse fator perdesse peso de influência no fenômeno da mobilidade social quando não associado a políticas de estímulo à geração e à justa distribuição de ofertas de emprego (Neidhöfer, 2019). Ao analisar o efeito da educação na transmissão do *status* social no Brasil, Salata e Cheung (2022, p. 9, tradução nossa) concluíram que “a expansão educacional no Brasil não foi tão efetiva quanto se pretendia para reduzir os efeitos do *background* social sobre os destinos ocupacionais”.

Especificamente sobre o Fator 1 (Segurança Pública), observou-se que foi composto pelas seguintes variáveis: B\_SP\_HJ - Taxa de mortalidade por homicídio da população de 15 a 29 anos; B\_SP\_HT - Taxa de mortalidade por homicídio da população total; B\_SP\_MA - Taxa de vítimas de mortes por agressão; e B\_SP\_HD - Taxa de ocorrências de homicídios dolosos. Todas elas apresentaram forte associação positiva, uma vez que foram colocadas no modelo já de forma invertida, como observado no Quadro 2. Esse fator não somente possui o maior poder de explicação em todos os anos, como também aumentou esse poder, juntamente com a robustez da composição do fator.

A única variável do Fator 1 que apresentou comportamento diferente em relação à aderência ao fator foi a B\_SP\_HD. Nos resultados do ano 2000, ela faz parte

do Fator 1, mas possui uma carga de apenas 0.4881, inferior à supressão aplicada de 0.5. Nos anos seguintes, contudo, ela ganhou cargas mais significantes (0.7766 e 0.7471) e se mostrou importante para a coesão do fator. Portanto, ela foi adicionada às análises.

Chetty *et al.* (2014), ao verificarem a desigualdade geográfica da mobilidade intergeracional nos Estados Unidos, encontraram associação negativa entre índices de criminalidade no local de residência e mobilidade social. Segundo Van Ryzin *et al.* (2018), esse é um dos fatores que caracterizam o local como um ambiente social adverso, ao qual crianças de contextos mais vulneráveis são expostas, o que pode gerar consequências para o futuro delas. Sendo assim, prover um ambiente seguro para a população consiste em algo positivo para potencial de mobilidade social.

O Fator 2 consiste no constructo econômico do modelo e é composto pelas variáveis taxa de emprego no setor formal (ECO\_E) e rendimento *per capita* no setor formal (ECO\_R). Apesar de suas cargas fatoriais terem crescido em 2010 e 2019, o poder de explicação do constructo foi reduzido entre 2000 e 2010 e se estabilizou em 2019 quando comparado a 2010.

A presença dessa dimensão no modelo destaca a influência da economia no fenômeno, o que converge com a literatura da área (Solon, 1999; Corak, 2006; D'Addio, 2007; Bjorklund; Jantti, 2009). Ademais, o fato de as variáveis estarem relacionadas ao emprego formal dialoga com os estudos que apontam para a relação entre emprego formal dos pais e maiores chances de mobilidade dos filhos no país (Bourguignon; Ferreira; Menendez, 2007; César *et al.*, 2023).

O último fator, assim como o primeiro, é formado por variáveis que foram analisadas de forma invertida: B\_SMA\_IDVH (Proporção de internações por doenças de veiculação hídrica) e B\_SMA\_IDSI (Proporção de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado). No caso desse fator, o poder de explicação do modelo foi reduzindo nos três períodos, enquanto as cargas fatoriais das variáveis subiram em 2010, mas sofreram decréscimo em 2019, mas ainda assim ficaram mais altas do que estavam para o ano 2000.

O fornecimento de serviços adequados de água, esgoto e coleta de resíduos sólidos ainda é um desafio no Brasil, e os municípios menores e mais pobres são os que enfrentam maiores dificuldades para superá-lo (Souza *et al.*, 2021), realidade que também se aplica aos municípios do estado de Minas Gerais. Em 2010, 24,7% da

população mineira não tinha acesso à rede geral de esgoto e 13,9% das residências não possuíam acesso à rede geral de água. Esse *déficit* está distribuído nas mesorregiões mineiras de forma proporcional aos indicadores socioeconômicos, quanto mais baixos esses indicadores, maior o *déficit* de fornecimento desses serviços (Rodrigues *et al.*, 2019).

Nesse sentido, os cenários econômico, de segurança pública e saneamento básico, entre tantos outros fatores, enquadram-se como circunstanciais – aqueles que o indivíduo não possui poder de alterar por si só – e dependem, em proporções distintas, da mediação pública para sofrerem transformações (Araújo; Netto Júnior; Siqueira, 2022). Tais aspectos equalizam as possibilidades de fluidez social de uma população, uma vez que geram inúmeras vantagens e desvantagens para cada grupo social, podendo reforçar ou minimizar as desigualdades entre esses grupos (Fontes, 2022).

Ainda que esse não seja um fator utilizado para mensurar a mobilidade social, estudos mostram que condições adequadas de saúde envolvendo o saneamento básico, ajudam a romper o ciclo intergeracional de pobreza, aumentando as possibilidades de mobilidade intergeracional, ao mesmo tempo em que condições inadequadas salientam as desigualdades existentes (Harper *et al.*, 2003; Cheng *et al.*, 2016; Rodrigues *et al.*, 2019). Diante disso, e da perspectiva agregativa do instrumento metodológico que está sendo proposto, compreende-se a importância da prestação desses serviços para a oferta de um ambiente favorável à mobilidade social.

A própria estrutura do IPMS indica um achado importante: a inclusão de variáveis relacionadas ao ambiente destaca novos campos para discussão que não são discerníveis no nível individual, uma vez que impactam de coletivamente a população. Segurança pública, por exemplo, é algo que afeta bairros ou até cidades inteiras, portanto, é complexo de ser avaliado a partir de microdados. Locais mais perigosos “espantam” pessoas e investimentos, entre diversas outras consequências, o que gera uma desvantagem para seus moradores e afeta sua mobilidade social (Chetty *et al.*, 2014). Dessa forma, ao utilizar o conceito de potencial de mobilidade social e o que ele viabiliza analisar, é viável contribuir para o diálogo acadêmico e governamental na busca por uma sociedade mais dinâmica socialmente.

Antes de apresentar o índice em si, foram realizados testes de médias para verificar a evolução dos fatores separadamente. Para o período de 2000 a 2010,

observou-se que os Fatores 1 e 2 sofreram quedas significativas, enquanto o Fator 3 apresentou alta. A situação foi invertida entre 2010 e 2019, com o aumento dos indicadores de Segurança Pública e Economia, e a queda para o de Saneamento e Meio Ambiente. Por fim, entre 2000 e 2019, foi verificado aumento significativo nos Fatores 2 e 3 como era esperado, de acordo com a evolução de outros indicadores socioeconômicos, como IDH. O Fator Segurança Pública, entretanto, fechou a comparação em queda, ainda que não estatisticamente significativa.

Seguindo o protocolo apresentado na metodologia deste artigo, os fatores foram extraídos para então comporem o IPMS. Para possibilitar a comparação entre os anos, os pesos dos fatores do ano 2000 foram aplicados na composição dos índices também nos demais anos. Por ser o fator de maior peso na construção do IPMS (0,377), gera-se a expectativa de que o Fator 1 tenha forte impacto nos resultados apresentados adiante.

Foi criado um Índice de Potencial de Mobilidade Social (IPMS), que vai de 0 a 1, para cada ano a partir dos três fatores mencionados. Isso significa que mais de 90% das possibilidades de mobilidade social da população dos municípios mineiros foi explicada pelas condições de segurança pública, de trabalho, de saneamento e de meio ambiente, considerando os dados levantados para esta pesquisa. Com exceção do Fator 2 – cuja relação direta com a mobilidade social foi abordada no Tópico 2 deste artigo – os demais constructos não são utilizados para mensurar o fenômeno, mas geram condições que podem favorecer ou não as melhorias de condição de vida da população. Na Tabela 2, apresenta-se a estatística descritiva dos índices calculados.

Tabela 2 – Estatística Descritiva do IPMS

	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2019</b>
Mínimo	0.366	0.255	0.376
Máximo	1	1	1
Média	0.755	0.651	0.759
Mediana	0.769	0.666	0.775
Desvio Padrão	0.101	0.071	0.060

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A Tabela 2 mostra que, em termos absolutos, houve uma queda nos indicadores entre 2000 e 2010, seguida de uma recuperação em 2019. Apesar de a

diferença ser pequena, o saldo final entre 2000 e 2019 foi positivo. Sob essa perspectiva, o comportamento do IPMS nos três anos convergiu com a evolução dos Fatores 2 e 3 que o compõem, o que permite inferir que esses resultados iniciais possuem relação, principalmente, com os indicadores econômicos e ambientais dos municípios estudados. Nota-se que a redução do desvio padrão ao longo do tempo indica a homogeneização dos resultados, pois os resultados dos municípios ficaram mais aproximados. Vale pontuar que a restrição do número de fatores imposta à análise fatorial dos anos de 2010 e 2019, pode ter interferência nessa homogeneização dos resultados. Na Tabela 3, apresenta-se o quantitativo de municípios cujos desempenhos melhoraram ou pioraram nos períodos de 2000 e 2010, 2010 e 2019, e 2000 e 2019, em termos absolutos.

Tabela 3 – Evolução do IPMS

Comparação entre os períodos						
Categoria	2000/2010		2010/2019		2000/2019	
	n.	%	n.	%	n.	%
Melhorou	100	11.72%	826	96.83%	389	45.60%
Piorou	753	88.28%	27	3.17%	464	54.40%
Total	853	100%	853	100%	853	100%

Fonte: Elaboração própria, 2024.

A Tabela 3 confirma a tendência de queda do IPMS entre 2000 e 2010 (88,28%), e a recuperação quase total entre 2010 e 2019 (96,83%). Contudo, 54,4% dos municípios apresentaram resultados piores nesse intervalo de 20 anos. Para aprofundar essa análise, classificou-se os índices em três categorias, considerando a média e o desvio padrão dos valores do IPMS de cada ano, quais sejam: Alto (municípios com valores de IPMS superiores à média acrescida de um desvio padrão); Médio (valores de IPMS se situam dentro do intervalo delimitado pela média acrescida e subtraída de um desvio padrão); e Baixo (IPMSs inferiores à média subtraída de um desvio padrão). Esse modo de categorização, adotado por Fonseca e Ferreira (2009) e Costa *et al.* (2015), proporciona uma compreensão mais contextualizada do desempenho dos municípios ao longo do tempo, permitindo a identificação de padrões e disparidades. Na Tabela 4, apresenta-se os coeficientes calculados para a categorização, as frequências absolutas e relativas das categorias e a variação do indicador nos períodos estudados.

Tabela 4 – Classificação do IPMS conforme categorização Média e Desvio Padrão

Categoria	Coeficiente			Número de Municípios		
	2000	2010	2019	2000	2010	2019
<b>Alto</b>	0.856	0.722	0.819	132	77	44
<b>Médio</b>	0.654 - 0.856	0.580 - 0.722	0.699 - 0.819	575	648	703
<b>Baixo</b>	0.654	0.580	0.699	146	128	106
<b>Total</b>	n/a	n/a	n/a	853	853	853

Categoria	Percentual					
	2000	Δ%	2010	Δ%	2019	Δ% 2000-2019
<b>Alto</b>	15.47%	-41.67%	9.03%	-42.86%	5.16%	-66.67%
<b>Médio</b>	67.41%	12.70%	75.97%	8.49%	82.42%	22.26%
<b>Baixo</b>	17.12%	-12.33%	15.01%	-17.19%	12.43%	-27.40%
<b>Total</b>	100%	0%	100%	0%	100%	0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

De fato, o saldo final do IPMS não apresentou melhorias para a população mineira. A maior parte dos municípios começou a década com desempenho médio (67,41%), e 22,26% a mais de municípios finalizaram o período com o mesmo resultado. Vale pontuar que se espera uma concentração de aproximadamente 65% dos casos no grupo médio, conforme previsto por uma distribuição normal, por conta da categorização dos grupos com base na média e desvio padrão, o que não justifica o fato de 82,42% das cidades ficarem nesse grupo, em 2019. Foi positivo observar que cidades com baixo IPMS conseguiram melhorar seu desempenho, porém, os municípios que apresentavam altos índices não conseguiram manter seus resultados. Para aprofundar a compreensão desse cenário, a Tabela 5 traz as mudanças dos indicadores dos municípios entre os períodos estudados.

Tabela 5 – Evolução das Pontuações do IPMS

Desempenho	Comparação entre os períodos					
	2000/2010		2010/2019		2000/2019	
	n.	%	n.	%	n.	%
Melhorou	127	14.89%	103	12.08%	131	15.36%
Piorou	165	19.34%	113	13.25%	175	20.52%
Sem Mudança	561	65.77%	637	74.68%	547	64.13%
<b>Total</b>	<b>853</b>	<b>100.00%</b>	<b>853</b>	<b>100.00%</b>	<b>853</b>	<b>100.00%</b>

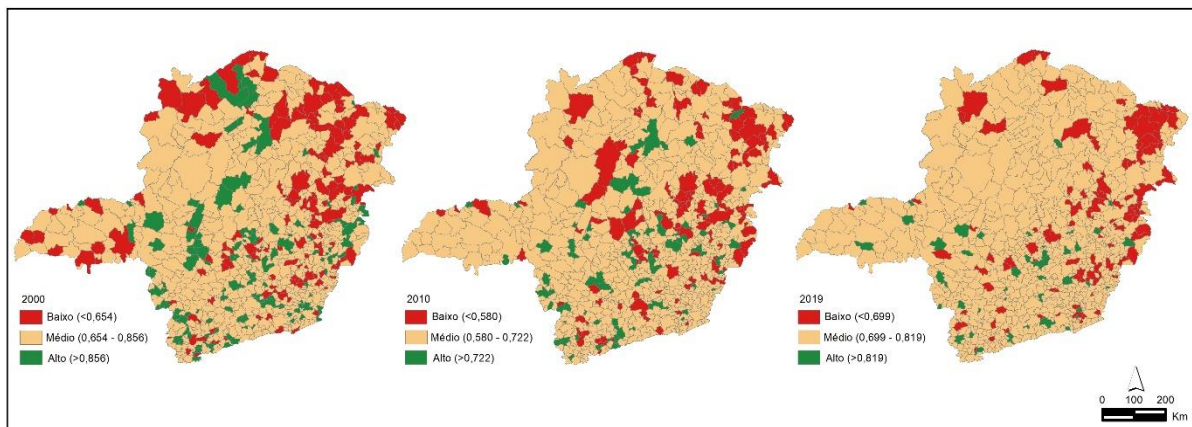
Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Confirmou-se a tendência de que mais municípios pioraram seu potencial de mobilidade social nos intervalos observados se comparado ao quantitativo dos que melhoraram seu desempenho. Destacou-se a ideia de imobilidade, representada pela

categoria “Sem Mudança”, a qual concentra ao menos 64% das variações dos três intervalos observados. Infere-se, assim, que há uma estagnação da favorabilidade à mobilidade social em termos categóricos; logo, as condições que um indivíduo encontrava na sua cidade, no ano 2000, são similares àsquelas de 2019.

Essa estagnação comprova a expectativa da existência de um *wicked problem* e auxilia na compreensão do fato de que são necessárias nove gerações para que os 10% mais desfavorecidos atinjam a média salarial nacional (WEF, 2018). Para melhor compreensão desse quadro, apresenta-se mapas que auxiliam na visualização da distribuição desses desempenhos nos anos estudados (Figura 1).

Figura 1 – Evolução do IPMS dos Municípios Mineiros – 2000, 2010 e 2019

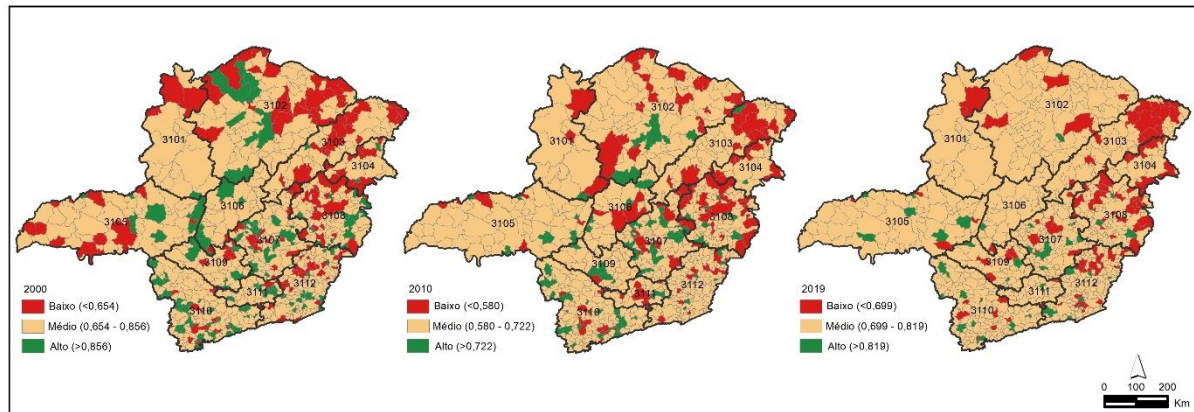


Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Ao analisar o mapa da Figura 1, observa-se o crescimento dos resultados medianos nas duas décadas. Foi possível visualizar certas concentrações de baixos níveis de IPMS mais ao norte, e altos mais ao sul, ainda que difusas por conta da predominância da categoria média. Essas tendências observadas confirmam tanto a expectativa de que as cidades de Minas Gerais ofertam condições de mobilidade de forma desigual (Rodrigues *et al.*, 2019; Rodrigues *et al.*, 2020) quanto a premissa de que mobilidade social varia com a localização geográfica (Chetty *et al.*, 2014; Van Ryzin *et al.*, 2018).

Para melhor explorar essa percepção, apresenta-se a demarcação das mesorregiões mineiras (Figura 2).

Figura 2 – Evolução do IPMS dos Municípios por Mesorregiões Mineiras – 2000, 2010 e 2019



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os mapas ilustram o aumento da predominância de níveis medianos de IPMS entre 2000 e 2019, e destaca onde estão as concentrações de cada categoria. Ao verificar as médias das mesorregiões, observou-se que os índices mais baixos se concentram, nos três anos, no Norte de Minas (código 3102), em Jequitinhonha (3103), no Vale do Mucuri (3104) e no Vale do Rio Doce (3108). Já no outro extremo, houve variações no *ranking* entre Oeste de Minas (3109), Sul/Sudoeste de Minas (3110), Campo das Vertentes (3111) e Central Mineira (3106), sendo que as três últimas possuem as notas mais altas em 2019. Tal resultado confirma a tendência de distribuição de outros indicadores socioeconômicos (Rodrigues *et al.*, 2019; Ministério da Educação, 2020; Rodrigues *et al.*, 2020) e separa as mesorregiões que necessitam de mais atenção do poder público devido aos seus baixos resultados em comparação com as demais, daquelas que são referências de *benchmark* para as outras.

Como apontado anteriormente nesta seção, os resultados do IPMS – agora sem considerar o fator geográfico – destoam de indicadores socioeconômicos anteriormente mencionados. A título comparativo, observou-se o IDHM, desenvolvido pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2022), do estado de Minas Gerais para os três períodos. Esse indicador passou de 0,624, em 2000; para 0,731, em 2010; e 0,793, em 2019, apontando que fez um caminho distinto do índice analisado neste artigo. Vale pontuar, porém, que o IPMS é formado por constructos distintos dos demais. O IDHM, por exemplo, leva em conta as dimensões saúde, educação, habitação, trabalho, vulnerabilidade e renda, enquanto que o IDH é composto por expectativa de vida, educação e renda. Já o IPMS possui fatores altamente explicados

– mais de 90% em todos os anos – por dimensões de segurança pública, emprego e saneamento e meio ambiente. Sendo assim, é possível que tais elementos não venham apresentando resultados convergentes entre si ao longo do tempo.

Para verificar essa hipótese, realizou-se uma análise da trajetória do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) para os anos de 2000, 2010 e 2018, assim como das dimensões que o compõem e constituem o IPMS. O IMRS é calculado bianualmente pela Fundação João Pinheiro (FJP) e é composto, atualmente, por 32 indicadores segmentados em seis dimensões: educação, saúde, saneamento e meio ambiente, segurança pública e vulnerabilidade. Por meio do IMRS, a Fundação busca retratar três aspectos: “a situação, o esforço das políticas públicas para atuar frente à situação observada e as características da gestão municipal” (FJP, 2016, n.p.). Informações sobre composição das dimensões aqui apresentadas estão disponíveis no Apêndice F.

Ao verificar o IMRS completo, observa-se que, entre 2000 e 2010, houve melhora do índice em 83,35% dos municípios. Esse número piorou entre 2010 e 2018 (67,88%), porém, na comparação final, 86,40% das cidades tiveram resultados melhores em 2018 do que em 2000. Apesar da queda ocorrida, o resultado final é positivo para os municípios e converge com a tendência dos indicadores aqui apresentados. Essa tendência, contudo, não se repete no indicador IMRS - Segurança Pública (IMRS\_SP), que compunha 10% do indicador em 2000 e 2010, e desde 2016 representa 15% do peso do IMRS completo. Houve uma queda de 41,38% do IMRS\_SP entre 2000 e 2010 e de 61,66% entre 2010 e 2018, que ao final foi amenizada e totalizou 55,33% entre 2000 e 2018.

O comportamento do IMRS\_SP é o mesmo tanto do Fator Segurança Pública do IPMS quanto do índice como um todo, confirmando a expectativa de que a piora dos resultados em segurança pública auxilia na compreensão dos níveis do IPMS, lembrando que nesse índice o fator Segurança Pública possui o maior poder de explicação (ao menos acima de 36%) e foi aumentando em todos os anos. Como já apresentado, esse fator no IPMS sofreu queda entre 2000 e 2010, e se recuperou entre 2010 e 2019, ambos de maneira significativa. Essa recuperação, porém, não foi suficiente, e a comparação entre 2000 e 2019 fechou com a queda da média nos municípios, ainda que não significativa estatisticamente. Logo, é possível inferir que é

necessário melhorar as condições de segurança pública para que o ambiente dos municípios estudados seja mais favorável à mobilidade social de sua população.

As dimensões de Renda e Emprego (IMRS\_RE) e Saneamento e Meio Ambiente (IMRS\_SMA) vêm passando por alterações ao longo do tempo que impossibilitaram a comparação. A primeira foi excluída do indicador e deixou de ser contabilizada, tendo seus últimos resultados publicados em 2014. Já a segunda, foi nomeada “Habitação e Meio ambiente” nos anos 2000 e 2018, era composta por sete e seis variáveis respectivamente, representando 15% do peso do IMRS total; enquanto que em 2010 a categoria passou a ser “Meio Ambiente e Saneamento”, respondendo por 10% do peso, por meio de 10 variáveis com propostas distintas dos demais períodos. Diferente do IMRS\_SP, esses constructos sofreram alterações que restringem maiores comparações entre eles, mas é possível relatar que os municípios mineiros apresentaram resultados positivos no fechamento em ambos os fatores, assim como ocorreu com os mesmos no IPMS.

Apesar da divergência com os indicadores listados, o IPMS converge com a expectativa de Jannuzzi e Montagner (2020) de que as turbulências políticas e socioeconômicas vivenciadas pela população brasileira desde 2014 gerariam efeitos negativos para parte da população. Os autores alertaram que os cortes nas políticas sociais, a redução de investimentos em educação e desenvolvimento, e aumento desemprego entre 2014 e 2018, levariam “ao descenso sócio-ocupacional, em curto espaço de tempo, milhões de brasileiros obrigados a aceitar um posto de trabalho de remuneração mais baixa, com regulação protetiva mais precária, e de requerimentos técnicos aquém de suas experiências e formação” (Jannuzzi; Montagner, 2020, p. 247-8).

Para além do papel do Estado nessa realidade, Rennó e Turgeon (2016) observaram, ainda, que a população brasileira já demonstrava insatisfação com a prestação de serviços públicos por meio das manifestações de 2013. Os autores atestaram que “se a situação das famílias melhorou para dentro da casa, com mais acesso ao consumo, o mesmo não pode ser dito quanto à realidade de fora da casa, no que tange ao acesso a serviços públicos de qualidade” (Rennó; Turgeon, 2016, p. 11). Apesar de não se ter verificado a percepção da população, esse cenário dialoga com os resultados do IPMS, quando se observa que os municípios não possuem atualmente um ambiente mais propício à mobilidade social que no início do século.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi capaz de alcançar o objetivo proposto, qual seja, analisar o grau de mobilidade social em âmbito municipal por meio da construção do Índice de Potencial de Mobilidade Social (IPMS). A investigação foi feita para os anos de 2000, 2010 e 2019, e as dimensões com maior poder de explicação são formadas por fatores relacionados à Segurança Pública, Emprego e Renda, e Saneamento e Meio Ambiente. A própria composição do indicador já aponta para uma descoberta relevante: o fato de o IPMS considerar variáveis relativas ao ambiente traz novas áreas para a discussão, as quais não se pode observar no nível individual, pois afetam de forma semelhante grandes grupos. Sendo assim, por meio do conceito de potencial de mobilidade social e do que ele permite observar, é possível colaborar com academia e com o poder público no debate em busca de uma sociedade mais fluída socialmente.

Os resultados mostraram que a maior parte dos municípios mineiros possuem, atualmente, um ambiente com médio potencial à mobilidade social (82.42%), que em 54,40% dos municípios os valores absolutos sofreram queda entre 2000 e 2019, e que a imobilidade foi a tendência preponderante em todos os intervalos de tempo observados. Isso mostra que, de forma geral, os municípios não vêm apresentando ambientes mais favoráveis à mobilidade social ao longo do tempo, o que diverge do esperado ao se comparar outros indicadores socioeconômicos.

Confirmou-se a expectativa de que a estagnação do potencial de mobilidade social dos municípios consiste em um *wicked problem*, principalmente, ao se considerar as desigualdades geográficas e das áreas que explicam o fenômeno – economia, saneamento básico e segurança pública. Esse é um dado preocupante, considerando que a literatura aponta que o aumento da desigualdade e a piora de indicadores sociais afetam, principalmente, a população menos favorecida, já que é a mais vulnerável a mudanças socioeconômicas e a mais dependente de serviços públicos.

Observou-se que a queda dos indicadores de municípios e mesorregiões mineiras diverge da tendência de outros indicadores socioeconômicos nos períodos analisados. Por outro lado, essa queda converge com a expectativa de piora de indicadores socioeconômicos pós 2014 por conta das mudanças socioeconômicas e

políticas que vêm ocorrendo desde então, e que devem se intensificar com a pandemia de covid-19. Além disso, a distribuição geográfica do desempenho do potencial de mobilidade social converge com a literatura, apontando mesorregiões que demandam mais atenção e outras com as quais se pode aprender.

Os achados específicos para a segurança pública – que consiste no fator com maior poder de explicação do IPMS e apresentou queda nesse período – convergem com os obtidos em outras fontes. Logo, essa área representa um desafio ainda maior para a gestão pública das localidades afetadas e requer políticas públicas assertivas e direcionadas para a mitigação do problema. Reforça-se que não se pretendeu avaliar o resultado de nenhuma ação específica, mas sim as mudanças ocorridas na realidade desses municípios.

A *proxy* construída para materializar o potencial de mobilidade social cumpriu com os requisitos metodológicos e representa um esforço empírico de mensurar os resultados municipais de políticas públicas que vêm sendo implementadas, almejando reduzir as desigualdades de condições e, conseqüentemente, de oportunidades da população brasileira. O intuito não foi o de criar um índice fixo a ser replicado literalmente em outros locais, mas apresentar um *framework* metodológico que pode ser aplicado em contextos municipais, estaduais ou nacionais.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras testem novas variáveis para realidades distintas, para que se possa verificar quais categorias de fatores representam o potencial de mobilidade social em locais distintos. Outra possibilidade é a replicação do protocolo apresentado para se analisar outros estados de forma comparativa, o que pode gerar aprendizados. De todo modo, essa é uma agenda fértil e inexplorada na perspectiva da administração pública, o que representa uma oportunidade para pesquisadores.

## REFERÊNCIAS

ANNEGUES, A. C.; FIGUEIREDO, E. Mobilidade Intergeracional Qualificada: uma abordagem de mensuração utilizando regressões quantílicas. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 95, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea138044>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ARAÚJO, A.; NETTO JÚNIOR, J. L. D. S; SIQUEIRA, L. B. O. Estrutura familiar e dinâmica educacional entre gerações. **Revista Brasileira de Estudos de**

**População**, [s. l.], v. 39, p. 1–27, 2022. Disponível <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0192>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BARCELOS, N. S. **Determinantes da mobilidade social intergeracional no Brasil em 2014**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14514>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BEHRMAN, J.; GAVIRIA, A.; SZÉKELY, M. Intergenerational mobility in Latin America. **Latin American and Caribbean Economic Association**, [s.l.], v.2, n.1, p.1-44, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20065412>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BJÖRKLUND, Anders; JÄNTTI, Markus. Intergenerational mobility and the role of family background. In: SALVERDA, W.; NOLAN, B.; SMEEDING, T. (Eds). **Oxford Handbook of Economic Inequality**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2009. p. 491–521.

BLANDEN, J. Cross-Country Rankings In Intergenerational Mobility: A Comparison Of Approaches From Economics And Sociology. **Journal of Economic Surveys**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 38-73, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6419.2011.00690.x>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F. H. G.; MENÉNDEZ, M. Inequality of opportunity in Brazil. **Review of Income and Wealth**, [s.l.], v. 53, n. 4, p. 585-618, dez. 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-4991.2007.00247.x>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F.; MENÉNDEZ, M. Inequality of Outcomes, Inequality of Opportunities and Intergenerational Education Mobility In Brazil. In: The World Bank. **Inequality and Economic Development in Brazil**, Washington: The World Bank, 2004.

BRANDT, C. T. A Criação de Municípios Após a Constituição de 1988. O impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional nº 15, de 1996. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 47, n. 187, p. 59-75, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100006>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BREEN, R. **Social mobility in Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

CESAR, A.; CIASCHI, M.; FALCONE, G.; NEIDHÖFER, G. Trade Shocks and Social Mobility: the intergenerational effect of import competition in Brazil. **ZEW - Centre for European Economic Research Discussion Paper**, n. 42, p. 1-47, 2023. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=4625858](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4625858). Acesso em: 29 jan. 2024.

CHETTY, R.; HENDREN, N.; KLINE, P.; SAEZ, E.. Where is the land of opportunity? The geography of intergenerational mobility in the United States. **The Quarterly**

**Journal of Economics**, Oxford, Inglaterra, v. 129, n. 4, p. 1553-1623, 2014.

Disponível em:

<https://academic.oup.com/qje/article/129/4/1553/1853754?login=false>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CORAK, M. Do poor children become poor adults? Lessons for public policy from a cross country comparison of generational earnings mobility. *In*: CREEDY, J.; KALB, G. (eds.). **Dynamics of Inequality and Poverty**. Países Baixos: Elsevier Press, 2006, p. 143–188. (Research on Economic Inequality, v. 13).

CORAK, M. Income inequality, equality of opportunity, and intergenerational mobility. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, Tennessee, EUA, v. 27, n. 3, p. 79-102, 2013. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.27.3.79>. Acesso em: 29 jan. 2024.

COSTA, C. C. D. M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Fatores associados à eficiência na alocação de recursos públicos à luz do modelo de regressão quantílica. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 5, p. 1319-1347, 2015.

D'ADDIO, A. C. **Intergenerational transmission of disadvantage: mobility or immobility across generations? A Review of the Evidence for OECD Countries**. Paris: OECD, 2007. (OECD Social, Employment and Migration Working Paper, n. 52). Disponível em: <https://www.oecd.org/els/38335410.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DAUDE, Christian. Education and social mobility in Latin America. **LASA Forum**, Pittsburgh, Pensilvânia, v. 44, n. 2, p. 7-9, 2013. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol44-issue2/Debates3.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DEARDEN, L.; MCINTOSH, S.; MYCK, M.; VIGNOLES, A. The Returns to Academic and Vocational Qualifications in Britain. **Bulletin of economic research**, [s.l.], v. 54, n. 3, p. 249-274, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-8586.00152>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DURYEA, S.; FREITAS, L. B.; OZEMELA, L. M. G.; SAMPAIO, G. R.; TREVISAN, G. Universities and Intergenerational Social Mobility in Brazil: examining patterns by race and gender. **Journal of Economics, Race, and Policy**, [S.l.], v. 2, p. 240–256, 07 jun. 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41996-019-00033-1>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE (ESRI). **ArcGIS Online**, versão 10.5 [software], 2018. Disponível em: <https://www.esri.com/pt-br/arcgis/products/arcgis-online/overview>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. **The constant flux: a study of class mobility in industrial societies**. Oxford, Inglaterra: Clarendon, 1992.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Intergenerational mobility of wages in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 181-211, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/bre/article/view/1576>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FLOR, L. S.; LAGUARDIA, J.; CAMPOS, M. R. Mobilidade social intergeracional e saúde no Brasil: uma análise do survey "Pesquisa dimensões sociais das desigualdades (PDSO)", 2008. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1869-1880, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.04362013>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FONSECA, P. C.; FERREIRA, M. A. M. Investigação dos níveis de eficiência na utilização de recursos no setor de saúde: uma análise das microrregiões de Minas Gerais. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 199-213, 2009.

FONTES, L. Padrões e Modos de Vida: Mobilidade Social nas Periferias de São Paulo (2000-2016). **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 4, p. 1-51, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/JKdWqjk7pTNCZMnm7GfgBKh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FRANKLIN, L. A. S. **Aspectos empíricos dos estudos sobre mobilidade social no brasil: uma revisão sistemática de literatura. No prelo.**

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Desenvolvimento Humano nas Macrorregiões Brasileiras**. Brasília: PNUD; IPEA; FJP, 2016. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 29 jan. 2024.

GANZEBOOM, H. B. G.; TREIMAN, D. J. Ascription and Achievement in Comparative Perspective. *In*: MEETING OF THE RUSSELL SAGE FOUNDATION/CARNEGIE CORPORATION, 6., Los Angeles, California, 25-26 jan. 2007. **Harry Ganzeboom's Downloadable Papers/Presentations**. [S.l.: s.n.], 03 nov. 2023. Disponível em: <http://www.harryganzeboom.nl/pdf/2007%20-%20Ganzeboom,%20Treiman%20-%20Ascription%20and%20achievement%20in%20occupational%20Attainment%20in%20comparative%20perspective.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

GONÇALVES, M. B. C.; SILVEIRA NETO, R. D. M. Persistência intergeracional de educação no Brasil: o caso da Região Metropolitana do Recife. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 435-463, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000300001>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HACKENHAAR, M. L.; SICHIERI, R.; MURARO, A. P.; SILVA, R. M. V. G. D.; FERREIRA, M. G. Mobilidade social, estilo de vida e índice de massa corporal de adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 5, p. 942-951, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004690>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HAIR JÚNIOR, J. F. *et. al.* **Análise multivariada de dados**. [Porto Alegre]: Bookman Editora, 2009.

HARPER, C.; MARCUS, R.; MOORE, K. Enduring poverty and the conditions of childhood: life course and intergenerational poverty transmissions. **World Development**, [s.l.], v. 31, n. 3, p. 535-554, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X0300010X>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HEAD, B. W. Wicked Problems in Public Policy. **Public policy**, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 101-118, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/43502862\\_Wicked\\_Problems\\_in\\_Public\\_Policy](https://www.researchgate.net/publication/43502862_Wicked_Problems_in_Public_Policy). Acesso em: 29 jan. 2024.

HEAD, B. W.; ALFORD, J. Wicked Problems: Implications for Public Policy and Management. **Administration & Society**, [s.l.], v. 47, n. 6, p. 711-739, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0095399713481601>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HERTZ, T.; JAYASUNDERA, T.; PIRAINO, P.; SELCUK, S.; SMITH, N.; VERASHCHAGINA, A. The Inheritance of Educational Inequality: International Comparisons and Fifty-Year Trends. **The BE Journal of Economic Analysis & Policy**, [s.l.], v. 7, n. 2, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.2202/1935-1682.1775>. Acesso em: 29 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Nota sobre o Censo Demográfico 2022. **IBGE**, Comunicados, [Brasília, DF], 24 jan. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=36134>. Acesso em: 29 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022. **IBGE**, Estatísticas, [Brasília, DF], 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=destaques>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JANNUZZI, P. M.; MONTAGNER, P. Estado de bem-estar, políticas públicas e mobilidade social no Brasil. *In*: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 231-253. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/07/Brasil-Estado-Social-contra-a-Barb%C3%A1rie-Capa.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JIMÉNEZ, M.; JIMÉNEZ, M. Intergenerational educational mobility in Latin America. An analysis from the equal opportunity approach. **Cuadernos de Economía**, [s.l.], v. 38, n. 76, p. 289-329, 2019. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/view/66331>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LEONE, T. The geography of intergenerational mobility: evidence of educational persistence and the “Great Gatsby Curve” in Brazil. **Review of Development Economics**, Falmer, East Sussex, Inglaterra, v. 26, n. 3, p. 1227-1251, 2022.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/rode.12880>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LEROY, R. S. D.; FERREIRA, M. A. M.; MOREIRA, N. C.; SILVA, E. A. Mobilidade social e empoderamento: a percepção das mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família em Minas Gerais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 62, n. 4, p. 449-465, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v62i4.82>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MACEDO, A. S.; FERREIRA, M. A. M. O Programa Mais Médicos e alocação equitativa de médicos na atenção primária à saúde (2013-2017). **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 381-408, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/9gWf8gTRQNfsPs6HdkpZCNQ/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MARÔCO, J. **Análise Estatística com a utilização do SPSS**. Lisboa: Sílabo, 2003.

MARTINS, B. V.; OLIVEIRA, S. R.. Qualificação Profissional, Mercado de Trabalho e Mobilidade Social: Cursos Superiores de Tecnologia. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2017.

MENDES, W. A.; FERREIRA, M. A. M. A influência da accountability na capacidade estatal, na alocação dos recursos públicos e no desenvolvimento socioeconômico em municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 18, n. 46, p. 131-147, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/74639>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil); SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MINAS GERAIS (Minas Gerais). **Minas Gerais: mapa de demanda por educação profissional**. Brasília: MEC; Belo Horizonte: SEDS/MG, 2020. Disponível em: [https://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos\\_mapa/minas\\_gerais/mg\\_relatorio\\_final.pdf](https://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos_mapa/minas_gerais/mg_relatorio_final.pdf). Acesso em: 29 jan. 2024.

NEIDHÖFER, G. Intergenerational mobility and the rise and fall of inequality: lessons from Latin America. **The Journal of Economic Inequality**, [S.l.], v. 17, p. 499–520, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10888-019-09415-9>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NEIDHÖFER, G.; CIASCHI, M.; GASPARINI, L.; SERRANO, J. Social mobility and economic development. **Journal of Economic Growth**, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10887-023-09234-8>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NUNES, M. A.; LOBO, C.; GARCIA, R. A. Emancipações distritais e o grau de desenvolvimento humano municipal em Minas Gerais. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 74, p. 74-85, jan./abr. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2020v35n74p64>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PASTORE, J.; SILVA, N. V.. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de Dados para Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS**. 5. ed. Lisboa: Sílabo, 2008.

PRESSMAN, J. L.; WILDAVSKY, Aaron. **Implementation: How Great Expectations in Washington are Dashed in Oakland**. Berkeley: University of California, 1973.

RAFFAGNATO, C. G. **Resposta brasileira aos eventos pandêmicos do século XXI: uma análise dos casos da H1N1 e da COVID-19**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10179/1/MO%206535%20-%20CAROLINA%20GOMES%20RAFFAGNATO.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RIBEIRO, C. A. C.. **Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional**. Brasília: IPEA, 2017a.

RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S.l.], n. 92, p. 1-46, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/504>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RODRIGUES, L. P. D.; CUNHA, F. S.; AGUIAR, C. C.. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no estado de Minas Gerais. **Revista Ciência Dinâmica**, [Ponte Nova, MG], v. 18, n. 2, p. 41-65, 2020. Disponível em: <http://revista.faculdadedinamica.com.br/index.php/cienciadinamica/article/view/46>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RODRIGUES, R. L.; TOMÁS, W.; SAIANI, C. C. S. Desigualdades de acesso a serviços de saneamento básico nas mesorregiões mineiras e objetivos de desenvolvimento sustentável. **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [Montes Claros, MG], v. 16, n. 2, p. 165-195, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/215>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RODRIGUEZ PAEZ, H. E. **Economic liberalization: an analysis of social mobility in Brazil**. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/49675>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SABIONI, M; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ALMEIDA, F. M. Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social. **Revista de**

**Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 477-500, 30 jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/62464>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SALATA, A.; CHEUNG, S. Y. Positional education and intergenerational status transmission in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, [s.l.], v. 77, n. 100671, fev. 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0276562421000913?via%3Dihub>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS (SECULT). Governo do Estado celebra os 300 anos de Minas Gerais. **Secult**, Notícias, Belo Horizonte, 02 dez. 2020. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/noticias-artigos/6444-governo-do-estado-celebra-os-300-anos-de-minas-gerais?highlight=WzMwMCwiYW5vcylsljMwMCBhbm9zIlI0=>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SOLIS, P. **Barreras estructurales a la movilidad social intergeneracional en Cidade do México**: un enfoque multidimensional. México: CEPAL, 2018. (Série Estudios y Perspectivas, n. 176). Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43768-barreras-estructurales-la-movilidad-social-intergeneracional-mexico-un-enfoque>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SOLON, G. Intergenerational mobility in the labor market. In: CARD, David; ASHENFELTER, Orley C. (eds.) **Handbook of labor economics**. Amsterdam: Elsevier; 1999. p. 1761-1800. (v. 3, parte A).

SOUZA, A. A.; MINGOTI, S. A.; PAES-SOUSA, R; HELLER, L. Combination of conditional cash transfer program and environmental health interventions reduces child mortality: an ecological study of Brazilian municipalities. **BMC Public Health**, [s.l.], v. 21, n. 627, 2021. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-021-10649-4>. Acesso em: 29 jan. 2024.

STUART, B. A. The Long-Run Effects of Recessions on Education and Income. **American Economic Journal: Applied Economics**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 42-74, jan. 2022. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.20180055>. Acesso em: 29 jan. 2024.

TEJADA, C. A. O. *et. al.* Pai pobre, filho pobre? Uma análise da mobilidade intergeracional de renda na coorte de nascimentos de 1982, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de saúde pública**, v. 31, n. 6, p. 1225-1233, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/r7N5H9R9tNQSGLHN9MwsdWK/?lang=pt#>. Acesso em: 29 jan. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Index (HDI)**. [S.l.]: UNDP, [2023]. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>. Acesso em: 29 jan. 2024.

VALE, G. M. V. Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 54, n. 3, p.310-321, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/BMYYTz95W9xvMnbtK5BgYjQ/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2024.

VAN RYZIN, M. J.; FISHBEIN, D.; BIGLAN, A. The promise of prevention science for addressing intergenerational poverty. **Psychology, Public Policy, and Law**, Washington, DC, v. 24, n. 1, p. 128, 2018. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2017-31602-001>. Acesso em: 29 jan. 2024.

WATERS, J. L. Geographies of international education: Mobilities and the reproduction of social (dis)advantage. **Geography compass**, v. 6, n. 3, p. 123-136, mar. 2012. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1749-8198.2011.00473.x>. Acesso em: 29 jan. 2024.

WHELAN, C. T.; LAYTE, R. **Economic change, social mobility and meritocracy: Reflections on the Irish experience**. Quarterly Economic Commentary, p. 89-108, 2004.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Social Mobility Report 2020: equality, opportunity and a new economic imperative**. [S.l.]: World Economic Forum, 2020. WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M. Policy capacity: A conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. **Policy and Society**, [s.l.], v. 34, n. 3-4, p. 165-171, 2015.

YÁNEZ-CONTRERAS, M.; GARCÍA-CORREA, C. Métodos para la medición de la movilidad intergeneracional educativa en América Latina y Colombia. Análisis y perspectivas. **Entramado**, v. 9, n. 2, p. 12-27, jul. 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/317505545\\_Metodos\\_para\\_la\\_medicion\\_de\\_la\\_movilidad\\_intergeneracional\\_educativa\\_en\\_America\\_Latina\\_y\\_Colombia\\_Analisis\\_y\\_perspectivas](https://www.researchgate.net/publication/317505545_Metodos_para_la_medicion_de_la_movilidad_intergeneracional_educativa_en_America_Latina_y_Colombia_Analisis_y_perspectivas). Acesso em: 29 jan. 2024.

## ANEXO A - INDICADORES E VARIÁVEIS QUE COMPÕEM O GLOBAL SOCIAL MOBILITY INDEX

<b>Pillar I</b>	<b>Health (0–100 best)</b>
1.1	Adolescent birth rate per 1,000 women
1.2	Prevalence of malnourishment (% of 5-19 year olds)
1.3	Health Access and Quality Index (0–100 best)
1.4	Inequality-adjusted healthy life expectancy index (0–100 best)
<b>Pillar II</b>	<b>Education Access (0–100 best)</b>
2.1	Pre-primary enrolment (%)
2.2	Quality of vocational training (1–7 best)
2.3	NEET ratio (% of 15–24 year olds)
2.4	Out-of-school children (%)
2.5	Inequality-adjusted education index (0–100 best)
<b>Pillar III</b>	<b>Education Quality and Equity (0–100 best)</b>
3.1	Children below minimum proficiency (%)
3.2	Pupils per teacher in pre-primary education (%)
3.3	Pupils per teacher in primary education (%)
3.4	Pupils per teacher in secondary education (%)
3.5	Harmonized learning outcomes (score)
3.6	Social diversity in schools (score)
3.7	Lack of education material among disadvantaged children (%)
<b>Pillar IV</b>	<b>Lifelong Learning (0–100 best)</b>
4.1	Extent of staff training (1–7 best)
4.2	Active labour market policies (1–7 best)
4.3	Access to basic services through ICTs (1–7 best)
4.4	Percentage of firms offering formal training
4.5	Digital skills among active population (1–7 best)
<b>Pillar V</b>	<b>Technology Access (0–100 best)</b>
5.1	Internet users (%)
5.2	Fixed-broadband Internet subscriptions per 100 pop.
5.3	Mobile-broadband subscriptions per 100 pop.
5.4	Population covered by at least a 3G mobile network (%)
5.5	Rural population with electricity access (%)
5.6	Internet access in schools (1–7 best)
<b>Pillar VI</b>	<b>Work Opportunities (0–100 best)</b>
6.1	Unemployment among labour force with basic education (%)
6.2	Unemployment among labour force with intermediate education (%)
6.3	Unemployment among labour force with advanced education (%)
6.4	Unemployment in rural areas (%)
6.5	Ratio of female to male labour force participation rate
6.6	Workers in vulnerable employment (%)
<b>Pillar VII</b>	<b>Fair Wage Distribution (0–100 best)</b>

7.1	Low pay incidence (% of workers)
7.2	Ratio of bottom 40% to top 10% labour income share (%)
7.3	Ratio of bottom 50% to top 50% labour income share (%)
7.4	Mean income of bottom 40% (% of national mean income)
7.5	Adjusted labour income share (%)
<b>Pillar VIII</b>	<b>Working Conditions (0–100 best)</b>
8.1	Workers' Rights Index (0–100 best)
8.2	Cooperation in labour-employer relations (1–7 best)
8.3	Meritocracy at work (1–7 best)
8.4	Employees working more than 48 hours per week (%)
8.5	Collective bargaining coverage ratio (%)
<b>Pillar IX</b>	<b>Social Protection (0–100 best)</b>
9.1	Guaranteed min. income benefits (% of median income)
9.2	Social protection coverage (% of population)
9.3	Social protection spending (% of GDP)
9.4	Social safety net protection (1–7 best)
<b>Pillar X</b>	<b>Inclusive Institutions (0–100 best)</b>
10.1	Corruption Perceptions Index (0–100 best)
10.2	Government and public services efficiency (score)
10.3	Inclusiveness of institutions (score)
10.4	Political stability and protection from violence (score)

Fonte: Adaptado de *World Economic Forum* (2020, p. 205-206).

## APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NO IPMS

Código e Nome do Indicador	Definição e Cálculo	Fonte
<b>Educação</b>		
1) ED_EEF - Taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental	Indicador de acesso das crianças ao ensino fundamental. Razão entre o número de crianças na faixa etária indicada para o fundamental matriculadas nesse nível de ensino e o número total de crianças nessa faixa etária, multiplicada por 100.	A) Matrículas: Ministério da Educação/INEP; B) População: IBGE e Fundação João Pinheiro.
2) ED_EEM - Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio	Indicador de acesso da população de 15 a 17 anos ao sistema educacional de referência para sua faixa etária, sem levar em conta a adequação idade-série. Razão entre o número de crianças na faixa etária indicada para o fundamental matriculadas nesse nível de ensino e o número total de crianças nessa faixa etária, multiplicada por 100.	
3) ED_IQGE- Índice de Qualidade Geral da Educação	Indicador calculado a partir dos resultados das provas de matemática e de língua portuguesa do PROEB, aplicada aos alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental, e 3ª série do ensino médio. Média ponderada dos 3 índices para as 2 matérias.	Secretaria Estadual de Educação (SEE/MG), PROE*Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica de Minas Gerais.
<b>Saneamento e Meio Ambiente</b>		
4) B_SMA_IDVH- *Proporção de internações por doenças de veiculação hídrica	Razão entre o número de internações por doenças de veiculação hídrica e o número total de internações da população residente, multiplicado por 100.	Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) - Datasus.
5) B_SMA_IDSI - *Proporção de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado	Razão entre o número de internações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado e o número total de internações da população residente, multiplicado por 100.	
6) B_SMA_PFC - *Participação nos focos de calor do estado	Razão entre o número de focos de calor identificados no município e o número total de focos de calor no Estado de Minas Gerais, multiplicado por 100.	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Programa Queimadas.
<b>Emprego e Renda</b>		
7) ECO_E - Taxa de emprego no setor formal	Número de empregados no setor formal, em 31 de dezembro, dividido pela população na faixa etária de 16 a 64 anos, em percentual.	A) número de empregados: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); B) população de 16 a 64 anos: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.**
8) ECO_R - Rendimento <i>per capita</i> no setor formal	Valor do rendimento total dos empregados do setor formal no mês de dezembro, em reais correntes, dividido pela população total do município.	A) valores de rendimento: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); B) população total dos municípios: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.**

9) ECO_PIB - PIB <i>per capita</i> a preços correntes	Corresponde ao valor do Produto Interno Bruto (PIB) total do município no ano dividido pela sua população total, em reais correntes.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fundação João Pinheiro (FJP)/ Diretoria de Estatística e Informações (DIREI).
<b>Saúde</b>		
10) B_SA_OSA - *Proporção de óbitos por causas mal definidas sem assistência médica	Razão entre o número de óbitos por causas mal definidas sem assistência médica e o número total de óbitos da população residente, multiplicado por 100.	Tabulador de Informações de Saúde (Tabnet). Portal da Vigilância e Proteção à Saúde. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG).
11) B_SA_NVBP - *Proporção de nascidos vivos com baixo peso	Razão entre o número de nascidos com menos de 2.500 gramas e o total de nascidos vivos, por município de residência da mãe, multiplicado por 100.	
12) SA_NVPN - Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal	Razão entre o número de nascidos vivos cujas mães fizeram 7 ou mais consultas de pré-natal e o total de nascidos vivos, por município de residência da mãe, multiplicado por 100.	
<b>Criminalidade e Segurança Pública</b>		
13) B_SP_CV - *Taxa de crimes violentos	Razão entre o número de ocorrências, registradas pelas polícias estaduais (militar e civil), de crimes violentos e a população do município; multiplicada por 100.000.	A) Observatório de Segurança Pública/Sejusp B) População total: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.**
14) B_SP_HD - *Taxa de ocorrências de homicídios dolosos	Razão entre o número de ocorrências, registradas pelas polícias estaduais (militar e civil), de homicídio doloso (conforme definição constante em Registros de Eventos de Defesa Social - REDS) e a população do município; multiplicada por 100.000.	
15) B_SP_HJ - *Taxa de mortalidade por homicídio da população de 15 a 29 anos	Razão entre o número de óbitos por homicídio (CID 10: X85-Y09) de residentes de 15 a 29 anos de idade e o número total de residentes nessa faixa etária, multiplicada por 100 mil.	Óbitos: Tabulador de Informações de Saúde (Tabnet). Portal da Vigilância e Proteção à Saúde. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG). População: Estimada pela Fundação João Pinheiro.
16) B_SP_HPT - *Taxa de mortalidade por homicídio da população total	Razão entre o número de óbitos por homicídio (CID 10: X85-Y09) de residentes e o número total de residentes, multiplicada por 100 mil.	
17) B_SP_MA - *Taxa de vítimas de mortes por agressão	Razão entre o número absoluto de vítimas de agressões por causas externas vítimas de agressões por causas externa (CID-10: X85-Y09), segundo a organização dos dados no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do DATASUS e a população do município, multiplicada por 100.000.	A) SIM/DATASUS - Inclui a categoria CID-10: X85-Y09; B) População total: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.**

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro, 2023.

\* Variáveis que foram invertidas antes de os testes serem executados.

\*\* A estimativa da população de 2019 foi feita na fonte por interpolação.

**APÊNDICE B - CÓDIGOS DAS MESORREGIÕES MINEIRAS**

<b>Mesorregiões</b>	
3101 - Noroeste de Minas	3107 - Metropolitana de Belo Horizonte
3102 - Norte de Minas	3108 - Vale do Rio Doce
3103 - Jequitinhonha	3109 - Oeste de Minas
3104 - Vale do Mucuri	3110 - Sul/Sudoeste de Minas
3105 - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	3111 - Campo das Vertentes
3106 - Central Mineira	3112 - Zona da Mata

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

**APÊNDICE C - ANÁLISE FATORIAL ROTACIONADA (VARIMAX) COM  
SUPRESSÃO DE *LOADINGS* ABAIXO DE 0.5 – 2000**

Rotated factor loadings (pattern matrix) and unique variances

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Uniqueness
ED_EEF				0.9474
ED_EEM				0.7232
ED_IQGE				0.7009
B_SMA_IDVH			0.7085	0.4750
B_SMA_IDSI			0.7383	0.4454
B_SMA_PFC				0.9188
ECO_E		0.8860		0.1996
ECO_PIB				0.9990
ECO_R		0.8682		0.2358
B_SA_OSA				0.7568
B_SA_NVBP				0.9872
SA_NVPN				0.9208
B_SP_CV				0.6215
B_SP_HPT	0.8788			0.2225
B_SP_HJ	0.6487			0.5703
B_SP_MA	0.8202			0.3205
B_SP_HD				0.7222

(blanks represent abs(loading)<.5)

Factor rotation matrix

	Factor1	Factor2	Factor3
Factor1	-0.5803	0.7339	0.3529
Factor2	0.7992	0.4300	0.4200
Factor3	-0.1565	-0.5258	0.8361

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

**APÊNDICE D - ANÁLISE FATORIAL ROTACIONADA (VARIMAX) COM SUPRESSÃO DE *LOADINGS* ABAIXO DE 0.5 – 2010**

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Uniqueness
ED_EEF				0.9644
ED_EEM				0.9463
ED_IQGE				0.8787
B_SMA_IDVH			0.8809	0.2178
B_SMA_IDSI			0.8794	0.2226
B_SMA_PFC				0.9529
ECO_E		0.9225		0.1454
ECO_PIB				0.9539
ECO_R		0.9024		0.1784
B_SA_OSA				0.9545
B_SA_NVBP				0.9913
SA_NVPN				0.8696
B_SP_CV				0.5956
B_SP_HPT	0.8839			0.2186
B_SP_HJ	0.6905			0.5136
B_SP_MA	0.8307			0.3081
B_SP_HD	0.7766			0.3822

(blanks represent abs(loading) < .5)

Factor rotation matrix

	Factor1	Factor2	Factor3
Factor1	0.9761	-0.1837	0.1160
Factor2	0.1132	0.8858	0.4500
Factor3	-0.1855	-0.4261	0.8855

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

**APÊNDICE E - ANÁLISE FATORIAL ROTACIONADA (VARIMAX) COM SUPRESSÃO DE *LOADINGS* ABAIXO DE 0.5 – 2019**

Variable	Factor1	Factor2	Factor3	Uniqueness
ED_EEF				0.9383
ED_EEM				0.9851
ED_IQGE				0.8886
B_SMA_IDVH			0.7730	0.3978
B_SMA_IDSI			0.7734	0.3937
B_SMA_PFC				0.9481
ECO_E		0.9311		0.1284
ECO_PIB				0.7663
ECO_R		0.9398		0.1155
B_SA_OSA				0.9848
B_SA_NVBP				0.9947
SA_NVPN				0.9576
B_SP_CV				0.7738
B_SP_HPT	0.9697			0.0587
B_SP_HJ	0.7491			0.4386
B_SP_MA	0.9752			0.0486
B_SP_HD	0.7487			0.4356

(blanks represent abs(loading)<.5)

Factor rotation matrix

	Factor1	Factor2	Factor3
Factor1	0.9976	-0.0058	0.0687
Factor2	-0.0113	0.9694	0.2453
Factor3	-0.0680	-0.2454	0.9670

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

**APÊNDICE F - COMPOSIÇÃO DO FATORES DE RENDA E EMPREGO,  
HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE/MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO, E  
SEGURANÇA PÚBLICA DO ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

2000		
Dimensões	Peso no IMRS	Variável
Renda e emprego	15	Consumo residencial <i>per capita</i> de energia elétrica
		Rendimento médio do setor formal
		Empregados do setor formal em relação à população de 16 a 64 anos
		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
Habitação e meio ambiente	15	% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada
		% de pessoas que vivem em domicílios com água encanada e banheiro
		% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo
		Gasto <i>per capita</i> com infraestrutura e meio ambiente
		% da população com disposição adequada de lixo
		% da população com tratamento de esgoto
Segurança Pública	10	Taxa de Crimes Contra a Pessoa
		Taxa de Crimes Contra o Patrimônio
		Número de pessoas por policial militar
		Número de pessoas por juiz na comarca
2010		
Dimensões	Peso no IMRS	Variável
Renda e Emprego	15	Consumo residencial <i>per capita</i> de energia elétrica
		Rendimento médio do setor formal
		Taxa de emprego no setor formal
		Produto interno bruto <i>per capita</i>
		Esforço de investimento
		Gasto municipal total <i>per capita</i>
Meio ambiente e Saneamento	10	% da população com acesso ao abastecimento de água e com banheiro
		% da população urbana atendida com esgoto tratado
		% da população urbana atendida com lixo tratado
		% da população afetada por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado
		% de cobertura vegetal por flora nativa
		% de cobertura vegetal por reflorestamento
		% de área de proteção integral
		% de área de uso sustentável
Gasto <i>per capita</i> do município com meio ambiente, saneamento e habitação		

		Esforço orçamentário com meio ambiente, saneamento e habitação
<b>Segurança Pública</b>	10	Crimes violentos contra a pessoa
		Crimes violentos contra o patrimônio
		Habitantes por policiais civis e militares
		Gasto <i>per capita</i> em segurança pública
		Percentual dos gastos em segurança pública
<b>2018</b>		
<b>Dimensões</b>	<b>Peso no IMRS</b>	<b>Variável</b>
<b>Renda e Emprego</b> - Essa dimensão foi retirada do cálculo do IMRS a partir de 2016.		
<b>Habitação e meio ambiente</b>	15	% da população urbana em domicílios com abastecimento de água (rede)
		% da população urbana em domicílios com esgotamento sanitário (rede)
		% de esgoto tratado
		% da população urbana atendida com coleta direta de lixo
		Disposição final do lixo coletado
		Índice de Esforço de Gestão das Políticas de Saneamento Básico
<b>Segurança Pública</b>	15	Taxa de ocorrências de homicídios dolosos (instituições de segurança pública)
		Taxa de crimes violentos contra o patrimônio
		Habitantes por policial militar

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro (s.d.).

## ARTIGO 3 - EFEITO DOS CONDICIONANTES ESTATAIS NO POTENCIAL DE MOBILIDADE SOCIAL

### 1 INTRODUÇÃO

Para que qualquer cidadão possa alcançar o êxito por meio do seu esforço, os privilégios de origem e a desigualdade de oportunidades devem ser mitigados da equação por meio da ação do poder público. Isso se observa, por exemplo, pelo fato de que a persistência intergeracional de educação – a transmissão do grau de escolaridade de pai para filho – é maior para os filhos de pais com baixa escolaridade, o que reflete em desigualdade de mobilidade entre raças e regiões do Brasil, uma vez que negros e nordestinos têm seu grau de escolaridade muito mais determinado pelo nível educacional dos seus pais do que brancos que vêm do sudeste (Bourguignon; Ferreira; Menéndez, 2004; Daude; Robano, 2015).

Esse padrão ilustra a transmissão intergeracional do *status* socioeconômico de pais para filhos, que pode ocorrer, principalmente, através da persistência educacional (Bourguignon; Ferreira; Menéndez, 2004; Daude; Robano, 2015; Duryea *et al.*, 2019), ocupacional (Ferreira; Veloso, 2006; Lo Bello; Morchio, 2022) e/ou de renda (Corak, 2006; Neidhöfer, 2019). Essa transmissão de habilidades, de (des)vantagens, de *networking*, entre outros elementos, é um dos determinantes com maior peso para a desigualdade de oportunidades. Isso significa que para romper o ciclo de imobilidade e reduzir a desigualdade de oportunidades, é necessário que haja uma redução do peso do *background* familiar nas chances de sucesso do indivíduo (Corak, 2013).

Não se trata de um tema restrito ao sul global ou aos países subdesenvolvidos. De fato, trata-se de um problema complexo que acomete, em diferentes proporções e contornos, todo o planeta. O *World Economic Forum* (WEF) constatou, por meio da análise do Índice Global de Mobilidade Social, que poucas nações ofertam condições favoráveis à mobilidade social de sua população, associando esse resultado negativo ao perfil cada vez mais estrutural da desigualdade entre as nações. De acordo com a instituição, as nações que consistem nas 10% mais ricas possuem 3,5 vezes a riqueza dos 40% que estão na base da pirâmide (WEF, 2020).

Por razões como essa, a mobilidade social está na agenda internacional de políticas públicas e desenvolvimento há décadas, com sutis diferenças de

abordagens, a exemplo de *poverty transmission* (Harper; Marcus; Moore, 2003; Papanastasiou; Papatheodorou, 2017), *cycle of disadvantage* (Frazer; Marlier, 2014; Burger; Walk, 2016; Cheng *et al.* 2016) ou simplesmente *intergenerational cycle of poverty* (Jones, 2016; Araujo; Bosch; Schady, 2018; Van Ryzin; Fishbein; Biglan, 2018).

Com base no exposto, tem-se o papel do Estado como promotor de políticas públicas afirmativas e assertivas, que foquem nos grupos que mais demandam atenção. Um exemplo de ação pública que visa tal provimento, são os programas de transferência de renda que vêm sendo implementados para reduzir a desigualdade e proporcionar dignidade básica aos cidadãos. Esse tipo de política pública provou ser eficaz para reduzir a pobreza extrema em todo o mundo (Glewwe; Kassouf, 2012; Araujo; Bosch; Schady, 2018).

Vale ressaltar, porém, que apenas reduzir a pobreza não significa diminuir a desigualdade de oportunidades e melhorar o *status* socioeconômico para as gerações futuras. Moreira (2016, p. 11, tradução nossa) chamou a atenção para essa questão ao verificar que “para minimizar desigualdades e promover empoderamento, mudanças são necessárias nas estruturas sociais e econômicas, capazes de promover mobilidade coletiva, não a mobilidade em termos individuais”.

Além disso, a distribuição de renda sozinha não é suficiente para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Para que políticas públicas incorram em benefícios coletivos e não apenas individuais, a mobilidade social precisa ser monitorada de perto pela Administração Pública, principalmente, devido ao fato de a mobilidade intergeracional consistir em uma questão sensível às características do local em que os indivíduos cresceram. Quanto a isso, Chetty e colaboradores (2014, p. 1557, tradução nossa) identificaram que “áreas com altos níveis de mobilidade relativa tendem a ter melhores resultados para crianças de família de baixa renda”. Portanto, faz-se necessário que os governos conheçam os fatores que de fato têm influenciado na mobilidade social no nível geograficamente mais próximo à população, para, assim, criarem políticas públicas que tragam os impactos desejados.

Partindo do exposto, este artigo se propôs a **verificar o efeito dos condicionantes estatais no potencial de mobilidade social dos municípios**. No âmbito deste artigo, condicionantes estatais consistem em fatores ofertados pelo poder público e que promovem condições de mobilidade social. Com os resultados

deste estudo, deixa-se uma contribuição não só para a agenda de pesquisa, mas também para a elaboração de políticas públicas que almejam resultados socioeconômicos de longo prazo.

O tópico a seguir discute os condicionantes estatais identificados na literatura até o momento; o próximo, detalha as escolhas metodológicas para a condução da pesquisa. Após, foram descritos os resultados dos testes realizados e, na sequência, esses achados foram comparados com a literatura, provendo *insights* para as considerações finais do artigo.

## **2 CONDICIONANTES ESTATAIS DE MOBILIDADE SOCIAL**

O presente artigo parte do pressuposto que o fluxo intergeracional de indivíduos entre os estratos socioeconômicos pode ser compreendido por meio da análise de dois conjuntos de fatores: individuais e contextuais (Pastore; Silva, 2000; Jimenez; Jimenez, 2019). Os fatores individuais são aqueles inerentes a cada um, compostos por características fisiológicas, comportamentais e demográficas, tais como investimento pessoal em educação, escolhas profissionais e dedicação, que são aqueles que distinguem as pessoas umas das outras e sobre os quais o governo não possui poder de influência no período corrente, somente nas gerações futuras.

Um exemplo que analisou fatores individuais associados à mobilidade social, foi o estudo de Flor, Laguardia e Campos (2014, p. 1874), no qual se observou o seguinte padrão de pessoas que vivenciaram ascensão social quando comparadas ao *status* de seus pais: “mulheres, indivíduos mais jovens, com mais anos de estudo, que não avaliaram sua saúde como ruim ou muito ruim e apresentaram melhor pontuação de QV [qualidade de vida] física”. Algumas dessas características são fisiológicas e fogem ao controle do indivíduo ou de sua família, como gênero e idade; enquanto outras são resultados de escolhas feitas ao longo da vida, a saber, escolaridade e condição de saúde e de qualidade de vida.

Elementos contextuais, por sua vez, são aqueles relacionados ao ambiente em que o indivíduo nasce e cresce, e não controláveis por ele ou seus responsáveis, tais como condições do mercado, índices socioeconômicos da região, oferta de serviços públicos, entre outros. Tanto os elementos contextuais quanto alguns individuais, podem ser afetados direta e indiretamente por políticas públicas e ações

governamentais sob uma perspectiva intergeracional. Jannuzzi e Montagner (2020) endossam essa afirmativa ao concluir que o Estado foi crucial para a retomada da mobilidade social o século XXI:

as mudanças sociais observadas no país, sobretudo após 2004, guardam forte relação com a ampliação do escopo e escala de políticas públicas – econômicas e sociais – que vieram, em um contexto de contínua e expressiva legitimação eleitoral, implementar a agenda progressista de efetivação de direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 (Jannuzzi; Montagner, 2020, p. 247).

A título de exemplo, se a qualificação (atributo individual) é determinante para o indivíduo galgar uma profissão com *status* superior à de seu pai, o Estado precisa oferecer essa condição para que todos tenham acesso igualitário à educação de qualidade (fator contextual) e possam competir com base em seus atributos individuais. Algumas modalidades de programas assistencialistas têm se mostrado eficientes com relação a essa oferta de condições nas últimas décadas, com destaque para os programas de transferência condicionada, uma vez que esse tipo de ação pública tem o potencial de fomentar o consumo, além de impulsionar novos hábitos e empoderar de fato os beneficiários (Neidhöfer *et al.*, 2018; Papanastasiou; Papatheodorou, 2017; Sandberg, 2012).

Para que esses programas sejam efetivos, devem ser estabelecidas condições estratégicas, metas de longo prazo e técnicas de acompanhamento que sejam capazes de capturar as mudanças ao longo do tempo. Logo, para que seja possível o desenvolvimento de tais ações, compreender os determinantes da mobilidade social do contexto analisado se faz necessário, e duas vertentes têm sido frequentemente adotadas para a compreensão do caso brasileiro.

Começando pela Teoria do Capital Humano, Schultz (1961) propôs os três principais elementos que compõem o capital humano: educação; experiência, aliando treinamento e atuação no trabalho; e migração, não necessariamente definitiva, mas, principalmente, para aproveitar oportunidade temporárias como estágios e imersões, expressando a ambição do indivíduo. Neves e Fernandes (2002) especificam que na dinâmica econômica contemporânea, a primeira variável é a principal, aquela mensurada a partir da escolaridade; e a segunda é usada para verificar uma competência específica, medida frequentemente a partir de anos de atuação. Esses

dois fatores unidos geram efeitos diretos nos rendimentos de empregadores e empregados, enquanto o terceiro elemento tem um efeito mais limitado.

Vale destacar que o nível educacional do indivíduo é o maior determinante da mobilidade social ascendente brasileira, independente da teoria que esteja sendo abordada (Ribeiro; Carvalhaes, 2020). Por outro lado, o nível educacional dos pais representa o fator que mais pesa na desigualdade de oportunidades no país, segundo Bourguignon, Ferreira e Menéndez (2004). Para os autores, enfraquecer o peso da escolaridade dos pais nos ganhos dos filhos deveria ser o foco de políticas públicas que buscam reduzir essa desigualdade de oportunidades. Logo, a educação desempenha diversos papéis no fenômeno e todos precisam ser considerados pelo poder público ao desenvolver suas ações.

O investimento em outras áreas também incrementa o capital humano. Leeds (2015) concluiu que o tempo que os jovens despendiam em atividades esportivas regulares se convertia em ganho tanto habilidades cognitivas, como desempenho escolar quanto não-cognitivas, como disciplina e trabalho em grupo, que refletiam na atuação e nos ganhos no mercado de trabalho. Além disso, Bonamino e colaboradores (2010) observaram que o capital cultural influencia no desempenho acadêmico dos alunos estudados; logo, entende-se que há uma relação entre acesso à cultura e ganhos em capital humano.

Aliando o investimento em capital humano com as necessidades do mercado, a teoria induz à premissa de que quanto maior o incremento no lucro do empregador proveniente da qualificação, maior seria a relevância de alto nível de instrução para a contratação. Com isso, maior também seria o rendimento do trabalhador, impulsionando a mobilidade ascendente. Sendo assim, espera-se que o provimento de condições relacionadas à educação, esporte, cultura e experiência por parte do Estado gere efeito significativo e positivo no potencial de mobilidade social dos municípios.

A segunda vertente é a Teoria da Segmentação de Mercado, usada ora para contrapor, ora para complementar a Teoria do Capital Humano, trazendo fatores ambientais para a delimitação do fluxo ocupacional. A premissa básica é de que há mais condições de ascensão para um indivíduo que atua no segmento mais alto da escala mercadológica do que para aquele que trabalha no mais baixo, por conta de determinadas barreiras que tal indivíduo enfrenta (Harrison; Sum, 1979).

Pastore e Silva (2000) identificaram essa segmentação em duas dimensões do mercado brasileiro. A primeira se configura na barreira rígida separando os meios rural/urbano, e isso fortemente se dá devido à grande desvantagem enfrentada pela população da zona rural em termos de acesso a serviços essenciais, como educação e saúde, o que representa um forte empecilho à mobilidade. Vale destacar que Iversen, Krishna e Sen (2019) constataram que o local de residência é de fato relevante para compreender a mobilidade social em países em desenvolvimento.

A segunda segmentação está presente no abismo que separa os estratos manual/não-manual, principalmente por conta da grande diferença de escolaridade demandada pelas ocupações, que reflete em uma ampla distinção salarial. Os autores concluíram que para “subir na escala social, por força da competição no mercado de trabalho, depende fundamentalmente de sair do meio rural e dos nichos das ocupações manuais” (Pastore; Silva, 2000, p. 59).

A terceira segmentação marcante na realidade brasileira é a distinção de ganhos entre o trabalho formal e o informal, uma vez que sem as garantias trabalhistas e sem a estabilidade, o trabalhador do ramo informal vive em uma desvantagem que é difícil transpor. De fato, o esvaziamento do setor informal consiste em uma estratégia eficaz para a redução da desigualdade de renda e aumento da mobilidade ascendente (Ribeiro, 2019). Retomando a Teoria da Segmentação de Mercado, o corrente cenário brasileiro ideal para a mobilidade social ascendente fica na zona urbana, quando se trabalha formalmente em estratos não-manuais.

É preciso, então, que as divisões entre esses segmentos sejam mais permeáveis, para que cidadãos possam transitar entre os estratos. Ribeiro (2019, p. 72) constatou “que o mercado de trabalho no Brasil, de fato, é um grande revelador e gerador de desigualdade de renda”, marcado por “elevada discriminação e segmentação”. Dessa forma, é necessário que o Estado atue no combate ao trabalho informal; na melhoria de acesso a serviços essenciais para a população rural; na melhoria da qualidade da educação; e na valorização do trabalhador manual para que haja uma real mobilidade social. Diante disso, para a verificação dos condicionantes estatais, tem-se a hipótese de que o provimento de condições relacionadas a melhorias no setor rural, ao incentivo à formalização do emprego e à valorização do trabalho manual por parte do Estado, gere efeito significativo e positivo no potencial de mobilidade social dos municípios.

Após abordados os determinantes mais comumente trabalhados, apresentam-se outros fatores que têm se mostrado relevantes para verificar as chances que o indivíduo tem de alcançar uma melhor qualidade de vida. A saúde tem sido estudada ora como consequência, ora como efeito da mobilidade social, por meio de diferentes abordagens. Gugushvili e Präg (2020) desenvolveram uma pesquisa na Rússia e verificaram que pessoas que ascendiam economicamente desfrutavam de uma saúde melhor do que aqueles que descendiam, apontando o efeito da mobilidade na saúde.

Flor, Laguardia e Campos (2014), por sua vez, averiguaram o movimento contrário: o efeito da saúde na mobilidade social intergeracional. Eles utilizaram dados da Pesquisa Dimensões Sociais das Desigualdades (PDSD), de 2008, cuja amostra abrange todas as regiões brasileiras e é composta por 12.423 pessoas com mais de 20 anos de idade, sendo elas chefes de família e cônjuges. Entre outros fatores, foi analisado o domínio dos componentes físicos, composto por informações sobre capacidade funcional, aspectos físicos, dor corporal, estado geral de saúde e vitalidade. Esse domínio “mostrou-se um preditor das chances de mobilidade ascendente” (p. 1870), haja vista que as possibilidades de alcançar um *status* socioeconômico maior que dos pais aumenta quanto melhores são os componentes físicos do indivíduo. Resultados assim levaram os proponentes deste projeto à expectativa de que o provimento de condições relacionadas ao acesso à saúde por parte do Estado gere efeito significativo e positivo no potencial de mobilidade social dos municípios.

A questão de gênero no mercado de trabalho é complexa, uma vez que a intensificação da participação da mulher se deu a partir da década de 1970, e esse fenômeno veio acompanhado de segregação ocupacional – marcado por trabalhos ditos femininos, logo, inferiorizados –, desemprego feminino e disparidades salariais. Além disso, as mulheres economicamente ativas dos anos 1970, solteiras, jovens e pouco instruídas, já não eram mais as mesmas em 1980, casadas, na casa dos 30 anos, com maior *status* social. Ademais, nos 1990 a força de trabalho feminina já se mostrava mais competitiva e, ainda assim, mulheres são a maioria no trabalho informal e doméstico, o que revela disparidades de gênero no fluxo social (Hoffmann; Leone, 2004).

Athias e Matos (2012) focaram na mobilidade ocupacional – a transição de carreira dos indivíduos – e constataram que a imobilidade e a mobilidade descendente

são maiores entre as mulheres, e que, de fato, os homens vivenciaram maior mobilidade ascendente entre 1988 e 2008. Destaca-se que esses resultados aparecem de forma inter e intrageracional, em outras palavras, que os homens transitaram mais positivamente quando se compara a situação corrente com a primeira ocupação e com a profissão de seu pai. Um ponto positivo averiguado pelos autores é que o quantitativo que representa a diferença entre os gêneros tem reduzido com o tempo.

Barreiras que impedem a ascensão de um grupo social geram consequências para todo o cenário socioeconômico e com a mobilidade social não é diferente. Portanto, parte-se da premissa que o provimento de condições favoráveis à atuação feminina no mercado de trabalho por parte do Estado gere efeito significativo e positivo no potencial de mobilidade social dos municípios. Como exemplo, fomentar o aumento de vagas em centros educacionais infantis e a criação de novas instituições como essa, são ações que interferem diretamente na possibilidade de mães trabalharem.

Destaca-se que os condicionantes que de fato influenciarão na fluidez social irão variar de acordo com o contexto analisado, tanto por conta da realidade socioeconômica quanto pela própria atuação do Estado. A título de ilustração, tem-se que populações de países em desenvolvimento são mais sensíveis a fatores que envolvem acesso a crédito e local de residência do que países desenvolvidos (Iversen; Krishna; Sen, 2019). Sendo assim, os resultados encontrados no presente artigo retratam a realidade dos municípios mineiros, no momento de estudo, e podem divergir de achados de estudos que analisaram outros locais.

Apresentado o embasamento teórico e contextual referente aos condicionantes estatais de mobilidade social, tem-se, a seguir, o recorrido metodológico que se adotou neste estudo.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para verificar os condicionantes estatais que influenciam no potencial de mobilidade social, foi adotado o Índice de Potencial de Mobilidade Social (IPMS) como *proxy*. Criada por Franklin (no prelo) para os anos de 2000, 2010 e 2019, a variável dependente consiste em um indicador formado por variáveis relacionadas à Educação, Saúde, Saneamento e Meio Ambiente, Economia e Segurança Pública,

sendo que as três últimas dimensões, na respectiva ordem de importância, explicam mais de 90% do índice.

Após, foram coletadas variáveis explicativas que materializam as condições abordadas no referencial do presente artigo. Uma vez que este artigo foi desenvolvido no campo da Administração Pública, foram trabalhados os fatores condicionantes que podem ser ofertados por meio de ações estatais e governamentais. Vale pontuar a diferença principal entre as variáveis que compõem o IPMS e as regressoras: as primeiras, são indicadores que ilustram a 'situação' em que se encontra o município, como Taxa de escolarização líquida do Ensino Fundamental; enquanto que as demais, representam 'condições' que o Estado oferta e influencia a situação em que se encontra o ambiente local – Existência de Conselho Municipal de Educação. Essa diferenciação é crucial para a compreensão assertiva de como o município está em detrimento ao que deve ser feito para que seu potencial de mobilidade social melhore.

Além disso, foram coletadas variáveis de condição relacionadas às dimensões de Saneamento e Meio Ambiente, e Segurança Pública. Essas dimensões não foram apresentadas explicitamente como condicionantes pela literatura de mobilidade social, mas se mostram relevantes por comporem a variável dependente deste estudo, sendo válido verificar se elas possuem efeito sobre o IPMS. Por isso, existem esforços que precisam ser despendidos para alcançar os resultados averiguados, tais como volume de investimentos, quantidade de servidores públicos por habitantes, existência de instrumentos democráticos, entre outros.

Partindo da compreensão de que locais que ofertam serviços públicos de qualidade são mais propensos ao aumento de índices de desenvolvimento socioeconômico e de qualidade de vida de sua população (Araújo; Netto Júnior; Siqueira, 2022), espera-se que o provimento de condições que melhorem serviços de saneamento básico, meio ambiente e segurança pública por parte do Estado gere efeito significativo e positivo no potencial de mobilidade social dos municípios. De forma complementar, entende-se que em locais com altos níveis de violência, os moradores apresentam menos oportunidades de mobilidade social (Chetty *et al.*, 2014); logo, o aumento dos níveis de violência reduz o potencial de mobilidade social do município.

Outro fator que se mostra relevante verificar é a saúde fiscal dos municípios mineiros, uma vez que os municípios vêm enfrentando desafios nessa seara (Oliveira;

Magalhães, 2022). Não foram encontrados estudos que relacionem saúde das contas públicas com mobilidade social. Entretanto, Silva e Crisóstomo (2019) e Santos e colaboradores (2018) constataram que uma gestão fiscal eficiente gera efeitos positivos sobre o desenvolvimento socioeconômico local. Diante disso, espera-se que o respeito à saúde fiscal dos municípios gere efeito significativo e positivo no potencial de mobilidade social dos municípios.

O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas na análise, juntamente com o efeito esperado em relação ao IPMS, separadas por dimensão condicionante. A composição dessas variáveis está sintetizada no Apêndice A.

Optou-se por verificar, por meio das variáveis de controle, duas possíveis associações: (i) se o tamanho do município interfere seu potencial de mobilidade social (Pop - Classe Populacional); e (ii) se a mesorregião em que se encontra a cidade é um determinante do seu desempenho (Meso - Mesorregião mineira). Para ambas as variáveis, baseia-se na Teoria da Segmentação de Mercado (Harrison; Sum, 1979; Pastore; Silva, 2000; Iversen; Krishna; Sen, 2019) para hipotetizar que os maiores municípios possuem maior IPMS, devido ao perfil mais dinâmico de sua economia poder ser atrelado à maior oferta de empregos, principalmente com altos salários. Da mesma forma, considerando as dinâmicas regionais, espera-se que o fato de o município estar localizado em uma mesorregião com melhores indicadores socioeconômicos influencie positivamente no seu potencial de mobilidade social.

Quanto ao ano das variáveis coletadas, optou-se inicialmente por utilizar variáveis de condição para os anos 2000, 2010 e 2019, o mesmo período do IPMS, visto que o caráter exploratório do estudo e a multidisciplinariedade de indicadores analisados impossibilitou a determinação de um período de latência entre condicionantes e resultados. Sendo assim, tal escolha se fundamenta na premissa de continuidade, reconhecendo que no contexto intergeracional da pesquisa a manifestação de efeitos não é imediata, tampouco se conhece, na presente pesquisa, o tempo que pode levar para se tornar evidente.

Além disso, a natureza não-causal dos modelos de regressão, que explora relações estatísticas em vez de inferências causais diretas, permite uma abordagem mais flexível. Contudo, diversas variáveis não estavam disponíveis para o ano 2000; portanto, optou-se por realizar a análise para 2010 e 2019.

Quadro 1 – Fatores condicionantes – Anos 2010 e 2019

Cod.	Variável	Efeito
Pop	Classe Populacional	n/a
Meso	Mesorregião mineira	n/a
AS_EC	Existência de Conselho Municipal de Assistência Social	+
AS_ECT	Existência de Conselho Tutelar	+
AS_GPC	Gasto com atividades de assistência social e cidadania <i>per capita</i>	+
CL_EC_CUL	Existência de Conselho Municipal de Cultura	+
CL_GPC_PC	Gasto com atividades de preservação do patrimônio cultural <i>per capita</i>	+
CL_GPC	Gasto com difusão cultural <i>per capita</i>	+
CL_L_PC	Existência de legislação municipal do patrimônio cultural	+
CV_EC_H	Existência de Conselho Municipal de Habitação	+
CV_GPC_H	Gasto com habitação <i>per capita</i>	+
CV_GPC_I	Gasto com infraestrutura <i>per capita</i>	+
DR_GPC_A	Gasto com agropecuária <i>per capita</i>	+
DR_GPC_RA	Gasto com reforma agrária e colonização <i>per capita</i>	+
ED_GM	Gasto mínimo da educação (Art. 212, CF/88)	+
ED_EC	Existência de Conselho Municipal de Educação	+
ED_GPC	Gasto com atividades de educação <i>per capita</i>	+
EM_GPC_AT	Gasto com apoio ao trabalho <i>per capita</i>	+
EM_GPC_DE	Gasto com desenvolvimento econômico <i>per capita</i>	+
EM_GPC_T	Gasto com turismo <i>per capita</i>	+
ES_EC	Existência de Conselho Municipal de Esportes em Atividade	+
ES_EI	Existência de pelo menos uma instalação de esporte	+
ES_GPC	Gasto com esporte e lazer <i>per capita</i>	+
GE_EC	Existência de Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher	+
RF_BO	Balanco orçamentário	+
RF_CM_RCL	Percentual do custeio da máquina em relação à Receita Corrente Líquida (RCL)	+
RF_END	Endividamento - Participação da dívida consolidada líquida na receita corrente líquida	+
RF_I_DT	Percentual do investimento em relação à despesa total	+
SA_EC	Existência de Conselho Municipal de Saúde	+
SA_G_RIT	Percentual do gasto em saúde em relação à receita de impostos e transferências (EC 29)	+
SA_GPC	Gasto com atividades de saúde <i>per capita</i>	+
SM_ECC_S	Existência de Conselho Municipal de Saneamento	+
SM_EOC_S	Existência de órgãos colegiados de caráter consultivo para saneamento	+
SM_GPC_MA	Gasto com meio ambiente <i>per capita</i>	+
SM_GPC_S	Gasto com saneamento <i>per capita</i>	+
SP_GPC	Gasto com segurança pública <i>per capita</i>	+
SP_HPM	Razão entre habitantes por policial militar	+
SP_MSC	O município é sede de comarca	+
SP_R_MP	Razão entre homicídios dolosos por policial militar	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Primeiramente, foram observados separadamente os efeitos dos condicionantes sobre o IPMS para cada ano. Para tanto, foi realizada uma Regressão Linear Múltipla sobre os índices, estando eles na escala de 0 a 1, segundo pressupostos de Hair *et al.* (2009). Após, calculou-se a variação dos índices ao longo do tempo, criando o Índice Ponderado de Potencial de Mobilidade Social (IPPMS), que foi categorizado em três níveis: alto ( $> \text{Média} + \text{Desvio padrão}$ ), médio (municípios com valores  $\leq \text{Média} + \text{Desvio padrão}$  e  $\geq \text{Média} - \text{Desvio padrão}$ ) e baixo ( $< \text{Média} - \text{Desvio padrão}$ ), para observar em qual classificação cada condicionante possui maior poder de explicação.

Partindo disso, realizou-se uma Regressão Logística utilizando as variáveis independentes para prever o IPMS. Algumas vantagens dos modelos de regressão logística são “que eles acomodam todos os tipos de variáveis independentes (métricas e não-métricas) e não exigem a suposição de normalidade multivariada” (hair *et al.*, 2009, p. 34). Como a variável dependente é ordinal e possui três níveis de codificação, foi adotado mais especificamente um modelo *logit* multinomial, que permitiu observar a probabilidade de um evento ocorrer em cada um dos três níveis da variável dependente (Lara, 2012).

#### **4 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS**

Nesta seção, foram apresentados, de forma descritiva, os resultados encontrados para os testes de regressão linear e logística. Uma vez que os resultados se mostraram convergentes, eles foram analisados à luz da literatura mais adiante, no tópico que segue (5. Discussão de Resultados). Já as tabelas com as estatísticas descritivas completas estão no Apêndice B.

Primeiramente, foram realizadas 13 regressões lineares para cada ano, sendo cada um correspondente a uma categoria, totalizando 26 modelos para os dois anos. Optou-se por esse formato para que fosse possível observar o poder de explicação de cada área, algo relevante para a atuação do poder público.

Tabela 1 – Regressão Linear: Variáveis Estatisticamente Significativas, 2010 e 2019

2010						
Modelo			Regressoras			
Categoria do modelo	R <sup>2</sup>	p	Variável	p	Estimativa	Erro padrão
Segurança Pública	0.420	0.001	Razão entre homicídios dolosos por policial militar	0.001	-0.329	0.014
Controle	0.290	0.001	Mesorregião	0.001	n/a	n/a
Responsabilidade Fiscal	0.087	0.017	Percentual do investimento em relação à despesa total	0.017	-0.001	0.000
Saúde	0.086	0.001	Gasto com atividades de saúde <i>per capita</i> (mil reais)	0.001	0.112	0.000
Educação	0.070	0.001	Gasto com atividades de educação <i>per capita</i> (mil reais)	0.001	0.101	0.000
Cultura	0.027	0.004	Existência de legislação municipal do patrimônio cultural	0.004	0.018	0.006
Condição de Vida	0.025	0.001	Gasto com infraestrutura <i>per capita</i> (mil reais)	0.001	0.061	0.000
Economia e Mercado	0.019	0.013	Gasto com turismo <i>per capita</i> (mil reais)	0.013	0.371	0.000
Esporte	0.016	0.017	Gasto com esporte e lazer <i>per capita</i> (mil reais)	0.017	0.205	0.000
2019						
Modelo			Regressoras			
Categoria do modelo	R <sup>2</sup>	p	Variável	p	Estimativa	Erro padrão
Controle	0.346	0.001	Mesorregião	0.001	n/a	n/a
Segurança Pública	0.328	0.001	Razão entre homicídios dolosos por policiais militares	0.001	-0.366	0.019
Educação	0.084	0.001	Gasto com atividades de educação <i>per capita</i> (mil reais)	0.001	0.034	0.000
Saúde	0.083	0.001	Gasto com atividades de saúde <i>per capita</i> (mil reais)	0.001	0.049	0.000
Condição de Vida	0.053	0.001	Gasto com infraestrutura <i>per capita</i> (mil reais)	0.001	0.048	0.000
Cultura	0.041	0.003	Existência de legislação municipal do patrimônio cultural	0.003	0.026	0.009
Assistência Social	0.026	0.001	Gasto com atividades de assistência social e cidadania <i>per capita</i> (mil reais)	0.001	0.117	0.000
Saneamento e Meio Ambiente	0.024	0.001	Gasto com saneamento <i>per capita</i> (mil reais)	0.001	0.072	0.000
Esporte	0.013	0.001	Gasto com esporte e lazer <i>per capita</i> (mil reais)	0.001	0.188	0.000

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Para verificar quais fatores de fato influenciam no potencial de mobilidade social de um município, observou-se as estatísticas de multicolinearidade, como VIF e Tolerance, e a presença de autocorrelação mínima por meio do teste Durbin-Watson (DW), para cada variável, em todos os modelos. Uma tabela com todos esses resultados se encontra no Apêndice C, enquanto a Tabela 1 trouxe os modelos que apresentaram associação significativa com a variável dependente.

Para cada ano, nove modelos se mostraram ajustados e, em cada modelo, uma variável não apresentou problemas de colinearidade ou autocorrelação em cada modelo. Verificou-se que as categorias Cultura, Condições de Vida, Educação, Esporte, Saúde e Segurança Pública, tiveram uma variável regressora cuja associação foi estatisticamente significativa em ambos os períodos, enquanto os modelos referentes a Desenvolvimento Rural e Gênero não foram significativos para nenhum ano. Entre as variáveis significativas, apenas em 2010, verificou-se que gasto *per capita* com turismo teve associação positiva com o IPMS, enquanto que o percentual do investimento em relação à despesa total influencia negativamente o IPMS. Em contraste, em 2019, tem-se que gastos *per capita* com atividades de assistência social e com saneamento influenciam positivamente o potencial de mobilidade social dos municípios.

A análise comparativa entre variância total explicada pelo modelo ( $R^2$ ) dessas regressões lineares, revela padrões e mudanças significativas associadas à variável dependente. Em 2010, a segurança pública se destacou como o modelo mais bem aderido ao IPMS. Em 2019, o  $R^2$  do modelo caiu 21,9%, sugerindo a redução do impacto da segurança na mobilidade social. Outras categorias que experimentaram redução nesse quesito foram "Saúde" e "Esporte", com quedas de 3.49% e 18.75%, respectivamente. A diminuição no coeficiente dessas variáveis sugere uma atenuação da influência positiva dos gastos *per capita* em saúde e esporte e lazer no IPMS ao longo do tempo.

Por outro lado, a categoria "Condição de Vida" teve um aumento de 112% da variância total explicada entre 2010 e 2019, sugerindo maior relevância do modelo para a compreensão do potencial de mobilidade social. Além disso, Cultura, Educação e Controle apresentaram aumento coeficientes de explicação de 51,85%, 20% e 19,31%, indicando uma maior relevância relativa do modelo de 2019.

Destaca-se que a categoria Controle passou a possuir o maior poder de explicação (34,56%), em 2019. Essa mudança sugere uma ampliação do papel da localização geográfica na explicação das disparidades no potencial de mobilidade social ao longo do período analisado. Esse aumento pode indicar que fatores regionais não observados anteriormente podem ter se tornado mais relevantes, sugerindo a necessidade de compreensão das dinâmicas locais que impactam a mobilidade social.

Para melhor compreensão de padrões e mudanças nas associações entre as variáveis explanatórias em si e o IPMS, apresenta-se o Quadro 2.

Quadro 2 – Mudança da relação entre regressoras e IPMS

Modelo	Coeficiente		Mudança na relação com o IPMS
	2010	2019	
Segurança Pública	-0.33	-0.37	O aumento de 11.24% do coeficiente relativo à razão entre homicídios dolosos por policiais militares no IPMS sugere maior impacto negativo na mobilidade social.
Cultura	0.018	0.026	O aumento de 44.44% do coeficiente relativo à existência de legislação municipal do patrimônio cultural no IPMS sugere que a cultura local está mais associada à mobilidade social.
Condição de Vida	0.061	0.048	A redução de 21.31% do coeficiente relativo aos gastos com infraestrutura por habitante no IPMS sugere impacto negativo na mobilidade social devido à qualidade da infraestrutura.
Educação	0.101	0.034	A redução de 66.34% do coeficiente relativo aos gastos com educação por habitante no IPMS sugere que investimentos educacionais estão menos relacionados à mobilidade social.
Saúde	0.112	0.049	A redução de 56.25% do coeficiente relativo aos gastos com saúde por habitante no IPMS sugere que investimentos em saúde têm menor impacto positivo na mobilidade social.
Esporte	0.205	0.188	A redução de 8.29% do coeficiente relativo aos gastos com esporte e lazer por habitante no IPMS sugere impacto menor dessa área na mobilidade social.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os resultados indicam mudanças significativas nas relações entre as variáveis independentes e o Índice de Potencial de Mobilidade Social ao longo do período de 2010 a 2019. No campo da Segurança Pública, o aumento observado no coeficiente relativo à razão entre homicídios dolosos por policiais militares, indica um impacto mais negativo na mobilidade social. Em 2010, para cada aumento de um (1) homicídio por policial militar, espera-se uma diminuição de 32.9% no IPMS, percentual que passou para 36.6%, em 2019. Por outro lado, na esfera cultural, foi identificada uma associação mais forte entre o papel da cultura e a mobilidade social, uma vez que a

existência de legislação municipal do patrimônio cultural representava um aumento de 1.8% no IPMS de 2010, quantitativo que passou para 2.6% em 2019.

No âmbito Condição de Vida, a redução de 21.31% no coeficiente relativo aos gastos com infraestrutura por habitante, indica que o investimento em infraestrutura pode ter se tornado menos relevante para a melhoria do potencial de mobilidade social. Similarmente, a diminuição de 66.34% no coeficiente relacionado aos gastos com educação por habitante, sugere que investimentos educacionais estão menos associados à mobilidade social. Em 2010, para cada aumento de mil reais no gasto *per capita* em educação, esperava-se um aumento de 10.1% no IPMS; em 2019, o mesmo investimento representa um incremento de apenas 3.4%. De modo geral, essas mudanças destacam a dinâmica evolutiva e a necessidade de reavaliação contínua das políticas públicas para promover o potencial de mobilidade social.

Entre as sete variáveis que influenciam o IPMS nos dois anos, destaca-se a que indica à qual mesorregião o município pertence, uma vez que o poder de explicação desse modelo aumentou de 0.29, em 2010; para 0.3456, em 2019. Isso implica que as características e dinâmicas específicas das Mesorregiões, tornaram-se mais determinantes para o Índice de Potencial de Mobilidade Social. Essas associações foram especificadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Estimativa de Associação entre Mesorregião e IPMS – 2010 e 2019

Mesorregião	2010	2019	Variação
<b>Relação Positiva</b>			
Triângulo Mineiro	0.0350	N/A	N/A
Central Mineira	0.0400	N/A	N/A
Oeste de Minas	0.0500	N/A	N/A
Sul / Sudoeste de Minas	0.0590	0.0310	-0.0280
Campo das Vertentes	0.0430	0.0280	-0.0150
<b>Relação Negativa</b>			
Jequitinhonha	-0.0380	-0.0400	-0.0020
Vale do Mucuri	-0.0970	-0.1270	-0.0300
Vale do Rio Doce	-0.0350	-0.0550	-0.0200

Referência: Noroeste de Minas

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Vale pontuar que ao interpretar as estimativas dos coeficientes associados a cada mesorregião, está sendo comparada a média do IPMS para a mesorregião

específica em relação à média da mesorregião de referência, que, nesse caso, consiste na "Noroeste de Minas". Por exemplo, considerando a comparação "Jequitinhonha - Noroeste de Minas" com uma estimativa de -0.038, entende-se que, em média, o IPMS em Jequitinhonha é 0.038 unidades menor do que no Noroeste de Minas, mantendo constantes as demais variáveis do modelo.

Foi possível extrair diferentes padrões de variação da Tabela 4. Mesorregiões como Triângulo Mineiro, Central Mineira e Oeste de Minas, apresentaram associações positivas, em 2010; mas, em 2019, não mantiveram essa significância. Por outro lado, Sul/Sudoeste de Minas e Campo das Vertentes permaneceram significativas em ambos os anos, indicando uma associação positiva consistente ao longo do tempo. Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, por sua vez, mantiveram uma associação negativa tanto em 2010 quanto em 2019.

Passando para regressão logística, também foram testados 26 modelos no total, 13 para cada ano. Para a categorização do IPMS, apresenta-se os coeficientes que foram calculados, juntamente com as frequências de cada grupo e o comportamento das variáveis nos dois períodos (Tabela 3).

Tabela 3 – Estatística Descritiva do IPMS e Coeficientes para Categorização

Estatística descritiva IPMS			Coeficientes para Categorização		
	2010	2019	Categoria	2010	2019
<b>Mínimo</b>	0.2416	0.3763	Alto (maior que)	0.722	0.819
<b>Máximo</b>	1	1	Médio (entre)	0.580 - 0.722	0.699 - 0.819
<b>Média</b>	0.6947	0.7589	Baixo (menor que)	0.580	0.699
<b>Mediana</b>	0.7143	0.7751			
<b>Desvio Padrão</b>	0.0765	0.0600			

Distribuição e Comportamento dos Municípios nas Categorias							
Categoria	2010		2019		Comportamento	2010/2019	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%		<i>n</i>	%
Alto	75	8.87%	43	5.08%	Melhorou	103	12.17%
Médio	643	76.00%	700	82.74%	Piorou	109	12.88%
Baixo	128	15.13%	103	12.17%	Sem Mudança	634	74.94%
Total	846	100%	846	100%	Total	846	100.00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

De modo geral, verifica-se que houve um aumento do mínimo e da média do IPMS, o que culminou na elevação dos coeficientes de categorização, em 2019. Quanto ao desempenho dos municípios, identifica-se o aumento da concentração no

grupo Médio. Vale pontuar que a categorização por média/desvio padrão leva a uma concentração de cerca de 65% dos casos no nível mediano, o que não justifica, por si só, a presença de mais de 80% dos municípios nesse grupo.

Passando para os resultados das regressões logísticas multinomiais, observa-se algumas tendências e mudanças significativas nas variáveis que influenciam a probabilidade de os municípios saírem da categoria "Baixo", que foi adotada como referência, na escala do IPMS, como pode ser observado na Tabela 4, na qual estão listados os modelos que apresentaram relevância significativa. No Apêndice D, encontra-se os resultados completos de todos os modelos estimados.

Tabela 4 – Regressão Logística: Variáveis Estatisticamente Significativas, 2010 e 2019 (Continua)

2010			
Comparação Alto-Baixo			
Modelo	Variável	p	Razão de chance
Controle	Mesorregião mineira	0.001	n/a
Cultura	Legislação municipal do patrimônio cultural	0.009	4.098
Educação	Gasto mínimo da educação (Art. 212, CF/88)	0.001	0.885
	Gasto <i>per capita</i> com atividades de educação	0.001	1.004
Esporte	Gasto <i>per capita</i> com esporte e lazer	0.002	1.016
Responsabilidade Fiscal	Percentual do custeio da máquina em relação à Receita Corrente Líquida (RCL)	0.001	0.920
	Percentual do investimento em relação à despesa total	0.01	0.922
Saúde	Percentual do gasto em saúde em relação à receita de impostos e transferências (EC 29)	0.001	1.126
	Gasto <i>per capita</i> com atividades de saúde	0.001	1.005
Saneamento e Meio ambiente	Gasto <i>per capita</i> com saneamento	0.008	1.011
Segurança Pública	Gasto <i>per capita</i> com segurança pública	0.032	1.011
	Razão entre homicídios dolosos e policial militar	0.001	0.000
Comparação Médio-Baixo			
Modelo	Variável	p	Razão de chance
Controle	Mesorregião mineira	0.001	n/a
Esporte	Existência de pelo menos uma instalação de esporte	0.011	1.898
Responsabilidade Fiscal	Percentual do custeio da máquina em relação à Receita Corrente Líquida (RCL)	0.001	0.962
	Percentual do investimento em relação à despesa total	0.034	0.9654
Saúde	Percentual do gasto em saúde em relação à receita de impostos e transferências (EC 29)	0.001	1.0968

		(Conclusão)	
	Gasto <i>per capita</i> com atividades de saúde	0.003	1.0024
Saneamento e Meio ambiente	Gasto <i>per capita</i> com saneamento	0.016	1.0074
Segurança Pública	Habitantes por policial militar	0.001	1.0016
	Razão entre homicídios dolosos e policial militar	0.001	1.17E-06
2019			
Comparação Alto-Baixo			
Modelo	Variável	p	Razão de chance
Controle	Mesorregião mineira	0.001	n/a
Assistência Social	Gasto <i>per capita</i> com atividades de assistência social e cidadania	0.001	1.008
Cultura	Gasto <i>per capita</i> com difusão cultural	0.001	1.013
Condições de vida	Gasto <i>per capita</i> com habitação	0.001	1.003
Educação	Gasto mínimo da educação (Art. 212, CF/88)	0.007	1.184
	Gasto <i>per capita</i> com atividades de educação	0.001	1.002
Esporte	Gasto <i>per capita</i> com esporte e lazer	0.002	1.013
Responsabilidade Fiscal	Endividamento - Participação da dívida consolidada líquida na receita corrente líquida	0.025	0.948
Saúde	Gasto <i>per capita</i> com atividades de saúde	0.001	1.004
Saneamento e Meio ambiente	Gasto <i>per capita</i> com meio ambiente	0.005	1.014
Segurança Pública	Gasto <i>per capita</i> com segurança pública	0.001	1.097
	Razão entre homicídios dolosos e policial militar	0.001	1.02E-12
Comparação Médio-Baixo			
Modelo	Variável	p	Razão de chance
Controle	Mesorregião mineira	0.001	n/a
Cultura	Gasto <i>per capita</i> com difusão cultural	0.03	1.006
	Legislação municipal do patrimônio cultural	0.043	2.066
Educação	Gasto mínimo da educação (Art. 212, CF/88)	0.001	1.167
Responsabilidade Fiscal	Endividamento - Participação da dívida consolidada líquida na receita corrente líquida	0.003	0.978
Saúde	Gasto <i>per capita</i> com atividades de saúde	0.006	1.001
Segurança Pública	Gasto <i>per capita</i> com segurança pública	0.012	1.059
	Habitantes por policial militar	0.001	1.002
	Razão entre homicídios dolosos e policial militar	0.001	2.78E-06

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Observa-se que, dos 13 modelos testados para cada ano, oito (8) possuem um bom ajuste na comparação entre Alto e Baixo, em 2010, e 10 para 2019. Quanto à

comparação entre as escalas Médio e Baixo, seis (6) se mostraram significativos para ambos os anos. De forma geral, as variáveis tendem a influenciar positivamente a probabilidade de um município ser classificado como Alto ou Médio em comparação com Baixo, como indicado por razões de chance maiores que 1 para 71% dos indicadores.

Para a comparação entre as categorias Alto-Baixo, em 2010, os resultados revelam que a presença de legislação municipal relacionada ao patrimônio cultural demonstrou uma associação positiva e significativa com a probabilidade de um município ser classificado como Alto ( $p = 0.009$ , razão de chance = 4.098). Da mesma forma, o aumento do gasto *per capita* com atividades de saúde, educação, esporte e lazer, saneamento e segurança pública, também estão associados a uma maior probabilidade de ser classificado como Alto, indicando que investimentos nessas áreas podem promover o potencial de mobilidade social desses municípios.

Por outro lado, algumas variáveis influenciam a probabilidade de um município ser classificado como Baixo em termos de mobilidade social. Por exemplo, a razão entre homicídios dolosos e policiais militares mostrou uma associação negativa e significativa com a classificação como Alto ( $p = 0.001$ , razão de chance = 0.000), sugerindo que uma maior incidência de crimes violentos em relação ao número de policiais militares representam um empecilho significativo para que o município melhore seu potencial de mobilidade social. Além dela, as variáveis gasto mínimo da educação, percentual do custeio da máquina em relação à receita corrente líquida e percentual do investimento em relação à despesa total, também apresentaram relação negativa com o IPMS, isto é, o aumento de seus valores dificulta que o município chegue ao nível Alto de potencial de mobilidade social.

Ainda para o ano de 2010, mas considerando as categorias Médio e Baixo, observou-se uma redução no número de modelos ajustados, o que está relacionado ao fato de que a diferença entre a categoria Médio e Baixo é menor do que entre Alto e Baixo. Identificou-se que a existência de pelo menos uma instalação esportiva ( $p = 0.011$ , razão de chance = 1.898) e número de habitantes por policial militar ( $p = 0.001$ , razão de chance = 1.0016) aumentam a probabilidade de um município ser classificado como Médio em relação ao Baixo, sugerindo que investimentos em infraestrutura esportiva e segurança pública podem promover o potencial de mobilidade social. Entre as variáveis que repetem o comportamento positivo da

relação entre Alto-Baixo, estão percentual do gasto em saúde em relação à receita de impostos e transferências, e gastos *per capita* em atividades de saúde e saneamento, indicando que ações nessas áreas são relevantes para os municípios que querem passar do nível Baixo tanto para o Alto quanto para o Médio.

Padrão semelhante ocorre com as variáveis relacionadas à responsabilidade fiscal – percentual do custeio da máquina em relação à RCL e do investimento em relação à despesa total – e à segurança pública – razão entre homicídios dolosos e policial militar –, que apresentaram associações negativas significativas também entre a comparação Médio-Baixo. Quanto ao primeiro modelo, há o indicativo de que um maior comprometimento financeiro com despesas correntes pode limitar o potencial de mobilidade social. O segundo modelo se difere em termos de intensidade e aponta que o aumento na incidência de homicídios em relação ao número de policiais militares minimiza muito a probabilidade de melhoria do IPMS dos municípios.

Passando para o ano de 2019, nota-se tanto que outros modelos se tornaram significativos quanto que alguns comportamentos se mantiveram semelhantes ao período anterior. Gastos *per capita* com atividades de assistência social e cidadania, difusão cultural, habitação e meio ambiente, passaram a demonstrar associação significativa e positiva com a probabilidade de um município ser classificado como Alto em relação ao Baixo. Assim como ocorreu em 2010, gasto mínimo da educação e gastos *per capita* com atividades de educação, esporte e lazer, saúde e segurança pública, apresentaram o mesmo comportamento positivo.

Do mesmo modo que ocorreu para a comparação Alto-Baixo, em 2019, gasto mínimo da educação e gastos *per capita* com difusão cultural, saúde e segurança pública, também apresentaram associação positiva com o IPMS, indicando que o aumento dessas variáveis aumenta a probabilidade de o município ser classificado como Médio. Além disso, a existência de legislação municipal do patrimônio cultural e o aumento do quantitativo de habitantes por policial militar também exibiram associações estatisticamente significativas com a chance de um município estar no grupo Médio em relação ao Baixo.

Em 2019, duas variáveis dificultam a saída de um município da categoria Baixo, independente da categoria a qual se almeja mudar: Endividamento – Participação da dívida consolidada líquida na receita corrente líquida e Razão entre homicídios dolosos e policial militar. A primeira sugere que altos níveis de endividamento podem

representar um obstáculo para o potencial de mobilidade social. Já o valor extremamente baixo da segunda, assim como aparece em 2010, sugere que um aumento na razão entre homicídios dolosos e policiais militares está fortemente ligado a uma menor probabilidade de melhoria na mobilidade social.

Para concluir a descrição dos resultados, apresenta-se as tendências do IPMS para a variável Mesorregião, que se mostrou estatisticamente significativa para os dois períodos, em todas as comparações. Na Tabela 5, verifica-se que para 2010 e 2019, todas as mesorregiões apresentam p-valores iguais a 0.001, indicando associações altamente significativas. Além disso, as razões de chance são extremamente altas, com valores na casa dos milhares ou até mesmo na ordem dos milhões, demonstrando que a probabilidade de um município ser classificado como Alto em relação ao Baixo é exponencialmente maior em quase todas as outras mesorregiões quando comparadas ao Noroeste de Minas, exceto em Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

Tabela 5 – Estimativas das Mesorregiões no IPMS - 2010 e 2019

Alto-Baixo					Médio - Baixo			
Referência: Noroeste de Minas	2010		2019		2010			
	Comparação (regressoras)	p	Razão de chance	p	Razão de chance	Comparação (regressoras)	p	Razão de chance
	Norte de Minas	0.001	6.85E+04	0.001	3.66E+04	Vale do Mucuri	0.001	4.165E-02
	Jequitinhonha	0.001	6.47E-03	0.001	3.65E-03	Central Mineira	0.001	1.063e0+6
	Vale do Mucuri	0.001	6.25E-06	0.001	1.408e0-8	Sul / Sudoeste de Minas	0.038	1.350E+01
	Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	0.001	1.31E+07	0.001	1.530e0+6	<b>2019</b>		
	Central Mineira	0.001	2.35E+12	0.001	2.63E+05	<b>Comparação (regressoras)</b>	<b>p</b>	<b>Razão de chance</b>
	Metropolitana de Belo Horizonte	0.001	1.07E+06	0.001	5.44E+05	Vale do Mucuri	0.005	4.164E-02
	Vale do Rio Doce	0.001	4.92E+04	0.001	7.71E+03	Vale do Rio Doce	0.028	9.869E-02
	Oeste de Minas	0.001	8.13E+06	0.001	5.36E+05	Campo das Vertentes	0.001	9.396E+12
	Sul / Sudoeste de Minas	0.001	4.30E+07	0.001	2.299e0+6	<b>Referência: Noroeste de Minas</b>		
	Campo das Vertentes	0.001	1.54E+06	0.001	1.34E+18			
	Zona da Mata	0.001	5.72E+05	0.001	2.69E+04			

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Na comparação entre os grupos de municípios classificados como Médio e Baixo, observa-se uma redução significativa no número de mesorregiões que se

destacaram nos dois períodos, sendo apenas três em cada ano. Em 2010, apresentaram associações estatisticamente significativas com a mobilidade social: Vale do Mucuri, Central Mineira e Sul/Sudoeste de Minas, enquanto em 2019, Vale do Mucuri, Campo das Vertentes e Vale do Rio Doce foram as representativas. Nota-se que a última foi a única que apresentou mudança em seu comportamento, pois ela apresentou uma associação positiva na comparação Alto-Baixo e negativa na Médio-Baixo.

Esses resultados sugerem que a localização geográfica dentro das mesorregiões de Minas Gerais desempenha um papel crucial na determinação da mobilidade social dos municípios. A variação acentuada nas razões de chance entre as diferentes mesorregiões ressalta a disparidade regional significativa em termos de oportunidades e desenvolvimento socioeconômico. Portanto, políticas públicas voltadas para a promoção da mobilidade social devem levar em consideração essas diferenças regionais e adaptar suas abordagens de acordo com as necessidades específicas de cada mesorregião, visando reduzir as desigualdades e promover um crescimento mais equitativo e sustentável em todo o estado de Minas Gerais.

Esses e os demais resultados descritos até então foram analisados à luz da literatura no tópico que segue.

## **5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

A primeira tendência observada nas regressões lineares e nas logísticas, é que variáveis de caráter institucional, aquelas que apontavam para a existência de conselhos, comissões e outros instrumentos, não se mostraram tão bem ajustadas aos modelos quanto às financeiras, aquelas relacionadas a gasto *per capita* ou gasto mínimo. Essa diferença pode estar associada ao fato de que houve um aumento significativo no número de Conselhos a partir da Constituição Federal de 1988 (Lavalle; Voigt; Serafim, 2016), fazendo com que a existência dos mesmos, por si só, não influencie significativamente no potencial de mobilidade social.

Observou-se também que os comportamentos das variáveis foram convergentes nos modelos e dialogam com a literatura. O fato de as áreas de educação (Ribeiro; Carvalhaes, 2020), de cultura (Bonamino *et al.*, 2010) e de esporte (Leeds, 2015) influenciarem positivamente o IPMS, está de acordo com a Teoria do

Capital Humano (Schultz; 1961), confirmando a expectativa teórica apresentada. Isso sugere que municípios que investem em políticas educacionais, esportivas e culturais, têm maior probabilidade de alcançar uma posição mais elevada em termos de potencial de mobilidade social.

Vale pontuar, porém, que os resultados da regressão linear apontaram para redução do efeito do gasto *per capita* em educação sobre o IPMS, o que pode estar relacionado à redução do prêmio educacional, fenômeno ocorrido no Brasil após a expansão educacional da década de 1990, em que a elevação do número de pessoas com acesso à educação formal reduziu os ganhos de diversas ocupações (Ribeiro, 2012). Diante disso, o achado do presente artigo pode indicar que, atualmente, o investimento financeiro na educação precisa estar alinhado a políticas públicas que almejem a qualidade do ensino e que acompanhem as dinâmicas do mercado de trabalho.

Do mesmo modo, esperava-se que investimentos em saúde gerassem efeitos positivos no potencial de mobilidade social de municípios (Flor; Laguardia; Campos, 2014; Gugushvili; Präg, 2020), o que foi confirmado pelos resultados encontrados. Adicionalmente, investimentos financeiros do Estado em assistência social, infraestrutura, saneamento, meio ambiente, segurança pública, se mostraram relevantes para elevar o IPMS dos municípios, seja em termos absolutos ou categóricos, resultados que dialogam com os apontamentos de Jannuzzi e Montagner (2020) de que a oferta de serviços públicos de qualidade favorece condições de mobilidade social da população.

Os resultados dos modelos de Responsabilidade Fiscal apresentaram mudanças nos comportamentos de suas variáveis entre 2010 e 2019. Como saldo final, observou-se que o único indicador estatisticamente significativo, em 2019, foi o Endividamento, que possui associação negativa com o IPMS, indicando que as chances de um município subir de categoria diminuem para cada aumento do percentual de endividamento, o que corrobora com a literatura de desenvolvimento socioeconômico levantada no artigo (Santos *et al.*, 2018; Silva; Crisóstomo, 2019). Esses resultados destacam a importância de políticas públicas que equilibrem investimentos em áreas como esporte, saúde e segurança pública, enquanto garantem uma gestão fiscal responsável, visando a promover um maior potencial de mobilidade social dos municípios.

No quesito Segurança Pública, o efeito positivo da variável relacionada ao gasto *per capita* converge com os achados de Franklin (no prelo), assim como o achado de que os aumentos dos índices de violência podem representar obstáculos significativos para o potencial de mobilidade social nos municípios dialoga com as indicações de Chetty *et al.* (2014). A alta intensidade dos indicadores relacionados a índices de violência, pode refletir problemas mais amplos de segurança pública e eficácia do aparato policial, indicando a necessidade de políticas e investimentos na área. Uma abordagem integrada, que envolva tanto medidas de prevenção da criminalidade quanto o fortalecimento das instituições de segurança pública, pode ser relevante para enfrentar esse desafio e promover o potencial de mobilidade social em âmbito municipal.

Por fim, os resultados relacionados aos modelos de Controle contrariam a expectativa de que o tamanho do município influenciaria no IPMS (Pastore; Silva, 2000; Iversen; Krishna; Sen, 2019), pois essa variável não foi estatisticamente significativa em nenhum dos testes. Por outro lado, a variável mesorregião não apenas se mostrou bem ajustada aos modelos, como altas razões de chance. A partir disso, foi possível inferir que as desigualdades regionais refletem no potencial de mobilidade social dos municípios mineiros, uma vez que apenas o fato de pertencer a uma mesorregião socioeconomicamente desfavorecida já se mostra um empecilho para a melhoria do IPMS. Esse achado converge com a literatura, pois atesta que a mobilidade social está diretamente relacionada à localização geográfica e suas implicações (Pastore; Silva, 2000; Chetty *et al.*, 2014; Iversen; Krishna; Sen, 2019; Franklin, no prelo). Essas descobertas ressaltam a complexidade do potencial de mobilidade social e a necessidade de uma abordagem multifacetada para compreender seus determinantes e promover um desenvolvimento mais equitativo em todas as regiões.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo verificou os efeitos dos condicionantes estatais no potencial de mobilidade social dos municípios mineiros a partir da realização de regressões lineares e logísticas. O IPMS foi utilizado como variável dependente e foram testadas regressoras das áreas de assistência social, cultura, condições de vida,

desenvolvimento rural, educação, economia e mercado, esporte, gênero, responsabilidade fiscal, saúde, saneamento e meio ambiente, e segurança pública.

Resultados apontaram que, atualmente, o aumento de gastos *per capita* em cultura, educação, esporte, infraestrutura, saúde, meio ambiente e segurança pública influenciam positivamente o potencial de mobilidade social de municípios, representando indicações de áreas de ação para o Estado. Essas conclusões podem orientar iniciativas políticas e sociais voltadas para o fortalecimento dos fatores condicionantes do potencial de mobilidade social ao longo do tempo.

Segurança pública foi o campo de destaque deste artigo, tendo em vista que ele se mostra essencial para compreender a situação dos municípios e da população que lá reside. Ao analisar este resultado com os demais, infere-se que ofertar um ambiente seguro representa um diferencial dos municípios que objetivam prover melhores condições de vida para seus residentes. Esse achado ressalta a necessidade de medidas eficazes para combater a violência e promover a segurança pública como parte integrante do processo de promoção de potencial de mobilidade social nos municípios brasileiros.

Foi possível confirmar a expectativa teórica de que o potencial de mobilidade social de um município varia de acordo com a região em que está localizado. Esse resultado destaca a importância de considerar as características regionais ao formular políticas públicas, reconhecendo que diferentes áreas podem apresentar dinâmicas únicas em relação ao fenômeno. A compreensão desses padrões pode orientar esforços para promover a equidade e o desenvolvimento sustentável em níveis subnacionais.

Como limitação do artigo, tem-se a não identificação, por parte dos autores, de pesquisas que analisam a mobilidade social dos indivíduos residentes no estado de Minas Gerais como parâmetro de comparação para o IPMS. Essa limitação aponta, porém, uma sugestão para pesquisas futuras. Outra sugestão consiste em investigar mais a fundo os detalhes de cada categoria de condicionante, assim como seus poderes de explicação, para a compreensão individual dos fatores.

## **REFERÊNCIAS**

ARAUJO, M. C; BOSCH, M; SCHADY, N. Can Cash Transfers Help Households Escape an Intergenerational Poverty Trap? *In: BARRETT, Christopher B.; CARTER, Michael R.; CHAVAS, Jean-Paul. **The Economics of Poverty Traps**. Chicago, EUA: University of Chicago Press, 2018. p. 357-382. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/chapters/c13838/c13838.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.*

ATHIAS, L.; MATOS, G. Mobilidade de Carreira e Desigualdades de Gênero. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. São Paulo: ABEP, 2012. p. 1-20.*

BONAMINO, A.; ALVES, F.; FRANCO, C.; CAZELLI, S. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 487-499, 2010.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F H. G..; MENÉNDEZ, M. Inequality of Outcomes, Inequality of Opportunities and Intergenerational Education Mobility In Brazil. *In: THE WORLD BANK. **Inequality and Economic Development in Brazil**. Washington, D.C.: The World Bank, 2004. p. 149-178. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/456611468744062519/pdf/301140PAPER0Inequality0Brazil.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.*

BURGER, K; WALK, M. Can children break the cycle of disadvantage? Structure and agency in the transmission of education across generations. **Social Psychology of Education**, [s.l.], v. 19, p. 695–713, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11218-016-9361-y>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CHETTY, R.; HENDREN, N.; KLINE, P.; SAEZ, E.. Where is the land of opportunity? The geography of intergenerational mobility in the United States. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, Inglaterra, v. 129, n. 4, p. 1553-1623, 2014. Disponível em: <https://academic.oup.com/qje/article/129/4/1553/1853754?login=false>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CORAK, M. Do poor children become poor adults? Lessons for public policy from a cross country comparison of generational earnings mobility. *In: CREEDY, J.; KALB, G. (eds.). **Dynamics of Inequality and Poverty**. Países Baixos: Elsevier Press, 2006, p. 143–188. (Research on Economic Inequality, v. 13).*

CORAK, M. Income inequality, equality of opportunity, and intergenerational mobility. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, Tennessee, EUA, v. 27, n. 3, p. 79-102, 2013. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.27.3.79>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DAUDE, C; ROBANO, V. On intergenerational (im)mobility in Latin America. **Latin American Economic Review**, [S.l.], v. 24, supl. 1, p. 1-29, 2015. Disponível em: <https://latinaer.springeropen.com/articles/10.1007/s40503-015-0030-x>. Acesso em:

29 jan. 2024.

DURYEA, S.; FREITAS, L. B.; OZEMELA, L. M. G.; SAMPAIO, G. R.; TREVISAN, G. Universities and Intergenerational Social Mobility in Brazil: examining patterns by race and gender. **Journal of Economics, Race, and Policy**, [S.l.], v. 2, p. 240–256, 07 jun. 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41996-019-00033-1>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, [s.l.], v.33, n. 3, p. 481-513, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3377>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Intergenerational mobility of wages in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 181-211, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/bre/article/view/1576>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FLOR, L. S.; LAGUARDIA, J.; CAMPOS, M. R. Mobilidade social intergeracional e saúde no Brasil: uma análise do survey "Pesquisa dimensões sociais das desigualdades (PDSO)", 2008. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1869-1880, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.04362013>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FONSECA, P. Colaço; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. Investigação dos níveis de eficiência na utilização de recursos no setor de saúde: uma análise das microrregiões de Minas Gerais. *Saúde e Sociedade*, 2009, 18.2: 199-213.

FRANKLIN, L. A. S. **Potencial de mobilidade social**: uma análise em âmbito municipal. (no prelo).

FRAZER, H.; MARLIER, E. **Investing in children**: Breaking the cycle of disadvantage. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2014. Disponível em: <https://liser.elsevierpure.com/ws/files/19692251/Working%20Paper%20n%C2%B02014/02>. Acesso em: 29 jan. 2024.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GUGUSHVILI, A.; PRÄG, P. Intergenerational social mobility and health in Russia: Mind over matter? **Advances in Life Course Research**, Fiesole, v. 47, p. 100390, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2020.100390>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HAIR JÚNIOR, J. F. *et. al.* **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

HARRISON, B.; SUM, A. The theory of “dual” or segmented labor markets. *Journal of Economic Issues*, [s.l.], v.13, n. 3, p. 687-706, 1979.

HARPER, C.; MARCUS, R.; MOORE, K. Enduring poverty and the conditions of childhood: life course and intergenerational poverty transmissions. **World Development**, [s.l.], v. 31, n. 3, p. 535-554, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X0300010X>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2004. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/430>. Acesso em: 29 jan. 2024.

IVERSEN, V.; KRISHNA, A.; SEN, K. Beyond Poverty Escapes — Social Mobility in Developing Countries: A Review Article. **The World Bank Research Observer**, Oxford, v. 34, n. 2, p. 239-273, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/wbro/lkz003>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JANNUZZI, P. M.; MONTAGNER, P. Estado de bem-estar, políticas públicas e mobilidade social no Brasil. *In*: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 231-253. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/07/Brasil-Estado-Social-contra-a-Barb%C3%A1rie-Capa.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JIMÉNEZ, M.; JIMÉNEZ, M. Intergenerational educational mobility in Latin America. An analysis from the equal opportunity approach. **Cuadernos de Economía**, [s.l.], v. 38, n. 76, p. 289-329, 2019. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/view/66331>. Acesso em: 29 jan. 2024.

JONES, H. More Education, Better Jobs? A Critical Review of CCTs and Brazil's Bolsa Família Programme for Long-Term Poverty Reduction. **Social Policy and Society**, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 465-478, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1474746416000087>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LAVALLE, A. G.; VOIGT, J.; SERAFIM, L. O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. **Dados**, [s.l.], v. 59, n. 3, p. 609-650, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201687>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LARA, E. A. **Regressão logística politômica ordinal**: avaliação do potencial de *Clonostachys rosea* no biocontrole de *Botrytis cinerea*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estatística Aplicada e Biometria) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/4060/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LEEDS, M. A. **Youth sports and the accumulation of human capital**. Germany: IZA World of Labor, 2015.

LEROY, R. S. D.; FERREIRA, M. A. M.; MOREIRA, N. C.; SILVA, E. A. Mobilidade social e empoderamento: a percepção das mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família em Minas Gerais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 62, n. 4, p. 449-465, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v62i4.82>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LO BELLO, S.; MORCHIO, I. Like father, like son: Occupational choice, intergenerational persistence and misallocation. **Quantitative Economics**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 629-679, maio 2022. Disponível em: <https://www.econometricsociety.org/publications/quantitative-economics/2022/05/01/Like-father-like-son-Occupational-choice-intergenerational-persistence-and-misallocation#supplemental-material>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MAHLMEISTER, R.; FERREIRA, S. G.; VELOSO, F.; MENEZES-FILHO, N.; KOMATSU, B. K.. Revisitando a Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 2, p. 159-180, abr./jun. 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/kG7QFNnrNR3qXPCzMhPf44N/?lang=pt#>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MOREIRA, N. C. Empowerment, gender inequality and social mobility in bolsa família program. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 4-21, 2016. Disponível em: <https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/2308>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NEIDHÖFER, G. Intergenerational mobility and the rise and fall of inequality: lessons from Latin America. *The Journal of Economic Inequality*, [S.l.], v. 17, p. 499–520, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10888-019-09415-9>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NEIDHÖFER, G.; SERRANO, J.; GASPARINI, L. Educational inequality and intergenerational mobility in Latin America: a new database. **Journal of Development Economics**, [S.l.], v. 134, p. 329-349, set. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304387818306618>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C. Estrutura ocupacional, autoridade gerencial e determinação de salários em organizações fordistas: o caso da indústria de transformações no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 127-140, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/TbSMFyn6Jf5GNNwdtHdkdKc/#>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PAPANASTASIOU, S.; PAPTHEODOROU, C. Causal pathways of intergenerational poverty transmission in selected EU countries. **Social Cohesion and Development**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 5-19, 2018. Disponível em: <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/SCAD/article/view/15941>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PASTORE, J.; SILVA, N. V.. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

RIBEIRO, C. A. C.. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 641-679, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/wRYSFDWFgXnFFpzBcgfbHbs/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S.l.], n. 92, p. 1-46, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/504>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RIBEIRO, M. L. **Distribuição de renda no Brasil: enfoque na renda do trabalho (2001-2015)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019. Disponível em: [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4560/2/Marcio\\_Ribeiro\\_2019.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4560/2/Marcio_Ribeiro_2019.pdf). Acesso em: 29 jan. 2024.

SANDBERG, J. Conditional cash transfers and social mobility: the role of asymmetric structures and segmentation processes. **Development and Change**, [s.l.], v.43, n.6, p. 1337-1359, 2012. Disponível em : <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-7660.2012.01799.x>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SANTOS, Y. D.; BARBOSA, J. A. A. G. S.; DINIZ, J. A.; LIMA, S. C. Endividamento público e desenvolvimento humano nos grandes municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 23, n. 76, p. 356-375, 2018.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **American Economic Review**, Nashville, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SILVA, C. R. M.; CRISÓSTOMO, V. L. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 53, n. 4, p. 791-801, 2019. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/0034-761220180234>. Acesso em: 29 jan. 2024.

VAN RYZIN, M. J.; FISHBEIN, D.; BIGLAN, A. The promise of prevention science for addressing intergenerational poverty. **Psychology, Public Policy, and Law**, Washington, DC, v. 24, n. 1, p. 128, 2018. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2017-31602-001>. Acesso em: 29 jan. 2024.

## APÊNDICE A - VARIÁVEIS EXPLICATIVAS UTILIZADAS NO MODELO

Código	Variável	Definição e Cálculo
<b>Controle</b>		
Pop	Classe Populacional <sup>1</sup>	Classe Populacional delimitada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Meso	Mesorregião mineira <sup>1</sup>	Mesorregião delimitada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
<b>Assistência Social</b>		
AS_EC	Existência de Conselho Municipal de Assistência Social <sup>1</sup>	Informa se o município tem instalado um Conselho de Assistência Social
AS_ECT	Existência de Conselho Tutelar <sup>1</sup>	Informa se o município tem instalado um Conselho Tutelar
AS_GPC	Gasto com atividades de assistência social e cidadania <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Assistência Social" <i>per capita</i>
<b>Cultura</b>		
CL_EC_CUL	Existência de Conselho Municipal de Cultura <sup>1</sup>	Informa se o município tem instalado um Conselho de Cultura.
CL_GP_PC	Gasto com atividades de preservação do patrimônio cultural <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à preservação do patrimônio cultural <i>per capita</i>
CL_GPC	Gasto com difusão cultural <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Cultura" <i>per capita</i>
CL_L_PC	Existência de legislação municipal do patrimônio cultural <sup>2</sup>	Existência de lei de preservação do patrimônio cultural.
<b>Condições de vida</b>		
CV_EC_H	Existência de Conselho Municipal de Habitação <sup>1</sup>	Informa se o município tem instalado um Conselho Municipal de Habitação
CV_GPC_H	Gasto com habitação <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Habitação" <i>per capita</i>
CV_GPC_I	Gasto com infraestrutura <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Urbanismo" <i>per capita</i>
<b>Desenvolvimento rural</b>		
DR_GPC_A	Gasto com agropecuária <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Existência de conselho municipal de saneamento básico ou outro órgão que emita pareceres ou opiniões sobre determinada ação do governo relacionada ao saneamento básico.
DR_GPC_RA	Gasto com reforma agrária e colonização <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à reforma agrária e colonização <i>per capita</i>
<b>Educação</b>		
ED_GM	Gasto mínimo da educação (Art. 212, CF/88) <sup>2</sup>	Percentual de participação dos gastos com a função educação na receita corrente disponível
ED_EC	Existência de Conselho Municipal de Educação <sup>1</sup>	Informa se o município tem instalado um Conselho de Educação.
ED_GPC	Gasto com atividades de educação <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Educação" <i>per capita</i>
<b>Economia e Mercado</b>		
EM_GPC_AT	Gasto com apoio ao trabalho <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Trabalho" <i>per capita</i>
EM_GPC_DE	Gasto com desenvolvimento econômico <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas ao desenvolvimento econômico <i>per capita</i>
EM_GPC_T	Gasto com turismo <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Turismo" <i>per capita</i>
<b>Esporte</b>		
ES_EC	Existência de Conselho Municipal de Esportes em Atividade <sup>3</sup>	Informa se o município tem instalado um Conselho de Esportes e se este se reuniu pelo menos uma vez em 12 meses.
ES_EI	Existência de pelo menos uma instalação de esporte <sup>4</sup>	Existência de pelo menos uma instalação de esporte dentre as listadas pelo IBGE.

ES_GPC	Gasto com esporte e lazer <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Desporte e Lazer" <i>per capita</i>
<b>Gênero</b>		
GE_EC	Existência de Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher <sup>1</sup>	Informa se o município tem instalado um Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher
<b>Responsabilidade Fiscal</b>		
RF_BO	Balanço orçamentário <sup>2</sup>	Razão entre o resultado da diferença entre o valor das receitas (próprias e de transferências, deduzidas as operações de crédito e as deduções para a formação do FUNDEF/FUNDEB) e o valor das despesas do município, e a receita.
RF_CM_RCL	Percentual do custeio da máquina em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) <sup>2</sup>	Participação dos gastos de custeio na receita corrente líquida (porcentagem)
RF_END	Endividamento - Participação da dívida consolidada líquida na receita corrente líquida <sup>2</sup>	Percentual de gastos com a dívida líquida consolidada em relação à receita corrente líquida
RF_I_DT	Percentual do investimento em relação à despesa total <sup>2</sup>	Percentual de participação dos investimentos sobre o gasto total
<b>Saúde</b>		
SA_EC	Existência de Conselho Municipal de Saúde <sup>1</sup>	Informa se o município tem instalado um Conselho de Saúde.
SA_G_RIT	Percentual do gasto em saúde em relação à receita de impostos e transferências (EC 29) <sup>2</sup>	Percentual de participação dos gastos com a função saúde na receita corrente disponível
SA_GPC	Gasto com atividades de saúde <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Saúde" <i>per capita</i>
<b>Saneamento e Meio ambiente</b>		
SM_ECC_S	Existência de Conselho Municipal de Saneamento <sup>5</sup>	Informa se o município tem instalado um Conselho Municipal de Saneamento Básico ou órgão de caráter consultivo
SM_EOC_S	Existência de órgãos colegiados de caráter consultivo para saneamento <sup>5</sup>	Existência de conselho municipal de saneamento básico ou outro órgão que emita pareceres ou opiniões sobre determinada ação do governo relacionada ao saneamento básico.
SM_GPC_MA	Gasto com meio ambiente <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Meio ambiente" <i>per capita</i>
SM_GPC_S	Gasto com saneamento <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Saneamento" <i>per capita</i>
<b>Segurança Pública</b>		
SP_GPC	Gasto com segurança pública <i>per capita</i> <sup>2</sup>	Gastos com subfunções ligadas à função "Segurança Pública" <i>per capita</i>
SP_HPM	Mil habitantes por policial militar <sup>6</sup>	Razão entre a população total do município e o número de policiais militares lotados na unidade, dividido por mil.
SP_MSC	O município é sede de comarca <sup>7</sup>	Informa se o município é sede da comarca, segundo dados do IBGE.
SP_R_MP	Razão entre homicídios dolosos por cem mil policiais militares <sup>8</sup>	Razão entre a quantidade de ocorrências homicídios dolosos registradas pelas instituições policiais e quantidade de policiais militares lotada no município, multiplicado por cem mil.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Fundação João Pinheiro, 2023.

<sup>1</sup> IBGE / Pesquisa de Informação Básica Municipal - Munic.

<sup>2</sup> Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG).

<sup>3</sup> IBGE, Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC) até 2008 e Secretaria de Estado de Esporte de Minas Gerais (a partir de 2009).

<sup>4</sup> IBGE / Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2003 (estes dados foram reproduzidos de 2004 a 2014) e 2016 (estes dados foram reproduzidos em 2015 a 2019).

<sup>5</sup> Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS / Ministério das Cidades.

<sup>6</sup> A) Polícia Militar de Minas Gerais; B) População total: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010 (a população nos anos intercensitários foi estimada por interpolação).

<sup>7</sup> Tribunal de Justiça de Minas Gerais;

<sup>8</sup> A) Observatórios de Segurança Pública/Sejusp; B) Polícia Militar de Minas Gerais.

## APÊNDICE B - ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES DO MODELO

Variáveis Qualitativas		2010		2019	
Regressoras	Categorias	n	%	n	%
POP	Até 5000	224	26.478 %	230	27.187 %
	5001 até 10000	262	30.969 %	244	28.842 %
	10001 até 20000	180	21.277 %	189	22.340 %
	20001 até 50000	116	13.712 %	113	13.357 %
	50001 até 100000	37	4.374 %	37	4.374 %
	100001 até 500000	23	2.719 %	29	3.428 %
	Maior que 500000	4	0.473 %	4	0.473 %
Meso	Noroeste de Minas	19	2.246 %	19	2.246 %
	Norte de Minas	89	10.520 %	89	10.520 %
	Jequitinhonha	51	6.028 %	51	6.028 %
	Vale do Mucuri	23	2.719 %	23	2.719 %
	Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	65	7.683 %	65	7.683 %
	Central Mineira	30	3.546 %	30	3.546 %
	Metropolitana de Belo Horizonte	104	12.293 %	104	12.293 %
	Vale do Rio Doce	101	11.939 %	101	11.939 %
	Oeste de Minas	44	5.201 %	44	5.201 %
	Sul / Sudoeste de Minas	145	17.139 %	145	17.139 %
	Campo das Vertentes	36	4.255 %	36	4.255 %
	Zona da Mata	139	16.430 %	139	16.430 %
AS_EC	Não	3	0.355 %	846	100.000 %
	Sim	843	99.645 %	0	0.00%
AS_ECT	Não	21	2.482 %	846	100.000 %
	Sim	825	97.518 %	0	0.00%
CL_EC_CUL	Não	357	42.199 %	363	42.908 %
	Sim	489	57.801 %	483	57.092 %
CL_L_PC	Não	162	19.149 %	50	5.910 %
	Sim	684	80.851 %	796	94.090 %
CV_EC_H	Não	423	50.000 %	322	38.061 %
	Sim	423	50.000 %	524	61.939 %
ED_EC	Não	19	2.246 %	65	7.683 %
	Sim	827	97.754 %	781	92.317 %
ES_EC	Não	649	76.714 %	434	51.300 %
	Sim	197	23.286 %	412	48.700 %
ES_EI	Não	112	13.239 %	10	1.182 %

	Sim	734	86.761 %	836	98.818 %		
GE_EC	Não	752	88.889 %	687	81.206 %		
	Sim	94	11.111 %	159	18.794 %		
SA_EC	Não	197	23.286 %	846	100.000 %		
	Sim	649	76.714 %	0	0.00%		
SM_ECC_S	Não	823	97.281 %	684	80.851 %		
	Sim	23	2.719 %	162	19.149 %		
SM_EOC_S	Não	823	97.281 %	684	80.851 %		
	Sim	23	2.719 %	162	19.149 %		
SP_MSC	Não	553	65.366 %	552	65.248 %		
	Sim	293	34.634 %	294	34.752 %		
<b>Variáveis Quantitativas</b>		<b>2010</b>			<b>2019</b>		
<b>Regressoras</b>		<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desv. Pad.</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desv. Pad.</b>
AS_GPM		97.492	78.100	81.559	50.103	41.020	41.778
CL_GP_PC		7.238	0.000	27.028	2.083	0.000	6.817
CL_GPM		46.111	30.025	51.541	30.163	20.645	34.004
CV_GPM_H		9.994	9.710	4.410	7.976	0.000	22.060
CV_GPM_I		5.860	0.000	24.135	239.543	199.435	165.681
DR_GPM_A		31.476	12.050	60.431	26.207	13.605	37.747
DR_GPM_RA		0.059	0.000	1.436	0.080	0.000	2.274
ED_GM		22.274	22.270	3.279	30.386	30.585	6.100
ED_GPM		717.060	651.610	302.157	385.149	348.040	162.393
EM_GPM_AT		0.285	0.020	0.723	4.795	0.000	11.427
EM_GPM_DE		9.102	0.000	22.735	10.507	1.005	21.927
EM_GPM_T		10.545	0.620	33.838	4.958	0.000	16.224
ES_GPM		28.361	17.170	36.245	20.580	12.355	28.223
RF_BO		1.047	1.045	0.066	0.488	0.525	5.674
RF_CM_RCL		39.449	39.365	5.127	45.485	44.955	9.495
RF_END		5.871	0.000	11.550	7.918	1.605	13.428
RF_I_DT		6.309	5.520	3.839	12.639	11.850	5.712
SA_G_RIT		23.730	23.185	6.098	21.736	20.850	4.595
SA_GPM		808.265	722.215	344.193	372.839	337.820	160.897
SM_GPM_MA		18.001	3.715	37.012	5.875	0.585	15.043
SM_GPM_S		56.750	16.485	92.986	31.352	14.030	43.866
SP_GPM		7.659	5.265	11.707	4.478	2.595	20.663
SP_HPM		616.882	633.570	366.877	887.435	773.575	499.602
SP_R_MP		0.069	0.035	0.093	0.095	0.040	0.143

Fonte: Elaboração própria, 2024.

**APÊNDICE C - RESULTADOS DA REGRESSÃO LINEAR – STEPWISE,  
COLINEARIDADE E AUTOCORRELAÇÃO – 2010 E 2019**

2010		Stepwise			Colinearidade		Autocorrelação		
MODELO	Regressoras	X <sup>2</sup>	df	p	VIF	Tolerância	Autocorre- lação	DW	p
Controle	Pop	5.00	6	0.544	1.008	0.99241	0.029805	1.9344	0.33
	Meso	328.19	11	0.001	1.004	0.99585			
Assistência Social	AS_EC	1.99	1	0.158	1.015	0.98559	0.05032	1.8974	0.16
	AS_ECT	0.45	1	0.503	1.014	0.986			
	AS_GPC	3.62	1	0.057	1	0.99956			
Cultura	CL_EC_CUL	2.95	1	0.086	1.094	0.91449	0.046759	1.9047	0.17
	CL_GP_PC	0.99	1	0.32	1.011	0.98964			
	CL_GPC	5.49	1	0.019	1.007	0.99262			
	CL_L_PC	8.15	1	0.004	1.088	0.91953			
Condições de Vida	CV_EC_H	1.26	1	0.261	1.006	0.9939	0.047969	1.9016	0.14
	CV_GPC_H	1.30	1	0.255	1.027	0.97347			
	CV_GPC_I	17.37	1	0.001	1.025	0.97605			
Desenvolvimento Rural	DR_GPC_A	18.93	1	0.001	1.001	0.99898	0.040664	1.917	0.22
	DR_GPC_RA	0.03	1	0.873	1.001	0.99898			
Educação	ED_EC	0.08	1	0.776	1.003	0.99741	0.05436	1.8889	0.1
	ED_GM	31.62	1	0.001	1.064	0.94025			
	ED_GPC	46.05	1	0.001	1.066	0.93826			
Economia e Mercado	EM_GPC_AT	4.95	1	0.026	1.028	0.97281	0.058678	1.8808	0.1
	EM_GPC_DE	2.40	1	0.121	1.033	0.96844			
	EM_GPC_T	6.17	1	0.013	1.01	0.99059			
Esporte	ES_EC	1.07	1	0.301	1.005	0.99465	0.04649	1.9052	0.14
	ES_EI	7.03	1	0.008	1.003	0.99659			
	ES_GPC	5.71	1	0.017	1.004	0.99611			
Gênero	GE_EC	0.16	1	0.687	1	1	0.049093	1.9001	0.13
Responsabilidade Fiscal	RF_BO	0.00	1	0.946	1.132	0.88341	0.039118	1.9192	0.22
	RF_CM_RCL	62.59	1	0.001	1.116	0.89602			
	RF_END	5.31	1	0.021	1.023	0.97732			
	RF_I_DT	5.73	1	0.017	1.034	0.96694			
Saúde	SA_EC	0.00	1	0.991	1.01	0.99009	0.053848	1.8901	0.13
	SA_G_RIT	15.03	1	0.001	1.01	0.99021			
	SA_GPC	59.83	1	0.001	1.007	0.99325			
Saneamento e Meio ambiente	SM_ECC_S	NaN	0	NaN	NaN	NaN	0.05192	1.8943	0.12
	SM_EOC_S	NaN	0	NaN	NaN	NaN			
	SM_GPC_MA	5.41	1	0.02	NaN	NaN			
	SM_GPC_S	12.67	1	0.001	NaN	NaN			
Segurança Pública	SP_GPC	0.57	1	0.451	1.006	0.99405			
	SP_HPM	2.62	1	0.106	1.209	0.82699			
	SP_MSC	0.76	1	0.383	1.028	0.97305			

	SP_R_MP	538.24	1	0.001	1.192	0.83892	-0.004641	2.008	0.88
2019		Stepwise			Colinearidade		Autocorrelação		
MODELO	Regressoras	X <sup>2</sup>	df	p	VIF	Tolerância	Autocorrelação	DW	p
Controle	Pop	12.02	6	0.062	1.007	0.99285	0.0077853	1.9841	0.82
	Meso	419.60	11	0.001	1.004	0.99609			
Assistên-cia Social	AS_EC						0.027969	1.9425	0.43
	AS_ECT								
	AS_GPC	22.11	1	0.001	1	1			
Cultura	CL_EC_CUL	2.08	1	0.149	1.03	0.97125	0.032556	1.9327	0.36
	CL_GP_PC	3.37	1	0.066	1.05	0.95264			
	CL_GPC	15.37	1	0.001	1.045	0.95736			
	CL_L_PC	8.74	1	0.003	1.028	0.97306			
Condições de Vida	CV_EC_H	0.21	1	0.643	1.001	0.99947	0.028547	1.942	0.42
	CV_GPC_H	0.53	1	0.466	1.096	0.91241			
	CV_GPC_I	39.95	1	0.001	1.096	0.91204			
Desenvolvi-mento Rural	DR_GPC_A	3.92	1	0.048	1	0.99999	0.031114	1.9365	0.37
	DR_GPC_RA	0.33	1	0.565	1	0.99999			
Educação	ED_EC	0.06	1	0.806	1	0.99976	0.044972	1.9096	0.19
	ED_GM	22.00	1	0.001	1.219	0.82042			
	ED_GPC	22.36	1	0.001	1.219	0.82025			
Economia e Mercado	EM_GPC_AT	2.54	1	0.111	1.005	0.995243	0.028148	1.9423	0.4
	EM_GPC_DE	0.65	1	0.419	17.13	0.058391			
	EM_GPC_T	0.25	1	0.619	17.12	0.058403			
Esporte	ES_EC	0.00	1	0.978	1.001	0.99915	0.029499	1.9397	0.39
	ES_EI	0.08	1	0.774	1.001	0.99923			
	ES_GPC	11.04	1	0.001	1.002	0.99839			
Gênero	GE_EC	0.05	1	0.827	1	1	0.032696	1.9334	0.29
Responsa-bilidade Fiscal	RF_BO	0.11	1	0.746	1.346	0.74313	0.020343	1.9583	0.52
	RF_CM_RCL	2.49	1	0.114	1.344	0.74423			
	RF_END	19.98	1	0.001	1.069	0.93512			
	RF_I_DT	2.77	1	0.096	1.065	0.93929			
Saúde	SA_EC						0.019397	1.9597	0.57
	SA_G_RIT	0.32	1	0.57	1.031	0.97039			
	SA_GPC	72.01	1	0.001	1.031	0.97039			
Sanea-mento e Meio ambiente	SM_ECC_S	NaN	0	NaN			0.023186	1.9519	0.49
	SM_EOC_S	NaN	0	NaN	1.011	0.98891			
	SM_GPC_MA	8.38	1	0.004	1.002	0.99823			
	SM_GPC_S	10.71	1	0.001	1.012	0.98786			
Segurança Pública	SP_GPC	21.77	1	0.001	1.005	0.99481	-0.0078062	2.0136	0.88
	SP_HPM	2.78	1	0.095	1.072	0.93284			
	SP_MSC	3.83	1	0.05	1.035	0.96636			
	SP_R_MP	383.72	1	0.001	1.043	0.95885			

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

**APÊNDICE D - RESULTADOS COMPLETOS DA REGRESSÃO LOGÍSTICA –  
STEPWISE E RAZÕES DE CHANCE – 2010 E 2019**

Stepwise								
2010					2019			
MODELO	Regressoras	X <sup>2</sup>	df	p	Regressoras	X <sup>2</sup>	df	p
Controle	Pop	9.135	12	0.691	Pop	17.48	12	0.13
	Meso	196.385	22	0.001	Meso	170.62	22	0
Assistência Social	AS_EC	4.08	2	0.13	AS_EC			
	AS_ECT	3.746	2	0.154	AS_ECT			
	AS_GPC	1.491	2	0.474	AS_GPC	24.74	2	0
Cultura	CL_EC_CUL	4.902	2	0.086	CL_EC_CUL	4.339	2	0.11
	CL_GP_PC	1.084	2	0.582	CL_GP_PC	3.996	2	0.14
	CL_GPC	2.607	2	0.272	CL_GPC	14.185	2	0.001
	CL_L_PC	9.392	2	0.009	CL_L_PC	7.912	2	0.02
Condições de Vida	CV_EC_H	2.432	2	0.296	CV_EC_H	0.207	2	0.9
	CV_GPC_H	1.664	2	0.435	CV_GPC_H	22.9776	2	0
	CV_GPC_I	2.94	2	0.23	CV_GPC_I	2.5455	2	0.28
Desenvolvimento Rural	DR_GPC_A	5.202	2	0.074	DR_GPC_A	2.448	2	0.29
	DR_GPC_RA	1.602	2	0.449	DR_GPC_RA	1.428	2	0.49
Educação	ED_EC	2.802	2	0.246	ED_EC	0.06054	2	0.97
	ED_GM	29.662	2	0.001	ED_GM	18.23479	2	0
	ED_GPC	26.493	2	0.001	ED_GPC	33.37136	2	0
Economia e Mercado	EM_GPC_AT	2.503	2	0.286	EM_GPC_AT	2.209	2	0.33
	EM_GPC_DE	7.839	2	0.02	EM_GPC_DE	5.058	2	0.08
	EM_GPC_T	4.128	2	0.127	EM_GPC_T	4.617	2	0.1
Esporte	ES_EC	4.728	2	0.094	ES_EC	3.99E+00	2	0.14
	ES_EI	6.075	2	0.048	ES_EI	0.9913	2	0.61
	ES_GPC	12.757	2	0.002	ES_GPC	15.7815	2	0
Gênero	GE_EC	7.279	2	0.026	GE_EC	0.1739	2	0.92
Responsabilidade Fiscal	RF_BO	5.577	2	0.062	RF_BO	0.8006	2	0.67
	RF_CM_RCL	24.869	2	0.001	RF_CM_RCL	0.9631	2	0.62
	RF_END	2.284	2	0.319	RF_END	10.8672	2	0
	RF_I_DT	9.144	2	0.01	RF_I_DT	4.4611	2	0.11
Saúde	SA_EC	3.09E+00	2	0.213	SA_EC			
	SA_G_RIT	15.451	2	0.001	SA_G_RIT	4.751	2	0.09
	SA_GPC	35.226	2	0.001	SA_GPC	52.397	2	0
Saneamento e Meio ambiente	SM_ECC_S	5.29E-07	2	1	SM_ECC_S	2.734E-05	2	1
	SM_EOC_S	5.29E-07	2	1	SM_EOC_S	2.734E-05	2	1
	SM_GPC_MA	13.09	2	0.001	SM_GPC_MA	10.793	2	0.01

	SM_GPC_S	9.74	2	0.008	SM_GPC_S	5.585	2	0.06
Segurança Pública	SP_GPC	6.868	2	0.032	SP_GPC	24.527	2	0
	SP_HPM	33.73	2	0.001	SP_HPM	16.287	2	0
	SP_MSC	3.038	2	0.219	SP_MSC	4.802	2	0.09
	SP_R_MP	240.805	2	0.001	SP_R_MP	153.884	2	0
<b>Razões de Chance</b>								
<b>2010</b>						<b>Intervalo de confiança</b>		
<b>MODELO</b>	<b>Regressoras</b>	<b>Comparação (regressora)</b>		<b>P</b>	<b>Razão de Chance</b>	<b>Inferior</b>	<b>Superior</b>	
Controle	Pop1	5001 até 10000 - Até 5000		0.382	0.689	0.299	1.588	
	Pop2	10001 até 20000 - Até 5000		0.441	0.686	0.263	1.789	
	Pop3	20001 até 50000 - Até 5000		0.378	0.615	0.209	1.812	
	Pop4	50001 até 100000 - Até 5000		0.695	1.350	0.301	6.067	
	Pop5	100001 até 500000 - Até 5000		0.440	0.525	0.102	2.695	
	Pop6	Maior que 500000 - Até 5000		0.001	8.923e0+8	2.642e0+8	3.013e0+9	
	Meso1	Norte de Minas - Noroeste de Minas		0.001	68469.329	10673.033	4.39E+05	
	Meso2	Jequitinhonha - Noroeste de Minas		0.001	0.006	0.006	0.007	
	Meso3	Vale do Mucuri - Noroeste de Minas		0.001	6.252e0-6	5.935e0-6	6.586e0-6	
	Meso4	Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba - Noroeste de Minas		0.001	1.313e0+7	1.945e0+6	8.865e0+7	
	Meso5	Central Mineira - Noroeste de Minas		0.001	2.35E+12	9.72E+11	5.67E+12	
Meso6	Metropolitana de Belo Horizonte - Noroeste de Minas		0.001	1.066e0+6	459753.251	2.472e0+6		
Meso7	Vale do Rio Doce - Noroeste de Minas		0.001	49244.809	7782.874	3.12E+05		
Meso8	Oeste de Minas - Noroeste de Minas		0.001	8.128e0+6	1.152e0+6	5.732e0+7		
Meso9	Sul / Sudoeste de Minas - Noroeste de Minas		0.001	4.296e0+7	6.784e0+6	2.720e0+8		
Meso10	Campo das Vertentes - Noroeste de Minas		0.001	1.541e0+6	334683.809	7.091e0+6		
Meso11	Zona da Mata - Noroeste de Minas		0.001	572274.109	207807.057	1.576e0+6		
Assistência Social	AS_EC	Sim - Não		0.001	2717.831	2467.853	2993.130	
	AS_ECT	Sim - Não		0.001	1505.486	1367.045	1657.946	

	AS_GPC	Num.	0.504	1.002	0.996	1.008
Cultura	CL_EC_CUL	Sim - Não	0.032	2.015	1.062	3.823
	CL_GP_PC	Num.	0.529	1.016	0.968	1.066
	CL_GPC	CL_GPC	0.117	1.007	0.998	1.016
	CL_L_PC	Num.	0.006	4.098	1.488	11.290
Condições de Vida	CV_EC_H		0.124	1.577	0.882	2.821
	CV_GPC_H	Num.	0.491	1.004	0.993	1.015
	CV_GPC_I	Num.	0.088	1.002	1.000	1.003
Desenvolvimento Rural	DR_GPC_A		0.028	1.009	1.001	1.017
	DR_GPC_RA		0.001	0.031	0.031	0.032
Educação	ED_EC	Sim - Não	0.001	27479.132	24197.090	31206.344
	ED_GM	Num.	0.001	0.885	0.842	0.929
	ED_GPC	Num.	0.001	1.004	1.002	1.006
Economia e Mercado	EM_GPC_AT		0.169	1.016	0.993	1.040
	EM_GPC_DE		0.104	1.011	0.998	1.024
	EM_GPC_T		0.068	1.020	0.999	1.043
Esporte	ES_EC	Sim - Não	0.040	1.992	1.032	3.847
	ES_EI1	Sim - Não	0.146	1.854	0.807	4.255
	ES_GPC	Num.	0.002	1.016	1.006	1.027
Gênero	GE_EC	Sim - Não	0.193	1.660	0.774	3.559
Responsabilidade Fiscal	RF_BO		0.033	1.063	1.005	1.124
	RF_CM_RCL		0.001	0.920	0.888	0.953
	RF_END		0.194	0.984	0.961	1.008
	RF_I_DT		0.004	0.922	0.873	0.974
Saúde	SA_EC	Sim - Não	0.581	1.239	0.579	2.648
	SA_G_RIT	Num.	0.001	1.126	1.052	1.206
	SA_GPC	Num.	0.001	1.005	1.003	1.007
Saneamento e Meio ambiente	SM_ECC_S	Sim - Não	0.454	1.316	0.642	2.695
	SM_EOC_S	Sim - Não	0.454	1.316	0.642	2.695
	SM_GPC_MA	Num.	0.092	1.015	0.998	1.032
	SM_GPC_S	Num.	0.004	1.011	1.004	1.018
Segurança Pública	SP_GPC	Num.	0.021	1.011	1.002	1.020
	SP_HPM	Num.	0.232	1.001	1.000	1.002
	SP_MSC	Sim - Não	0.918	0.965	0.485	1.918
	SP_R_MP	Num.	0.001	2.80E-10	0.000	0.000
<b>2019</b>					<b>Intervalo de confiança</b>	
<b>MODELO</b>	<b>Regressoras</b>	<b>Comparação (regressora)</b>	<b>P</b>	<b>Razão de Chance</b>	<b>Inferior</b>	<b>Superior</b>
Controle	Pop1	5001 até 10000 - Até 5000	0.094	0.373	0.118	1.184
	Pop2	10001 até 20000 - Até 5000	0.187	0.507	0.185	1.391

Pop3	20001 até 50000 - Até 5000	0.781	1.195	0.340	4.206	
Pop4	50001 até 100000 - Até 5000	0.443	0.378	0.031	4.536	
Pop5	100001 até 500000 - Até 5000	0.872	1.278	0.065	25.195	
Pop6	Maior que 500000 - Até 5000	0.001	9.08E+12	2.641E+12	3.122E+13	
Meso1	Norte de Minas - Noroeste de Minas	0.001	36627.9877	5246.6546	255707.6	
Meso2	Jequitinhonha - Noroeste de Minas	0.001	0.004	0.003	0.004	
Meso3	Vale do Mucuri - Noroeste de Minas	0.001	1.408e0-8	1.318e0-8	1.505e0-8	
Meso4	Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba - Noroeste de Minas	0.001	1.530e0+6	347767.71	6.733e0+6	
Meso5	Central Mineira - Noroeste de Minas	0.001	262543.382	20799.783	3.314e0+6	
Meso6	Metropolitana de Belo Horizonte - Noroeste de Minas	0.001	544079.771	157686.97	1.877e0+6	
Meso7	Vale do Rio Doce - Noroeste de Minas	0.001	7706.523	1194.455	49721.820	
Meso8	Oeste de Minas - Noroeste de Minas	0.001	535946.92	58814.599	4.884e0+6	
Meso9	Sul / Sudoeste de Minas - Noroeste de Minas	0.001	2.299e0+6	541158.34	9.766e0+6	
Meso10	Campo das Vertentes - Noroeste de Minas	0.001	1.339E+18	3.392E+17	5.285E+18	
Meso11	Zona da Mata - Noroeste de Minas	0.001	26855.858	6406.611	112577.016	
Assistência Social	AS_EC	Sim - Não				
	AS_ECT	Sim - Não				
	AS_GPC	Num.	0.001	1.008	1.003	1.012
Cultura	CL_EC_CUL	Sim - Não	0.055	2.137	0.985	4.633
	CL_GP_PC	Num.	0.251	1.007	0.995	1.019
	CL_GPC	CL_GPC	0.001	1.013	1.006	1.020
	CL_L_PC	Num.	0.496	291.90404	2.346E-05	3.632E+09
Condições de Vida	CV_EC_H		0.842	1.001	0.988	1.015
	CV_GPC_H	Num.	0.001	1.003	1.001	1.004
	CV_GPC_I	Num.	0.330	1.496	0.666	3.361
Desenvolvimento Rural	DR_GPC_A		0.139	1.004	0.9988	1.009
	DR_GPC_RA		0.001	32350000	30260000	34590000
Educação	ED_EC	Sim - Não	0.823	1.18E+00	2.85E-01	4.85E+00
	ED_GM	Num.	0.007	1.184	1.048	1.338

	ED_GPC	Num.	0.001	1.002	1.001	1.004
Economia e Mercado	EM_GPC_AT		0.275	1.007	0.995	1.019
	EM_GPC_DE		0.071	1.031	0.997	1.065
	EM_GPC_T		0.084	0.971	0.938	1.004
Esporte	ES_EC	Sim - Não	0.531	1.264806	0.606601	2.637211
	ES_EI1	Sim - Não	0.001	2.65E+03	2.28E+03	3084.9203
	ES_GPC	Num.	0.002	1.013	1.005	1.021
Gênero	GE_EC	Sim - Não	0.835	1.0985	0.4547	2.6541
Responsabilidade Fiscal	RF_BO		0.380	0.065	0.000	28.827
	RF_CM_RCL		0.348	0.961	0.885	1.044
	RF_END		0.025	0.948	0.905	0.993
	RF_I_DT		0.035	1.100	1.007	1.201
Saúde	SA_EC	Sim - Não				
	SA_G_RIT	Num.	0.711	1.012	0.950	1.078
	SA_GPC	Num.	0.001	1.004	1.002	1.005
Saneamento e Meio ambiente	SM_ECC_S	Sim - Não	0.308	1.256	0.811	1.945
	SM_EOC_S	Sim - Não	0.308	1.256	0.811	1.945
	SM_GPC_MA	Num.	0.005	1.014	1.004	1.024
	SM_GPC_S	Num.	0.024	1.005	1.001	1.008
Segurança Pública	SP_GPC	Num.	0.001	1.097	1.046	1.151
	SP_HPM	Num.	0.580	1.001	0.999	1.003
	SP_MSC	Sim - Não	0.041	2.478	1.037	5.920
	SP_R_MP	Num.	0.001	1.02E-12	8.86E-13	1.18E-12

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

## NOTAS SOBRE O CONCEITO DE POTENCIAL DE MOBILIDADE SOCIAL

*To define a thing, is to select from among the whole of its properties those which shall be understood to be designated and declared by its name; the properties must be very well known to us before we can be competent to determine which of them are fittest to be chosen for this purpose<sup>1</sup>.*

John Stuart Mill (1843)

Este capítulo apresenta o processo de proposição do conceito de potencial de mobilidade social, desde a concepção à sistematização, como produto final e objetivo primeiro da presente tese. Ao se propor a pergunta desta pesquisa – Como se dá a influência do Estado na promoção de um ambiente potencialmente favorável à mobilidade social? –, verificou-se a demanda por aplicar uma lente nova a um tema consolidado, como forma de colaborar para a mitigação desse *wicked problem* vivido no Brasil e no mundo: níveis insatisfatórios de mobilidade social. Diante disso, surgiu o interesse por apresentar o processo por trás da proposição dos artigos que compõem esta tese e como seus resultados se complementam para dar origem à materialização dessa nova lente, um conceito replicável e aplicado à realidade municipal.

### 1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida para a estruturação de uma pesquisa no campo de ciências sociais se dá por meio da escolha do conceito a ser aplicado para a análise do fenômeno de interesse. Ao se investigar “mobilidade social”, por exemplo, é basilar que o pesquisador escolha o viés e a fundamentação teórico-metodológica que melhor define e ilustra a perspectiva do contexto a ser investigado. Vale destacar que, ao menos para ser aplicado em pesquisas empíricas, o conceito não se resume a uma

---

<sup>1</sup> Tradução minha: “definir algo, é selecionar entre o todo de suas propriedades aquelas que devem ser compreendidas para serem designadas e declaradas por seus nomes; as propriedades devem ser bem conhecidas por nós antes de sermos competentes para determinar quais delas são as mais adequadas para serem escolhidas para esse propósito”.

definição do termo, mas também aos atributos que ele carrega consigo, de acordo com o viés de sua concepção.

Mobilidade social (MS) é um exemplo de conceito que possui diversas definições, provenientes de áreas como sociologia, economia e educação. Ela se refere ao movimento de indivíduos ou grupos entre diferentes estratos sociais. Sua compreensão empírica pode ocorrer de forma horizontal ou vertical, absoluta ou relativa, estrutural ou circular, e sob diferentes perspectivas temporais, inter ou intrageracional. Quanto ao tipo de mobilidade, três são mais utilizadas: econômica, pode ser de renda ou de riqueza; ocupacional e educacional. Atualmente, as mobilidades geográfica e cultural vêm sendo discutidas de forma mais específica. Cabe aos pesquisadores fazer as escolhas que melhor se adequem ao objeto e à pergunta de pesquisa a ser respondida.

No presente capítulo, porém, propõe-se um conceito derivado da mobilidade social, denominado “potencial de mobilidade social” (PMS). Essa proposta acrescenta uma nova perspectiva para a análise do fenômeno: o objeto de estudo passa a ser as mudanças no *status* social de municípios e não de indivíduos, como uma forma de verificar o quão favorável à mobilidade social o ambiente estudado é para sua população. Por meio da materialização desse novo conceito, buscou-se integrar áreas que estudam o tema – como economia, sociologia, educação e saúde – para que seja possível o desenvolvimento de pesquisas inter e multidisciplinares, ampliando as possibilidades de atuação do Estado. Considerando a complexidade do fenômeno, a integração das áreas se mostra um esforço válido para a melhor compreensão da realidade.

Para a composição deste capítulo, trabalhou-se, na próxima seção, a literatura relacionada à construção de conceitos nas ciências sociais, sendo que as obras de Gerring e Christenson (2017) e Goertz (2006) foram as mais utilizadas nesse processo. Em seguida, foram apresentadas as escolhas teórico-metodológicas realizadas para construir o conceito de potencial de mobilidade social a partir da literatura levantada. Finalizou-se este ensaio com as reflexões sobre conceito e os próximos passos. Ao longo de todo o capítulo, destacou-se em negrito as reflexões e os elementos que foram aplicados no conceito aqui proposto.

## 2 CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Segundo Sartori (1984), um conceito, para as ciências sociais, consiste no significado que um termo carrega, considerando sua conotação, melhor dizer, os atributos que compõem esse significado. Logo, entende-se que o mesmo termo pode ser definido de diversas formas, a depender de suas características. Sem a clareza referente tanto à semântica quanto aos atributos, autores e leitores enfrentam dificuldades em compreender a abordagem por trás da pesquisa e seus consequentes resultados.

O autor usa o conceito de 'poder' para exemplificar seu argumento: poder, para uma vertente, significa a influência que A exerce sobre B para que B faça algo que não faria se não houvesse essa influência. Em um segundo cenário, poder ilustra o fato de A coagir B a fazer o que A quer, conflitando com os interesses de B. Enquanto no cenário 1 o atributo que define poder é a influência, no 2 é a coerção que caracteriza o conceito. Esses e outros cenários ilustram as diferentes facetas de um único conceito (Sartori, 1984).

Antes de prosseguir, faz-se necessário distinguir brevemente três termos que podem ser confundidos: teoria, argumento e conceito. Nas ciências sociais aplicadas, a teoria fornece um arcabouço abstrato e sistematizado que busca explicar fenômenos sociais complexos, fornecendo uma estrutura conceitual ampla. Argumentos, por sua vez, são construções lógicas e racionais utilizadas para sustentar ou refutar teses dentro do contexto teórico, integrando evidências empíricas e conceituais. Já os conceitos, representam categorias abstratas que encapsulam elementos específicos da realidade social, fornecendo unidades fundamentais para análise e descrição em pesquisas e práticas. Em suma, a teoria proporciona um enquadramento conceitual amplo, enquanto os argumentos sustentam ou refutam teses dentro desse contexto teórico; simultaneamente, os conceitos se materializam em constructos a serem observados empiricamente (King; Keohane; Verba, 2021).

Conceitos são a pedra fundamental do campo das ciências sociais. Em 1949, Weber atrelou o progresso do campo aos conflitos e às evoluções dos conceitos e explicou que “a história das ciências sociais é e permanece sendo um processo contínuo que passa pela tentativa de ordenar a realidade analiticamente por meio da construção de conceitos” (Weber, 1949, p. 105, tradução nossa). Esse argumento se

mostra válido para os dias de hoje quando se observa as transformações que as dinâmicas sociais vêm sofrendo ao longo do tempo, o que demanda dos pesquisadores flexibilidade e parcimônia para analisar os fenômenos.

Assim, como não há uma definição única para tópicos das ciências sociais, devido à dinamicidade dos fenômenos e contextos estudados e da ampla gama de possibilidades de investigação desses fenômenos, tampouco há um único processo de se operacionalizar e aplicar um conceito nesse campo.

Schaffer (2016) explica que há diferenças entre a forma positivista e interpretativista de se adotar um conceito em estudos das ciências sociais. Enquanto o propósito positivista consiste em formular e testar hipóteses relacionadas a instituições com base nos atributos e nas possibilidades de mensuração desses conceitos, interpretativistas almejam debater sobre como os significados e as relações de poder moldam as estruturas sociais e as pesquisas acerca delas. O autor destaca que é importante que pesquisadores compreendam e explicitem o modo como abordam os conceitos em suas pesquisas, pois essa perspectiva molda a forma de desenvolver o estudo como um todo.

Partindo da importância que tem o conceito para as ciências sociais, Gerring e Christenson (2017) propuseram um conjunto de critérios para determinar a qualidade de um conceito, o qual foi apresentado no Quadro 1. Tais critérios foram colocados pelos autores já como orientações para construção de novos conceitos.

Quadro 1 – Critérios de Formação de Conceito

<p><b>Ressonância</b> (familiaridade, uso corriqueiro; antônimos: idiosincrasia, neologismo, estipulação)          - Quão fiel é o conceito às definições existentes e ao uso estabelecido?</p> <p><b>Coerência interna</b> (profundidade, essência, capilaridade, produtividade, tipos naturais, poder, realidade, densidade)          - Quantos atributos os referenciais de um conceito compartilham?</p> <p><b>Diferenciação externa</b> (contexto, espaço de distinção, perspectiva, ponto de referência, campo semântico)          - Quão diferente é o conceito de conceitos afins? Qual é o espaço de distinção em que o conceito se define?</p> <p><b>Utilidade teórica</b>          - Qual é a utilidade de um conceito no âmbito de uma teoria mais ampla e de um projeto de pesquisa?</p> <p><b>Consistência</b> (antônimo: desvio)          - O significado de um conceito é consistente ao longo de um estudo?</p>
--

Fonte: Gerring e Christenson (2017, p. 59, tradução nossa).

Vale destacar que esses critérios são aplicáveis não apenas para a designação de um significado semântico do conceito, mas também para o desenvolvimento de toda sua dimensão epistemológica, a qual abrange também a concepção de características relevantes para as futuras análises empíricas. Sobre isso, Goertz (2006, p. 4, tradução nossa) afirma que “um bom conceito estabelece distinções que são importantes para o comportamento do objeto. Os atributos centrais aos quais a definição se refere são os que se provam relevantes para hipóteses, explicações e mecanismos causais”.

Ciente do que foi discutido até agora, ficam os seguintes questionamentos: Como pode ser, de fato, construído um conceito? Quais são as etapas para tanto? Foi adotada, neste capítulo, a abordagem de Goertz (2006) de que a construção de um conceito nas ciências sociais parte de uma perspectiva ontológica, causal e realista. **Ontológica** porque é preciso conhecer e apresentar a natureza do conceito. Nesse caso, por conta do perfil funcionalista do PMS, enfatizou-se a existência de categorias e propriedades intrínsecas na realidade que influenciam a formação do conceito. O fator **causal** representa não apenas as relações de causalidade propriamente ditas, mas os mecanismos, as explicações e as hipóteses que acompanham o *framework* teórico-metodológico do conceito. Por fim, o conceito é **realista** quando ele é desenvolvido para uma realidade empírica existente. Goertz (2006) destaca que é crucial refletir sobre essas características do conceito antes de operacionalizá-lo, para que sua construção seja condizente com a teoria e com a realidade de interesse.

A partir desses elementos, Goertz (2006) propõe que conceitos multidimensionais sejam desenvolvidos em três níveis: básico, secundário e operacional. O **nível básico** traz o significado semântico atribuído e precisa estar aliado aos componentes que formam o constructo.

Antes da delimitação de Goertz (2006), Gerring e Barresi (2003) sugeriram duas estratégias para delimitar o nível semântico de um conceito: **definições mínimas**, que são as características ‘suficientes’ de um conceito, para que ele não seja confundido com termos afins. Um exemplo dado pelos autores é que democracia possui uma condição mínima para quase todos os autores, qual seja, a realização de eleições justas e livres, pois sem essa condição o governo não seria democrático, mesmo tendo outros atributos, ao mesmo tempo que essa condição pode ser considerada suficiente, sem a necessidade de outras.

As **definições máximas**, por outro lado, propõem um modelo de conceito puro, incluindo o máximo de atributos possíveis. Essa abordagem parte da perspectiva Weberiana de tipo-ideal, a saber, quanto mais características analíticas puderem ser apresentadas, mais possibilidades empíricas são ofertadas, ainda que não se espere que algum objeto de estudo possua todas as características listadas. Em uma versão atualizada da discussão, Gerring e Christenson (2017, p. 65, tradução nossa) apontam que nem todos os conceitos seguirão essa lógica de mínimo ou máximo, mas que “são moldados primeiramente por utilidade teórica, por exemplo, por meio das funções as quais os conceitos devem atender em meio a um argumento maior e a um desenho de pesquisa”.

Essa flexibilidade foi adotada para o PMS e dialoga com Goertz (2006) ao propor que o nível básico do conceito não precisa conter dimensões teóricas rígidas essenciais, mas sim um contínuo de dimensões suficientes para capturar as variações do contexto estudado. Isso possibilita uma certa extensão conceitual, pois o foco aqui foi compreender o fenômeno e não o determinar.

Passando para o **nível secundário**, Grin (2012, p. 155) o define como a etapa na qual “deve-se considerar a estrutura interna do conceito e suas partes constitutivas (por exemplo, eleições competitivas e os direitos civis em uma democracia), já que podem operar como mecanismos causais explicativos”, realizando a formação do conceito<sup>2</sup>. Goertz (2006, p. 53) explica que esses dois níveis são complementares, uma vez que “o nível básico é muito abstrato e complexo para ser diretamente convertido no nível de dados/indicadores. O nível secundário fornece um vínculo teórico entre o nível abstrato e o nível concreto dos dados/indicadores”.

Não se trabalhou com mecanismos causais para o PMS, mas sim com determinantes. Esse é um método aceitável para Goertz (2006), pois os interesses dos cientistas sociais variam de acordo com o objeto de estudo e o desenho de pesquisa. Sendo assim, extraiu-se da literatura os determinantes da mobilidade social, a partir da revisão sistemática do primeiro artigo da tese, para a construção do embasamento teórico-metodológico que fundamentou o terceiro nível do conceito.

---

<sup>2</sup> Gerring (1999, p. 378) apresenta uma importante distinção entre formação e operacionalização do conceito. Enquanto o primeiro “se refere à escolha de termos, atributos e elementos a serem definidos”, o segundo trata diretamente da escolha de variáveis para sua composição em determinado desenho de pesquisa.

No **nível operacional**, “o foco é operacionalizar e mensurar os indicadores para reunir informações” (GRIN, 2012, p. 157). Questões referentes à natureza das variáveis, pesos dos fatores e técnicas estatísticas são levantadas nesta etapa, e todas as escolhas precisam dialogar com níveis básico e secundário do conceito. A partir disso, é possível alcançar a consistência, um critério já mencionado neste tópico. Goertz (2006) esclarece que, partindo do viés de condições mínimas, os níveis secundário e operacional não precisam ser replicados de forma literal em estudos distintos, desde que o nível abstrato tenha sido retratado de forma a permitir a substitutibilidade de dimensões e indicadores.

Essa flexibilidade na constituição desses níveis empíricos auxilia no enfrentamento de desafios metodológicos que pesquisadores encontram em tempos atuais, principalmente, no ato de futura adoção ou replicação de estudo relacionados a: (i) disponibilidade, consistência, qualidade e definição de dados e variáveis; (ii) atualizações da pesquisa diante das transformações advindas da evolução do conhecimento; e (iii) mudanças no contexto socioeconômico e cultural ao longo do tempo (Salzman, 2003).

Para a aplicação empírica do PMS, utilizou-se a revisão sistemática do primeiro artigo, a partir da qual foram identificados condicionantes da mobilidade social brasileira que poderiam explicar o PMS dos municípios de interesse. A realização dessa revisão sistemática, com foco em estudo empíricos sobre a realidade brasileira, foi uma estratégia efetiva para a busca da consistência metodológica, pois, por meio dela, foi possível sistematizar definições, determinantes e condicionantes da mobilidade social que embasaram o desenvolvimento do conceito de PMS.

Partindo desse embasamento teórico-metodológico, desenvolveu-se os três artigos que compõem a tese. Com o primeiro, tratou-se de levantar e sistematizar a literatura que embasaria os demais. No Artigo 2, desenvolveu-se uma variável dependente que materializasse o conceito – o Índice de Potencial de Mobilidade Social (IPMS); no terceiro, verificou-se os indicadores explicativos dos resultados obtidos. No tópico que segue, sistematizou-se, a partir da literatura de construção de conceito, os passos adotados para a esquematização dos três níveis do PMS. Como este capítulo está apresentado juntamente com os referidos artigos, não traz resultados ou detalhes da operacionalização, mas sim as escolhas que foram feitas e poderão orientar futuros estudos.

### 3 CONCEITO DE POTENCIAL DE MOBILIDADE SOCIAL

Nesta seção, apresentou-se o conceito em três etapas. Contudo, optou-se por não seguir a lógica de Goertz (2006) para explicar a operacionalização, adotando, nesse caso, sequência dos artigos da tese, pois acredita-se que esse raciocínio seja mais familiar a doutorandos brasileiros, principalmente aqueles que desenvolvem seu relatório final, no formato de artigos. Sendo assim, cada subseção apresentou os seguintes elementos: definição semântica a partir do embasamento teórico; desenvolvimento da *proxy* para operacionalização do conceito; e delimitação de indicadores para aplicação empírica. No subtópico a seguir, antes da definição em si, foi apresentada uma breve discussão acerca do conceito teórico que fundamenta o PMS.

#### 3.1 Teorias associadas ao conceito base e delimitação conceitual do PMS

Mobilidade social consiste na “mudança de posição social de uma pessoa (ou grupo de pessoas) num determinado sistema de estratificação social” (Oliveira, 2006, p.127), podendo ser chamada de fluxo social. Vale destacar que o presente capítulo parte do conceito de Dias (2004, p. 154) sobre estratificação social, em que o autor define a expressão como “divisão da sociedade em camadas (ou estratos), sendo que seus ocupantes têm acesso desigual a oportunidades sociais e recompensas”. Essa estratificação decorre das diferenças entre os seres humanos e é manifestada mais expressivamente nas desigualdades sociais observadas cotidianamente em todas as sociedades ao redor do mundo, o que faz da ideia de igualdade “uma impossibilidade social” (Dias, 2004, p. 153).

Essa circulação de indivíduos pode ocorrer dentro do mesmo estrato, caracterizando uma mobilidade horizontal, como ocorre quando há a mudança de profissão sem transitar para outra categoria ocupacional. A mobilidade vertical, por sua vez, acontece quando há uma transição de camada juntamente com a transição profissional (Oliveira, 2006). Também é possível verificar a ocorrência do fenômeno de forma intergeracional, comparando o *status* socioeconômico dos filhos com a dos seus pais, ou intrageracional, quando se observa mudanças entre o primeiro emprego

do entrevistado e a ocupação atual. **O conceito aqui proposto trabalha apenas a mobilidade (ou imobilidade, no caso de ausência) social vertical intergeracional, sendo que esta pode ser ascendente ou descendente.** Todavia, encoraja-se futuras pesquisas a explorar essas outras dimensões da mobilidade social sob uma perspectiva agregativa, para ampliar essa nova agenda.

Estudiosos se debruçaram sobre as razões por trás dos padrões de mobilidade social que foram sendo identificados ao longo do tempo em determinadas sociedades. Saunders (1997) confronta duas grandes vertentes utilizadas para analisar a mobilidade intergeracional na Europa: a de (des)vantagens sociais e a da meritocracia. A primeira está relacionada ao *background* do indivíduo e (des)vantagens materiais e culturais que ele traz para disputar as oportunidades. Para aplicar essa corrente ao estudo de mobilidade social, adotou-se a fundamentação nas discussões sobre classe social, sua construção e seus simbolismos de acordo com diferentes teóricos, como Marx, Weber e Bourdieu. Assim, os resultados do indivíduo seriam determinados por sua origem (Platt, 2016).

Em contraponto, a vertente alternativa parte de uma sociedade meritocrática, que se baseia nos atributos individuais para explicar quão bem ou mal sucedido é o candidato e como se sairão as próximas gerações. O foco aqui se dá nas habilidades e competência inatas e adquiridas, não em condição socioeconômica, e isso seria transmitido intergeracionalmente, entendendo que o filho de um pai apto e bem sucedido teria mais chances de igualar ou superar seu pai por conta dessas habilidades em particular, não da classe à qual ele pertence (Saunders, 1997).

Como a realidade não é linear, Whelan e Layte (2004, p. 92) destacam que a tese da meritocracia “ignora a capacidade daqueles em posições privilegiadas manterem suas vantagens relativas mesmo diante de pressões de crescimento da concorrência”. Os autores mencionam a competição desleal entre estudantes de escolas públicas e privadas irlandesas para argumentar que não há mobilidade se o *status* do mais rico estiver blindado. Jin e Ball (2020) complementam explicando que essa teoria é usada por diversos governos e lideranças para justificar desigualdades sociais. Além disso, que esse discurso tem influenciado negativamente o cenário universitário chinês. **Considerando a desigualdade de condições diagnosticada na realidade brasileira, o conceito de PMS foi proposto a partir do entendimento de que só é possível haver meritocracia mitigando as (des)vantagens sociais**

**que fogem do controle do indivíduo. Logo, o Estado tem um importante papel na oferta de condições justas que estimulam a mobilidade social.**

Partindo para a compreensão do que determina os resultados dos indivíduos nesse cenário, duas teorias têm sido amplamente usadas nas discussões brasileiras: a Teoria do Capital Humano e a Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho. Elas confrontam os dois fatores mais expressivos para a compreensão de classes sociais: educação e ocupação. Capital humano consiste nas habilidades e competências, natas ou adquiridas, que viabilizam a atuação do indivíduo no setor produtivo, juntamente com sua possibilidade de migração para usufruir de melhores oportunidades laborais (Braga *et al.*, 2020). Essa teoria, proposta pelos economistas contemporâneos Becker (1960) e Schultz (1961), parte da perspectiva de que a oferta de mão de obra delimita os ganhos dos trabalhadores e de que o investimento em capital humano, por parte de nações, organizações e indivíduos, traz ganhos que se refletem tanto na produtividade quanto nos salários praticados no mercado.

Em 2019, Winterton e Cafferkey propuseram um modelo de análise adequado à dinâmica atual, em que os três elementos que compõem o capital humano são competência, motivação e organização, os quais, por sua vez, são formados por três dimensões cada. A primeira consiste na essência da teoria e é medida pelas capacidades cognitivas (conhecimento), funcionais (habilidade psicomotoras) e sociais (relacionamento interpessoal) do colaborador. Já para se compreender a motivação, é necessário considerar a motivação intrínseca (satisfação do colaborador com o trabalho), motivação extrínseca (pacote de benefícios ofertados pelo empregador) e comprometimento organizacional (apego do trabalhador para com a empresa). Por fim, a dimensão organização consiste “na forma que o trabalho é organizado e em que medida tal organização fornece a oportunidade de aplicar competências” (Winterton; Cafferkey, 2019, p. 228, tradução nossa) e pode ser observado a partir de três fatores: a discricionariedade na execução das tarefas, a possibilidade que o empregado tem de aplicar suas habilidades e as oportunidades ofertadas de treinamento e desenvolvimento.

Sozinha, contudo, a Teoria do Capital Humano não é suficiente para explicar a dinâmica de ganhos, tendo em vista que ela parte do pressuposto que a produtividade seja o determinante absoluto da delimitação salarial; logo, indivíduos igualmente produtivos receberiam de forma equivalente, o que não ocorre na realidade. Como

forma de contrapor essa vertente, a Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho proporciona determinantes que auxiliam na compreensão das diferenças de pagamentos nos distintos segmentos do mercado (Doeringer; Piore, 1985).

Doeringer e Piore (1985) chamam de “segmentos” os dois principais grupos que distinguem as ocupações: um mais alto, composto por profissões que demandam alto nível de qualificação e geram grandes retornos aos funcionários, gerando um ambiente mais estável; e um mais baixo, depende minimamente de qualificação, remunera pior e representa uma dinâmica instável. Transitar entre eles é algo complexo devido a barreiras estruturais. Dessa forma, Monte e Lins (2014, p. 93) explicam que “os diferenciais de salários e produtividade surgem dessa segmentação, a despeito de qualquer que seja o nível de capital humano dos trabalhadores.” Assim sendo, para aplicar a Teoria da Segmentação de Mercado de Trabalho, é necessário identificar os obstáculos ocupacionais dificilmente transponíveis pelos indivíduos de uma determinada sociedade, que vão desde a discriminação de características intrínsecas de certos trabalhadores, como cor, gênero e idade, até a situação vigente da economia local (Higano, 2019). Diante da complexidade do mercado e das condições socioeconômicas das famílias brasileiras, estudos têm utilizado ambas as teorias para compreender a mobilidade intergeracional. Monte e Lins (2014) analisaram como fatores do capital humano, no caso, a educação, influenciavam na possibilidade de o filho atuar no segmento formal mesmo seu pai tendo ocupação de caráter informal. Os autores concluíram que “a mobilidade intergeracional para cima, quando ocorre, deve-se basicamente aos condicionantes de capital humano” (Monte; Lins, 2014, p. 109), indicando que a escolaridade auxilia na formalização do trabalho desses indivíduos.

**Aqui, parte-se do pressuposto que ambas as teorias precisam ser aplicadas em conjunto, de acordo com o local de análise. Entende-se que em locais mais propícios à mobilidade social, há mais espaço para que a Teoria do Capital Humano prevaleça. Contudo, nos locais em que os obstáculos ocupacionais se destacam, a Teoria da Segmentação de Mercado de Trabalho se mostra mais adequada para compreensão e intervenção na realidade.**

Em resumo, a mobilidade social é um conceito multifacetado que abrange dinâmicas complexas e oportunidades de mudança nas posições sociais dentro de uma sociedade ao longo do tempo. A análise desse cenário ajuda a compreender

como oportunidades e condições contribuem para a formação das trajetórias de vida das pessoas em diferentes contextos sociais. **Partindo disso, o potencial de mobilidade social se refere à situação de um dado território em termos de oferta de um ambiente favorável à mobilidade social de sua população. Logo, se um território apresenta um alto desempenho em termos de PMS, isso significa que ele possui um ambiente favorável à mobilidade social das pessoas que lá residem.**

Vale destacar, por fim, que não houve a intenção de alterar ou substituir nem o conceito de mobilidade social, nem seus conceitos afins. Pelo contrário, o PMS foi inspirado na mobilidade social, sem tampouco estabelecer uma relação de dependência entre eles. Isso significa que se usou um conceito teórico existente como um ponto de partida e foram adicionados novos elementos para criar algo novo. Essa posição converge com as indicações de Sartori (1984) e Gerring e Christenson (2017) de que novos conceitos deveriam interferir o mínimo possível no que já existe em dado campo do conhecimento, para não provocar futuros usos indevidos, extensão, alargamento ou até mesmo anarquia conceitual.

Após a discussão da base teórica do PMS, o próximo passo é a sua materialização e, para tanto, foi desenvolvida a *proxy* apresentada a seguir.

### **3.2 Construção da *Proxy* do PMS**

Primeiramente, aponta-se que os caminhos percorridos no desenvolvimento do conceito proposto nesta tese, tomaram um rumo positivista (Schaffer, 2016) devido ao objetivo final de se ofertar um instrumento aplicável para pesquisas empíricas e elaboração de políticas públicas. Gerring e Christenson (2017, p. 58, tradução nossa) defendem essa abordagem para a área de ciências sociais aplicadas quando atestam que conceitos “recebem significado empírico por meio de indicadores escolhidos para mensurá-los”, uma vez que sem isso resta apenas a subjetividade do sentido semântico. Como a base teórica do PMS vem da vasta e multidisciplinar literatura de mobilidade social, o foco foi na estruturação de um *framework* para capturar o fenômeno social de interesse, o que justificou o viés funcionalista adotado ao longo da condução de toda a tese até chegar no capítulo corrente.

O protocolo metodológico que embasou a formação do IPMS vem do relatório do Fórum Econômico Mundial denominado *The Global Social Mobility Report 2020: Equality, Opportunity and a New Economic Imperative*, em que foi apresentado o *Global Social Mobility Index* (GSMI), um indicador que mensura o índice de mobilidade social em 82 países. Ele é composto por cinco pilares subdivididos em 10 dimensões, com quatro variáveis em cada. Ao contrário do que se é realizado no campo, o GSMI não é formado por variáveis referentes aos indivíduos, mas sim os países em si. Mais informações estão disponíveis no Anexo A do segundo artigo desta tese.

Destaca-se que o propósito deste estudo não foi replicar exatamente a composição do GSMI, mas utilizá-lo com embasamento para o nível secundário do PMS: para o levantamento de dimensões teóricas. Vale pontuar que a replicação não seria possível, pois as unidades e os períodos de interesses são distintos, o que significa diferenças no tipo e na disponibilidade de dados. A décima dimensão do GSMI, por exemplo, avalia o quão inclusivas são as instituições daquele país; dados esses que não estavam disponíveis para os municípios brasileiros no ano de 2000. Sendo assim, as dimensões e as variáveis foram adequadas à realidade e à disponibilidade dos municípios de Minas Gerais, para os anos de 2000, 2010 e 2019, como apresentado na tese. Por outro lado, entende-se que o GSMI ilustra as condições máximas (Gerring; Barresi, 2003) do conceito de PMS até o momento, uma vez que consiste no indicador mais abrangente – composto por diversas dimensões distintas – identificado por esta tese.

Antes de descrever o indicador em si, alguns elementos são essenciais para o PMS como um constructo, para se alcançar parâmetros mínimos de coerência com a teoria da mobilidade social e comparabilidade entre pesquisas futuras:

**- Diferenciação entre variáveis de situação e de condição:** essa é a primeira grande distinção entre o GSMI e o IPMS. Para analisar se um indivíduo experienciou mobilidade social, parte-se da escolha ou da estruturação de uma variável dependente que represente a realidade desse indivíduo. Logo, para verificar a realidade de um território, trabalhou-se apenas com “variáveis de situação” (como foi denominado na tese). As “variáveis de condição”, por sua vez, representam ações realizadas para influenciar a situação. Em uma análise de regressão, como foi desenvolvida no terceiro artigo da tese, a variável dependente é o IPMS, com a função de materializar

o conceito; enquanto as variáveis regressoras são os condicionantes, que explicam o IPMS. O GSMI é formado tanto por variáveis de situação quanto de condição.

- **Respeito à temporalidade:** uma vez que a mobilidade social, de acordo com a literatura aqui adotada, possui o propósito de analisar a situação em que pessoas se encontram ao longo do tempo, é necessário realizar uma comparação temporal também para o PMS, o que significa que a *proxy* não o representa se for apresentada apenas para um ano. Optou-se pelo foco na opção intergeracional de se capturar o fenômeno, mas é possível delimitar espaços curtos de tempo e adequar as discussões teóricas para capturar o fenômeno intrageracionalmente. Essa questão temporal não está presente no GSMI e representa outra distinção entre os indicadores.

- **Comparação entre estratos de desempenho:** da mesma forma que a literatura classifica o *status* dos indivíduos em estratos para analisar a mobilidade social em si, o mesmo foi feito para o PMS, mas não para o GSMI.

- **Amplitude do conceito:** mobilidade social é um conceito amplo, que indica mudanças no *status* social de pessoas. Se o intuito for observar mudanças apenas educacionais, ocupacionais ou de renda, por exemplo, o adequado é a adoção dos conceitos de mobilidade educacional, ocupacional ou econômica/de renda, respectivamente. Da mesma forma, propõe-se que o PMS seja um indicador multidimensional, composto por variáveis de diversas áreas, para alcançar a abrangência da proposta do conceito base. Por oportuno, encorajo estudos sobre potencial de mobilidade educacional, ocupacional, econômica, e sobre demais tipos que estão surgindo mais recentemente na literatura, como a geográfica.

- **Limites da replicabilidade:** como já mencionado, o contexto é essencial para compreender o quão favorável é o ambiente dos municípios à mobilidade social. Nos países nórdicos, por exemplo, saneamento básico não é um problema, como no Brasil; logo, variáveis relacionadas a isso não precisam ser acrescentadas em pesquisas desenvolvidas lá, enquanto aqui, saneamento foi uma área importante a ponto de constituir um fator do IPMS. O mesmo pode ocorrer dentro do território brasileiro e as variáveis que ‘funcionaram’ no modelo desenvolvido para os municípios mineiros podem não ser as mesmas para as cidades do estado do Tocantins. O importante é encontrar consistência teórico-metodológica para compreender o fenômeno.

A partir desses elementos, passou-se para a operacionalização do conceito ou o nível dos indicadores, propondo uma *proxy* com as seguintes características, segundo Gerring e Christenson (2017)<sup>3</sup>:

- O IPMS é um índice multidimensional, que vai de 0 a 1. Uma variável quantitativa e numérica composta por dimensões que materializam campos distintos da literatura. Assim, foi possível verificar diversas áreas que poderiam influenciar a vida das pessoas a longo prazo.

- Foram utilizadas as mesmas variáveis e os mesmos testes estatísticos para a construção da *proxy* nos diferentes anos. Essa consistência metodológica é essencial para que não haja variações nos resultados, uma vez que mudanças na fórmula, na seleção de variáveis ou na atribuição de pesos podem impactar significativamente os resultados e tornar difícil a comparação ao longo dos anos.

- As variáveis foram agregadas por análise fatorial, “com o pressuposto de que cada componente é igual e independente” (Gerring; Christenson, 2017, p. 71). O teste de análise fatorial reuniu variáveis do mesmo campo teórico e, a partir disso, foi possível formar fatores consistentes internamente e divergentes entre si.

- O modo de agregação também explicita que o objetivo da *proxy* foi de agrupamento, e não de discriminação de atributos, diante da busca por unir fatores convergentes internamente e diferenciados externamente, respeitando os critérios de Gerring e Christenson (2017) apresentados na segunda seção deste capítulo.

- Para possibilitar a comparação em diferentes períodos, foram realizadas duas padronizações: (1) a partir da análise fatorial para o ano 2000, foram constituídas três dimensões, o que levou a delimitação de três fatores na realização das análises fatoriais para os anos de 2010 e 2019, como as variáveis e a ordem das cargas fatoriais se repetiram, foi confirmada a validade do modelo; e (2) os pesos dos fatores do primeiro ano foram repetidos nos demais na formação do índice em si.

- Por fim, dividiu-se os resultados do IPMS em três categorias, a partir de seus respectivos indicadores de média e desvio padrão. Dessa forma, foi possível comparar o desempenho dos municípios respeitando a tendência do grupo nos respectivos períodos.

---

<sup>3</sup> Detalhes acerca do desenvolvimento do Índice de Potencial de Mobilidade Social (IPMS) estão registrados no Artigo 2 desta tese.

Depois de desenvolver a variável dependente do conceito, partiu-se para a compreensão dos fatores que a explicam. As decisões teórico-metodológicas tomadas são apresentadas a seguir.

### **3.3 Delimitação de indicadores para aplicação empírica**

Muitas reflexões acerca da operacionalização do IPMS foram retomadas nesta etapa, como a preocupação com a consistência conceitual e com os elementos essenciais do nível abstrato do conceito. Antes de delimitar possíveis variáveis explicativas, por exemplo, retoma-se que o IPMS foi composto por variáveis que retratavam a situação dos municípios. Logo, o primeiro cuidado tomado foi não repetir a lógica dessas variáveis para retratar as condições que influenciam essa situação, o que já foi enfatizado no tópico 3.2.

Considerando o caráter exploratório da pesquisa, o foco foi a descrição do fenômeno por meio da identificação de tendências na probabilidade de melhora ou piora no desempenho dos municípios. Por isso, foram realizados modelos de regressão lineares e logísticos. Apesar de a observação de causalidade ser o ideal para a construção do conceito, segundo Goertz (2006), o autor valida outros meios de explicação do fenômeno, desde que estejam explícitos e coerentes os propósitos e as generalizações apresentadas com os resultados.

Para manter a coerência interna do estudo, o primeiro passo foi a coleta de variáveis dependentes que pertencem às dimensões que constituem o IPMS. Como Segurança Pública foi o fator de maior poder de explicação, as primeiras condicionantes buscadas foram as de oferta de segurança pública. Depois, buscou-se no GSMI e na teoria indicadores de outras áreas.

Como este foi um estudo exploratório, tanto para a construção do IPMS quanto para a realização das regressões, opou-se por testar variáveis que não estavam na literatura de mobilidade social, pois a mudança do objeto de pesquisa – do indivíduo para o município – ampliou as possibilidades empíricas por conta da ampla disponibilidade de variáveis agregativas relacionadas a oferta de serviços públicos. Essa adição foi feita com embasamento de literaturas, como as de desenvolvimento humano e desigualdade social, que são áreas frequentemente associadas à mobilidade social.

Ao final da pesquisa, os modelos de regressão se mostraram adequados à aplicação empírica do conceito, pois os resultados dialogaram com as expectativas e possibilidades teóricas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde a elaboração do projeto de tese, buscou-se enquadrar o desenho da pesquisa a um protocolo de construção de conceito para que se pudesse seguir uma sequência lógica, passível de debate e replicação. Sendo assim, após a realização dos três artigos e do presente capítulo, foi proposto um conceito internamente coerente, externamente distinguível, útil para a teoria e consistente em sua completude epistemológica.

Apesar do potencial deste conceito e do desenvolvimento desta agenda serem críveis, deixa-se claro que este foi um esforço inicial e exploratório, que necessita de mais aprofundamento teórico sobre mobilidade social; pesquisas empíricas que observem contextos diferentes; investigações que adotem métodos distintos; e debates construtivos para desenvolver a familiaridade e a ressonância do conceito. A partir disso, será possível desenvolver argumentos próprios do PMS e iniciar discussões sobre a viabilidade e a necessidade de se investir em um corpo teórico acerca do potencial de mobilidade social.

Por fim, duas observações finais são propícias. A primeira se refere a uma questão metodológica: para distinguir os atributos dos níveis básico e secundário, optou-se por categorizá-los em fatores de situação, que compõem a variável dependente; e de condição, que representam as explicativas. Indicadores, como o *Global Social Mobility Index* e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social, são constituídos por variáveis que refletem o *status* de uma cidade (como a Taxa de Crimes Contra a Pessoa), aliadas a outras que indicam o que está sendo fornecido pelo poder público (Número de pessoas por policial militar). Diante da perspectiva da presente pesquisa, concluiu-se que a diferenciação desses atributos é essencial, não apenas para a consistência teórico-metodológica do conceito de potencial de mobilidade social, mas também para fornecer informações assertivas a servidores públicos para que eles possam agir de modo direcionado e efetivo.

A segunda é que a seleção de atributos para a compreensão do fenômeno deve respeitar o contexto estudado, uma vez que as ações que município tem implementado na área de segurança pública, por exemplo, podem não surtir o efeito desejado na mobilidade social dos habitantes da cidade B no mesmo tempo ou da mesma forma. Isso se dá porque os contextos e as demandas podem ser distintos ao longo do tempo. Sendo assim, é crucial que gestores públicos e pesquisadores considerem a temporalidade de maneira específica a cada contexto para, assim, elaborarem políticas públicas efetivas no combate à desigualdade de oportunidades e no fomento da mobilidade social de sua população.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, G. S. Underinvestment in College Education? **The American Economic Review**, [s. l.], v. 50, n. 2, p. 346-354, 1960. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1815038>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- BRAGA, A. N.; BRAGA, A. N.; BRAGA, L. F.; ALVES, M. G. S. Educação e Desenvolvimento Econômico: Uma Análise Sobre a Teoria do Capital Humano – Breves Reflexões. **Revista Científica On-line Tecnologia – Gestão – Humanismo**, [s. l.], v. 10, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.fatecguaratingueta.edu.br/Revista/index.php/RCO-TGH/article/view/308/268>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- DIAS, R. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Pearson, 2004.
- DOERINGER, P. B.; PIORE, M. J. **Internal Labor Markets and Manpower Analysis**. New York: M.E. Sharpe, 1985.
- GERRING, J.; BARRESI, P. A. Putting ordinary language to work: a min-max strategy of concept formation in the social sciences. **Journal of Theoretical Politics**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 201-232, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0951629803015002647>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- GERRING, J. What makes a concept good? A criterial framework for understanding concept formation in the social sciences. **Polity**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 357-393, 1999.
- GERRING, J.; CHRISTENSON, D. **Applied Social Science Methodology: An Introductory Guide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- GOERTZ, G. **Social science concepts: a user's guide**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

GRIN, E. J. Notas sobre a construção e a aplicação do conceito de capacidades estatais. **Revista Teoria e Sociedade**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 149-177, 2012.

HIGANO, L. T. M. **Mobilidade ocupacional: uma análise para as regiões metropolitanas do Brasil**. 2019. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

JIN, J.; BALL, S. J. Meritocracy, social mobility and a new form of class domination. **British Journal of Sociology of Education**, [s.l.], v. 41, n. 1, p. 64-79, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01425692.2019.1665496>. Acesso em: 29 jan. 2024.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research**. Princeton: Princeton University Press, 2021.

MONTE, P. A.; LINS, J. G. M. G. Determinantes da formalidade ocupacional segundo a abordagem da segmentação do mercado de trabalho. **Revista de Economia**, Curitiba, [s.l.], v. 40, n. 3, p. 91-111, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/39652>. Acesso em: 29 jan. 2024.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2006.

PLATT, L. Class, capital, and social mobility. In: DEAN, H.; PLATT, L. **Social advantage and disadvantage**. London: Oxford University Press, 2016. p. 62-84.

SALZMAN, J. **Methodological choices encountered in the construction of composite indices of economic and social well-being**. Ottawa: Centre for the study of living standards, 2003.

SARTORI, G. **Social science concepts: a systematic analysis**. Londres: Sage Publications, 1984.

SAUNDERS, P. Social mobility in Britain: an empirical evaluation of two competing explanations. **Sociology**, Durham, Reino Unido, v. 31, n. 2, p. 261-288, maio 1997. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038597031002005>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SCHAFFER, F. C. **Elucidating social science concepts: an interpretivist guide**. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2016.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **American Economic Review**, Nashville, v. 51, n. 1, p. 1-17, mar. 1961.

WEBER, M. **The Methodology of the Social Sciences**. Nova Iorque: Free Press, 1949.

WHELAN, C. T.; LAYTE, R. **Economic change, social mobility and meritocracy: Reflections on the Irish experience**. Quarterly Economic Commentary, p. 89-108, 2004.

WINTERTON, J.; CAFFERKEY, K. Revisiting human capital theory: Progress and prospects. *In*: TOWNSEND, K.; CAFFERKEY, K.; MCDERMOTT, A. M.; DUNDON, T. (eds.). **Elgar Introduction to Theories of Human Resources and Employment Relation**. [S.l.] : Edward Elgar Publishing, 2019, p. 218-234.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

O desenvolvimento desta tese foi realizado em torno da seguinte questão: **Como se dá a atuação do Estado na promoção de mobilidade social?** Para respondê-la, foram desenvolvidos três artigos empíricos que buscaram verificar: o estado da arte do tema no Brasil (artigo 1); o potencial que os municípios possuem de ofertar um ambiente propício à mobilidade social de sua população (artigo 2); e o efeito de ações estatais nesse potencial (artigo 3).

No primeiro momento, apreendeu-se, dos 36 artigos analisados, um amplo conjunto de variáveis que auxiliam na compreensão do fenômeno da mobilidade social como um todo. Foram identificados nove determinantes do *status* do indivíduo, sendo eles fatores fisiológicos (cor, raça e gênero), socioeconômicos (renda e ocupação da família), educacionais (escolaridade do indivíduo e dos pais) e geográficos (local de residência e suas especificações).

A segunda categoria identificada abrangeu 11 fatores de esforço que podem levar à mudança de *status* do indivíduo, que estão relacionados a motivações e características pessoais, escolhas educacionais e ocupacionais, e hábitos relacionados à saúde. Apesar de essa categoria consistir em questões e escolhas próprias de cada pessoa, o Estado pode atuar para que as opções estejam disponíveis para toda a sociedade, sem distinções. Contudo, o presente estudo constatou que igualdade de oportunidades não consiste em uma realidade para a população brasileira.

Passando para o terceiro tipo, tem-se 35 variáveis circunstanciais, aquelas sobre as quais o indivíduo não possui controle. Elas estão divididas em seis áreas de ocorrência: ações afirmativas, *background* familiar, economia e mercado, educação, políticas sociais e saúde. Com exceção da segunda, os elementos identificados ou são ofertados diretamente pela máquina pública, ou sofrem influência direta de ações estatais. Além disso, ao se investir na oferta de condições favoráveis nessas cinco áreas, reduz-se o peso que o *background* familiar possui sobre a mobilidade social do indivíduo. Pontua-se, também, que quatro variáveis foram classificadas como sendo tanto de esforço, quando ilustram a realidade do indivíduo de interesse quanto circunstanciais, quando refletem as escolhas de seus pais.

Ao explorar fatores relacionados de forma empírica à mobilidade social brasileira apresentados na literatura (objetivo do primeiro artigo), foi possível inferir que a mobilidade social do brasileiro está quase quatro vezes mais associada a fatores que fogem de seu controle, e que o Estado tem o poder de influenciar, direta ou indiretamente, em todos os elementos apontados na literatura analisada, seja para melhorar condições e oportunidades, seja para reduzir seu peso quando o efeito é negativo para o cidadão.

Sendo assim, o primeiro artigo da presente tese não somente alcançou seu objetivo de pesquisa e colaborou para a compreensão parcial de como se dá a influência do Estado na construção de um ambiente potencialmente favorável à mobilidade social, mas também entregou uma sistematização de informações que podem ser utilizadas por pesquisadores e gestores públicos ao tratar da mobilidade social brasileira. Por fim, os resultados encontrados confirmaram a necessidade de compreender se o Estado está ofertando essas condições, investigação que foi realizada no segundo artigo.

Considerando o federalismo brasileiro, optou-se por verificar o potencial de mobilidade social dos municípios, pois são entes autônomos e possuem contato direto com sua população. Vale pontuar que os municípios do estado de Minas Gerais foram escolhidos como unidades de análise do segundo artigo, devido à diversidade socioeconômica de suas cidades, o que consiste em uma representação das desigualdades encontradas no Brasil.

Como a mobilidade social se refere à realidade de cada indivíduo, fez-se necessário adequar a investigação para o nível municipal, por meio de variáveis de resultado que expressassem se as cidades ofertam ambiente propício à circulação da população entre os estratos socioeconômicos. A partir disso foi criada, de maneira exploratória, uma *proxy* que materializa essa questão, que foi chamada de Índice de Potencial de Mobilidade Social. Esse instrumento foi pensando para ser aplicado não somente em âmbito municipal, mas também estadual e regional, a depender das demandas dos pesquisadores e da gestão pública.

Para a realidade dos municípios mineiros, nos anos de 2000, 2010 e 2019, mais de 90% do índice foi explicado por questões relacionadas à Economia, Segurança Pública e Saneamento e Meio Ambiente. Em suma, a tendência identificada sinaliza um potencial de mobilidade social mediano dos municípios mineiros, e ele reduziu ao

longo das décadas em mais da metade dos casos, o que diverge das tendências observadas em outros indicadores. Infere-se, assim, que essas três áreas que explicam esse potencial necessitam de mais atenção do poder público para que seus indicadores possam acompanhar o comportamento positivo de outros índices.

Para enfrentar esse *wicked problem* nos municípios de Minas Gerais, faz-se necessária uma ação integrada entre órgãos públicos de diferentes áreas – principalmente, Segurança Pública, Emprego e Renda, e Saneamento e Meio Ambiente – de forma a envolver também o setor privado e a população. Partindo disso, o Índice de Potencial de Mobilidade Social consiste em uma proposta metodológica de diagnóstico da realidade dos municípios para o desenvolvimento direcionado e assertivo de políticas públicas focadas nas lacunas locais.

Vale retomar que o IPMS foi inspirado no *Global Social Mobility Index* (GSMI), com a distinção principal de o primeiro ser formado apenas por variáveis de resultado dos municípios, aquele composto por informações que apresentam o *status* da localidade naquele período, uma vez que o intuito do IPMS é apresentar um diagnóstico da realidade em âmbito municipal. Feito esse diagnóstico, foi possível verificar o efeito dos fatores estatais no potencial de mobilidade social dos municípios mineiros, que consistiu no objetivo do terceiro e último artigo da tese.

Esse objetivo foi alcançado a partir da realização de regressões lineares e logísticas, que tiveram o IPMS como variável dependente. Foram estimados, no total, 52 modelos, compostos por 39 variáveis cada um, das áreas de assistência social, cultura, condições de vida, desenvolvimento rural, educação, economia e mercado, esporte, gênero, responsabilidade fiscal, saúde, saneamento e meio ambiente, e segurança pública. Resultados apontaram que investimentos em cultura, educação, esporte, infraestrutura, saúde e segurança pública, alinhados a uma gestão fiscal eficaz, influenciam positivamente o potencial de mobilidade social de municípios que apresentam alto desempenho, representando indicações de áreas de ação para o Estado.

Segurança pública foi a área de destaque nos segundo e terceiro artigos desta tese, o que pode ser considerado um fator essencial tanto para compreender a situação dos municípios quanto para promover melhores condições para a população. Nos dois artigos, também se confirmou a expectativa teórica de que o potencial de mobilidade social de um município varia de acordo com a região em que está

localizado. Esse resultado destaca a importância de considerar as características regionais ao formular políticas públicas, reconhecendo que diferentes áreas podem apresentar dinâmicas únicas em relação ao fenômeno. A compreensão desses padrões pode orientar esforços para promover a equidade e o desenvolvimento sustentável em níveis subnacionais.

De forma geral, os resultados obtidos a partir das análises empíricas desta tese, evidenciam a necessidade de analisar questões relativas ao ambiente em que as populações menos favorecidas residem para que essas pessoas tenham possibilidades de ascensão social. Além disso, os casos de sucesso de municípios e regiões podem ser utilizados como *benchmark* para aqueles que almejam melhorar seus indicadores. Muito se discute, e essas discussões são cruciais, acerca do papel da transmissão do *status* e das características dos pais, e das condições de educação e emprego para promoção de mobilidade social. Entretanto, sozinhas, elas não são suficientes para resolver esse *wicked problem*, como a própria literatura aponta. Sendo assim, concluiu-se que adicionar elementos ambientais ao debate agrega *insights* valiosos para formuladores de políticas e pesquisadores interessados em compreender e promover a mobilidade social em cenários desafiadores.

Para que a tese fosse finalizada com uma contribuição teórico-metodológica, foi apresentado o capítulo final com a sistematização da proposta do conceito de potencial de mobilidade social. Vale destacar que esse é um esforço inicial de se trazer uma perspectiva nova para um *wicked problem* que há décadas desafia gestores públicos e pesquisadores de todo o mundo. Sendo assim, sabe-se que mais pesquisas são necessárias para amadurecer a proposta, o que não reduz a importância desse primeiro passo.

Durante o processo de proposição do conceito, uma questão metodológica se destacou: a separação entre fatores de situação e de condição. Indicadores como o GSMI e o Índice Mineiro de Responsabilidade Social são compostos por variáveis que representam a situação de uma localidade, como taxa de crimes violentos contra o patrimônio, juntamente com outras que indicam o que está sendo ofertado pelo Estado, o gasto *per capita* em segurança pública. Partindo da perspectiva de compreensão do potencial de mobilidade social, concluiu-se que a análise desses elementos precisa ser realizada separadamente para que o poder público possa atuar de forma direcionada e assertiva.

Por fim, respondendo à questão da tese, a influência do Estado na construção de um ambiente potencialmente favorável à mobilidade social no Brasil se dá por meio de ações, integradas e direcionadas para a realidade sob análise, que ofereçam condições de melhorias nas áreas de cultura, educação, esporte, infraestrutura, saúde e segurança pública. Não que as demais áreas não sejam importantes, mas, para os municípios mineiros, essas foram as que se mostraram significativas. Ademais, questões relacionadas à segurança pública, economia, e saneamento e meio ambiente, são determinantes para que a população daquele local tenha mais chances de romper a transmissão do *status* social entre gerações.

Com esses achados e, principalmente, com seus respectivos caminhos metodológicos, pesquisadores e burocratas têm a oportunidade de obter um diagnóstico referente à localidade na qual desejam atuar, tanto para analisar como se encontra o potencial de mobilidade social do local de interesse quanto para identificar as condições necessárias para ofertar um ambiente favorável ao fenômeno. Apesar de ter sido feita a escolha de um *locus* para a execução do trabalho, as lições aprendidas na presente tese, principalmente em termos metodológicos, podem ser levadas em conta para o desenvolvimento de localidades diversas, no Brasil e no mundo. Com isso, apresenta-se uma lista de possibilidades para essa agenda de pesquisa:

- atualização dos presentes estudos, incluindo discussões acerca dos efeitos da pandemia de covid-19;
- replicação dos presentes estudos, para o mesmo *loci*, incluindo variáveis diferentes;
- replicação dos estudos em *loci* diferentes, para os mesmos períodos, para possibilitar comparação;
- busca e análise de políticas públicas que podem ser atreladas ao fenômeno;
- realização de *surveys* com a população de municípios de destaque (positivo ou negativo) para compreensão, com profundidade, desses contextos;
- realização de entrevistas e grupos focais com agentes-chave para entendimento dos cenários estudados.